**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

***“A REVISTA DA FACULDADE LIVRE DE DIREITO
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
UMA PROPOSTA PARA A IDENTIDADE JURÍDICA
NACIONAL BRASILEIRA”***

André Aparecido Bezerra Chaves

São Paulo

2011

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

***“A REVISTA DA FACULDADE LIVRE DE DIREITO
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
UMA PROPOSTA PARA A IDENTIDADE JURÍDICA
NACIONAL BRASILEIRA”***

André Aparecido Bezerra Chaves

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof^ª Dr^a Raquel Glezer

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

DEDICATÓRIA

Aos humanistas de todas as épocas que ousaram insurgir com suas obras contra a monotonia das letras, das artes e das ciências nos momentos da História onde tudo parecia repousado sobre confortável sistema ideológico e a imaginação fenecia.

A meus pais Pedro e Maria, que me mostraram intuitivamente o caminho do humanismo, tamanho o amor que sempre tiveram por mim.

A minha esposa Camila, pela compreensão e tolerância ao longo período de elaboração deste trabalho, tal sua incansável dedicação, zelo e amor.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me concede a graça da vida a cada manhã.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Raquel Glezer, pelo seu exemplo profissional, dedicação e paciência; não esquecerei seu apoio, incentivo, carinho e cuidado para comigo e para com meu trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, especialmente as professoras Dr^a Ana Maria de Almeida Camargo, Dr^a Elizabeth Cancelli e Dr^a Maria de Lourdes Mônaco Janotti, pelo empenho em promover a formação humana, correta e profissional.

Aos funcionários da Universidade de São Paulo, especialmente da Biblioteca Central da Faculdade de Direito e da Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela solicitude.

Aos meus colegas da Pós-Graduação, pelo companheirismo e amizade.

Aos demais parentes e amigos que sempre me apoiaram, mesmo que a distância ou o tempo nos separem.

“Não se pode negar que uma ciência nos
parecerá sempre ter algo de incompleto
se não nos ajudar, cedo ou tarde,
a viver melhor”¹.

¹ BLOCH, Marc **Apologia da História ou o ofício do historiador** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 45.

Resumo

Chaves, A. A. B. **A Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro: uma proposta para a identidade jurídica nacional brasileira** 2011, 128 f., Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O presente estudo procura contribuir para a compreensão das ideias jurídico – políticas da elite carioca entre 1899 e 1919, momento da História do Brasil no qual se reconstruía o espaço público através da organização das instituições republicanas. Optou-se por analisar os artigos editados na Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro porque foi a primeira instituição acadêmica a oferecer o curso de Direito no Rio de Janeiro e possuía, desde sua fundação em 1891, um corpo docente composto por juristas de renome nacional como Augusto Olympio Viveiros de Castro, Francisco de Paula Lacerda de Almeida, Abelardo Saraiva da Cunha Lobo, Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira, Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro, Benedicto Carneiro de Campos Valladares, entre outros. Esta escolha abriu a possibilidade de observar os motivos sociais que levaram à ampliação da demanda pelo ensino jurídico no Brasil e a legislação que indicou as diretrizes para a criação de instituições que oferecessem cursos jurídicos, acabando com a exclusividade das faculdades de São Paulo e Recife, e as obrigou a confeccionar revistas científicas voltadas para a divulgação da produção científica e debates teóricos da ciência do Direito. Pôde-se fazer um levantamento quantitativo dos temas dos artigos publicados e os organizamos por ramo do Direito, o que nos permitiu observar os temas debatidos e as principais referências teóricas que tinham os juristas que os escreveram (quase todos docentes): os livros “A Evolução do Direito” e “O Espírito do Direito Romano nas Diversas Fases de seu Desenvolvimento”, do jurista alemão Rudolf Von Ihering. Ao longo desta pesquisa poderá ser observado que as principais ideias que os juristas brasileiros assimilaram do jurista alemão foram: o direito público (representado pela autoridade e preponderância do Estado sobre a população) tem como finalidade defender o direito privado (especialmente a vida e a propriedade privada); a fonte do conhecimento do Direito e a criação de regras jurídicas (leis) não deveriam estar restritas à Filosofia do Direito e ao Direito Comparado, mas deveriam levar em conta as regras morais da sociedade, a fim de que a população sentisse justiça nas ações do Estado, contribuição essencial do Direito para a formação do Estado – Nação. De um modo geral, percebeu-se que os juristas que representavam a elite carioca reunidos na Faculdade de Direito da cidade do Rio de Janeiro entendiam que o Direito não representava o espaço no qual se pensava apenas o conflito entre os indivíduos da sociedade, mas também a solução. Os conflitos sociais que ocorreram durante a República Velha (1889 – 1930) deveriam ser consequência de regras jurídicas ou leis concebidas de maneira errada, portanto creditavam na primazia do Estado sobre os indivíduos e imaginavam que reformas jurídicas (e não econômicas) poderiam levar à paz social.

Descritores: História Social do Direito no Brasil, Teoria de Rudolf Von Ihering, Elites Brasileiras no início do período republicano.

Abstract

Chaves, A. A. B **The Free Law School of the city of Rio de Janeiro's review: a proposal for the brazilian national legal identity**. 2011, 128 p., Thesis (Master's Degree), Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The present study seeks to contribute to the understanding of juridical and political ideas of Rio de Janeiro's élites between 1899 and 1919, moment in the history of Brazil when the State was reorganized through the articulation of the republican institutions. The choice of analyzing articles published in The Free Law School of the city of Rio de Janeiro's review was made based on the fact that the school was the first academic institution to offer a law course in Rio de Janeiro and, since its founding in 1891, its faculty was composed of prominent jurists as Augusto Olympio Viveiros de Castro, Francisco de Paula Lacerda de Almeida, Abelardo Saraiva da Cunha Lobo, Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira, Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro, Benedicto Carneiro de Campos Valladares, among others. These circumstances made possible the observation of the social reasons that led to the expansion of the demand for legal education in Brazil, culminating in the end of São Paulo and Recife's law school exclusiveness. The legislation related to the creation of the new law schools determined the foundation of scientific journals focused on the dissemination of scientific literature and theoretical debates of the science of law. A quantitative survey of the published articles subjects organized by area allowed to observe the main debates and theoretical references who wrote (almost all teachers): the books "Law as a Means to an End" and "The Spirit of Roman Law in Different Stages of its Development", written by the german jurist Rudolf Von Ihering. Through this research may be observed that the brazilian jurists main ideas were assimilated from Ihering: the public law (represented by the authority and prominence of the State population) aims to defend private law (especially the life and private property); the of the knowledge of law and the creation of legal rules (laws) should not be restricted to the Philosophy of Law or Comparative Law, but should accept the society moral rules, so that people feel justice in the State's action, essential contribution to the science of law for the formation of the State – Nation. In general, it was stated that the jurists, part of Rio de Janeiro's elites joined at the Free Law School of the city of Rio de Janeiro, understood that law not only represented the conflict zone between the individuals in a society, but it could offer proper solutions. Consequently, the social conflicts that occurred during the República Velha (1889-1930) should be a consequence of rules or laws badly designed. Therefore this way of thinking was based on the primacy of the State over individuals, so that these jurists imagined that legal reforms (and non-economic reforms) could lead to social peace.

Descriptors: Social History of law in Brazil, theory of Rudolf Von Jhering, brazilian élites in the beginning republican period.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de páginas e títulos publicados pela Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro 29

Tabela 2 – Número de artigos, discursos, relatórios, pareceres e catálogo de obras publicadas pela Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro 30

Tabela 3 – Temas abordados nos artigos, discursos, relatórios, pareceres e catálogos publicados pela Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro 31

Tabela 4 – Quantidade de textos da Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro assinados pelos docentes segundo os temas..... 32

Tabela 5 – Ideias de Rudolf Von Ihering assimiladas e apresentadas nos artigos da Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro assinados pelos docentes..... 75

LISTA DE SIGLAS

RFLDCRJ – Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	11
 1. A necessidade dos cursos jurídicos no Brasil no início da República	15
1.1 As mudanças na demanda por profissionais com cursos superiores de Direito no Brasil antes da República	15
1.2 A Reforma de 1891 e a Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro	20
1.3 As revistas acadêmicas	26
 2. O uso dos princípios ideológicos de Rudolf Von Ihering nos artigos da Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro	39
2.1 Direito Privado	39
2.1.1 Direito Civil	39
2.1.2 Direito Comercial	48
2.1.3 Direito Internacional Privado	50
2.2 Direito Público	54
2.2.1 Direito Constitucional	54
2.2.2 Direito Financeiro	57
2.2.3 Direito do Trabalho	58
2.2.4 Direito Internacional Público	59
2.2.5 Direito Penal	60
2.3 Outros temas	62
2.3.1 Teoria Geral do Estado	62
2.3.2 Direito Processual	66
2.3.3 Teoria do Direito	67
2.3.4 História do Direito	68
2.3.5 Direito Romano	68
2.3.6 Economia	71
2.3.7 Filosofia do Direito	72
2.3.8 Política Internacional	73

2.3.9 Administração Pública	74
2.3.10 O interesse nas ideias de Rudolf Von Ihering	74
3. Rudolf Von Ihering e suas preocupações	78
3.1 Rudolf Von Ihering: um cidadão germânico do século XIX	78
3.2 Pensamentos e interesses de Rudolf Von Ihering em suas obras – chave, segundo os professores da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro	82
3.3 Os princípios gerais da teoria de Rudolf Von Ihering a partir das obras que mais influenciaram os professores juristas da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro	102
3.3.1 Propriedade e liberdade no “Estado de Natureza”	102
3.3.2 Propriedade e liberdade no “Estado Civil”	105
3.3.3 O Direito Público, a educação política dos povos e o “Estado de Exceção”	108
3.3.4 O método de pesquisa e o exemplo do Direito Romano	109
3.3.5 As ideias de Rudolf Von Ihering em seus livros de referência	112
Considerações finais	114
Fontes	118
Bibliografia	126

INTRODUÇÃO

Após o golpe cívico – militar que instituiu a forma de governo republicana no Brasil em 15 de novembro de 1889, os grupos sociais unidos em favor da mudança política fragmentaram-se devido as suas diferentes aspirações ideológicas; cada um tentou fazer com que o Estado transformasse realizasse seus interesses²: as medidas administrativas do governo instituído deveriam estar respaldadas pelas regras jurídicas ou leis a serem constituídas; portanto, a defesa de várias teorias de organização de princípios jurídicos que norteariam a criação das regras jurídicas ou leis da República brasileira recém constituída, estava em pauta nas instituições universitárias (principalmente nas faculdades de direito) e nas de Estado (sobretudo no Poder Legislativo).

Optar pelo estudo de um periódico científico de uma faculdade de direito no início da República implica em identificar o significado da criação dos artigos que o compõem, para o grupo que o produziu e o interesse deste grupo na compreensão da realidade social da comunidade leitora, segundo determinados princípios ideológicos.

Os estudos sobre a História do Direito no Brasil tendem a abordar temas relacionados à visão panorâmica do desenvolvimento das ideias jurídicas no Brasil e no mundo (especialmente para os alunos de graduação e interessados)³, história dos principais códigos jurídicos implantados sobre a população do Brasil e seu modo de reger relações sociais da época em que foram feitos⁴, história das faculdades e dos

² Militares e civis adeptos dos ideais positivistas preferiam a organização de um governo centralizado e forte; os proprietários rurais eram adeptos da autonomia político-administrativa dos estados (o chamado “federalismo”) idealizado segundo o modelo liberal americano; pequenos industriais, professores e estudantes, profissionais liberais e outros integrantes das classes médias desejavam maior participação política e aceleração do desenvolvimento urbano e industrial, adeptos de uma “república jacobina”. CARVALHO, José Murilo de **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil**, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2007, pp. 17 – 33.

³ CASTRO, Flávia Lages **História do Direito – geral e do Brasil**, São Paulo, Editora Lúmen Júris, 8ª Edição, 2010; AZEVEDO, Luiz Carlos de **Introdução à História do Direito**, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 3ª Edição, 2010.

⁴ BICUDO, Hélio Pereira **O Direito e a Justiça no Brasil**, São Paulo, Editora Símbolo, 1978; LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos (Org.) **Curso de História do Direito**, São Paulo, Editora Método, 2010; LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.) **Direitos e Justiça no Brasil**, Campinas, Editora da Unicamp, 2006; NEDER, Gislene **História e Direito – Jogos de encontros e transdisciplinaridade**, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007; ADORNO, Sérgio **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988, 1ª Edição.

diferentes modelos de ensino jurídico⁵, história da influência das principais correntes teóricas da ciência do Direito desenvolvidas principalmente na Europa e nos Estados Unidos⁶, história da importância dos principais juristas brasileiros no desenvolvimento da ciência do Direito e dos códigos jurídicos⁷.

Quando se procurou pesquisas que analisaram as revistas acadêmicas de Direito, foram encontradas poucas análises. Em uma das vertentes, estavam interessadas em analisar a imagem dos bacharéis em Direito na opinião pública e os artigos de medicina (em especial a medicina legal) vinculados aos estudos raciais entre o final do século XIX e início do XX⁸; na outra, analisam sociologicamente os periódicos não acadêmicos como porta-vozes do liberalismo das elites brasileiras concomitante ao desenvolvimento da tecnologia e do alcance da imprensa⁹; ou ainda, mapeiam a produção de periódicos jurídicos no Brasil oitocentista¹⁰.

Esta pesquisa teve como preocupação compreender os princípios ideológicos que delinearam a composição dos artigos da Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro no período de 1900 a 1919, ano em que esta instituição de ensino superior de Direito foi incorporada à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro para formar a Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. A pesquisa destacou a identificação da legislação que criou as revistas acadêmicas após a instauração da República, o levantamento quantitativo dos autores e dos temas, bem como a análise da teoria do Direito preponderante nos artigos.

⁵ BASTOS, Aurélio Wander **O Ensino Jurídico no Brasil**, Rio de Janeiro, Editora Lumen Júris, 2000; BIERRENBACH, Flávio Flores da Cunha **Presença das arcadas no tribunal mais antigo do Brasil**, São Paulo, Editora Lettera.doc, 2010; VENÂNCIO FILHO, Alberto **Das arcadas ao bacharelismo – 150 anos de ensino jurídico no Brasil**, São Paulo, Editora Perspectiva, 1985.

⁶ WOLKMER, Antonio Carlos **História do Direito no Brasil**, São Paulo, Editora Forense, 4ª Edição, 2007; **Fundamentos da História do Direito**, São Paulo, Editora Del Rey, 2007; ROQUE, Sebastião José **História do Direito**, São Paulo, Editora Ícone, 2007; LOPES, José Reinaldo de Lima **O Direito na História**, São Paulo, Editora Atlas, 3ª Edição, 2008.

⁷ CAMARGO, Jaques de; RUFINO, Almir Gasquez (Org.) **Grandes Juristas Brasileiros**, São Paulo, Editora Martins Fontes, São Paulo, 2003; MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes **Juristas na formação do Estado – nação brasileiro**, São Paulo, Editora Saraiva, 2010.

⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz **O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2007.

⁹ RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona **O Periodismo jurídico brasileiro do século XIX in Passagens Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, Volume 2, Número 3, janeiro 2010, pp. 54 – 97, <http://www.historia.uff.br/revistapassgens/artigos/v2n3a42010.pdf> acessado em 15/05/2011.

¹⁰ FORMIGA, Armando Soares de Castro **Periodismo jurídico no Brasil do século XIX – História do Direito em jornais e revistas**, Curitiba, Juruá Editora, 2010.

No primeiro capítulo (“A necessidade dos cursos jurídicos no Brasil no início da República”) procurou-se investigar as mudanças na demanda social brasileira que provocaram o aumento do número de instituições educacionais de nível superior que ofereceram o curso de Direito, especialmente no início da República. Identificou-se a legislação republicana do final do século XIX que promoveu e regulamentou a proliferação dos cursos jurídicos no Brasil, fosse a partir do investimento público dos Estados da Federação ou por iniciativa privada, as chamadas “Faculdades Livres”. Constatou-se a obrigatoriedade legal dessas instituições confeccionarem revistas de caráter científico cujo objetivo era promover a divulgação da produção científica e de sua metodologia de estudo da ciência do Direito, bem como os argumentos teóricos inerentes a esta produção, ou seja, seus princípios ideológicos. Seguiu-se o levantamento quantitativo dos temas dos artigos publicados nos quatorze fascículos pesquisados, cujo resultado proporcionou a identificação dos trabalhos do jurista alemão Rudolf Von Ihering como assídua fonte teórica dos autores dos artigos (na quase totalidade professores da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro).

No segundo capítulo (“O uso dos princípios ideológicos de Rudolf Von Ihering nos artigos da Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro”), como resultado da pesquisa ficou demonstrado que os juristas autores dos artigos da revista acadêmica estudada (na maioria professores da instituição) adaptaram vários princípios teóricos postulados pelo estudioso alemão a fim de analisar a realidade brasileira no início da República. Com isso, puderam oferecer aos líderes políticos da época um aparato teórico capaz de criar ou convencionar um corpo de regras jurídicas ou leis que mantivessem os privilégios das elites econômicas que representavam e pudesse criar um sentimento de identidade nacional no restante da população, capaz de diminuir as tensões e os conflitos sociais, além de aumentar sua crença na administração do Estado brasileiro.

A investigação dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Rudolf Von Ihering é tema do terceiro capítulo (“Rudolf Von Ihering e suas preocupações”). Procurou-se perceber as questões histórico-políticas da Alemanha para a qual o jurista germânico oferecia o aparato ideológico que desenvolvera, caracterizada especialmente pelo esforço do Estado alemão em desenvolver junto à sua população o sentimento de pertencimento a uma entidade maior, a Nação. Depois, foram descritos os postulados

teóricos e a metodologia de pesquisa na ciência do Direito nos livros de sua autoria mais citados pelos autores dos artigos, a saber: “A Evolução do Direito” e “O Espírito do Direito Romano nas Diversas Fases de seu Desenvolvimento”. Também se observou o significado dessas teorias em relação aos interesses de Rudolf Von Ihering, principalmente referentes à sua postura diante da carreira acadêmica que seguia e perante o Estado (administrador das Universidades alemãs e detentor do poder de certificar professores, pesquisadores e profissionais técnicos), e frente às expectativas das elites que ocupavam os principais postos da administração pública na Alemanha durante o século XIX.

Este estudo pretende contribuir para a compreensão da perspectiva de uma parte das elites brasileiras envolvida com a ciência do Direito, no sentido de perceber sua crença que a reforma jurídica do Brasil, decorrente da institucionalização da República, deveria ser uma alternativa razoável para eliminar possíveis tensões e conflitos sociais, para construir uma identidade nacional decorrente do sentimento de justiça perpetrado pelas ações do Estado no seio da própria sociedade, ou seja, a consolidação do Estado – Nação.

1. A necessidade de cursos jurídicos no Brasil no início da República

1.1 As mudanças na demanda por profissionais com cursos superiores de Direito no Brasil antes da República

Durante os séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII, a demanda por instituições de ensino de Direito sediadas no Brasil não existia. No Brasil Colônia, o Estado e as regras jurídicas ou leis existentes eram as mesmas do Estado metropolitano português. Os principais cargos na administração pública do Brasil Colônia eram ocupados por representantes do rei português, sobretudo os que tinham relações de amizade ou confiança, de ascendência nobre ou militares de carreira. Aos Conselhos ou Câmaras Municipais dos colonos eram atribuídas funções administrativas, deliberativas, legislativas e judiciais em nível local¹¹. O número de advogados ou juristas era ínfimo no Brasil; normalmente eram de origem lusitana e requeridos apenas em alguns casos específicos: por exemplo, como representantes legais de um ou mais integrantes de grupos sociais de maior condição econômica que tentavam recorrer junto à Corte Portuguesa de decisões consideradas injustas tomadas pelos membros da administração pública na colônia, ou ainda como observadores metropolitanos para as contendas locais.

Quase a totalidade dos homens que exerciam a prática jurídica nos domínios transatlânticos do Império Colonial Português tinha sua formação jurídica proveniente da Universidade de Coimbra. Sua direção, sob controle da Companhia de Jesus, tinha aversão às transformações ideológicas que se processavam no continente europeu decorrentes das inovações ideológicas provocadas pelos estudos científicos promovidos a partir da Renascença.

A partir da nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde das Oeiras e Marquês de Pombal, como Secretário de Estado do Reino de Portugal pelo Rei D. José I, que regeu o Império entre 1750 e 1777, os jesuítas foram afastados de suas obrigações administrativas e do controle do ensino da Universidade de Coimbra, o que reformulou a opção metodológica na ciência jurídica. A direção foi laicizada e o ensino

¹¹ PRADO JÚNIOR, Caio *Administração* in **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo, Publifolha, 2000, pp. 307 – 346.

foi permeado pelo abandono sistemático do método escolástico e adoção progressiva do racionalismo característico da Ilustração, preocupado com o desenvolvimento da ciência do Direito no que tange a sua exegese pragmática, ou seja, a análise dos conceitos das normas jurídicas pátrias em relação à moral da população no território do país, bem como a introdução dos conceitos do racionalismo da Ilustração na Filosofia do Direito, o que demonstra que em Portugal a ciência do Direito se desenvolvia segundo a própria experiência histórica local.

Com o desenvolvimento econômico e urbano decorrentes da exploração do ouro no Brasil ao longo do século XVIII, a demanda por profissionais formados em Direito aumentaram. O curso da Universidade de Coimbra passou a ser uma referência.

Segundo estimativas abalizadas, no século XVI formaram-se, em Coimbra, treze brasileiros; no século XVII, trezentos e cinquenta e quatro; no século XVIII, mil setecentos e cinquenta e dois, e de 1781 a 1822, ali estudaram trezentos e trinta e nove brasileiros ¹².

Grande parte dos estudantes brasileiros que se interessaram pelos estudos do Direito nesta universidade eram membros de famílias enriquecidas com a agricultura, comércio, mineração ou outra atividade com grande capacidade de acumulação de riqueza. Assimilaram e trouxeram para o Brasil os novos ideais das ciências jurídicas para representar partes em litígio ou trabalhar em algum cargo público, sem esquecer que também adaptaram os princípios liberais aos discursos proferidos quando assumiam militância nas conspirações contra o poder da metrópole, como ocorreu na Inconfidência Mineira em 1789.

Com a transmigração da Corte Portuguesa para a sua possessão na América, entre o final de 1807 e início de 1808, por ocasião da invasão de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, a demanda por profissionais com conhecimento jurídico decorrente de instituições universitárias aumentou. Na esquadra que conduziu a Família Real Portuguesa ao Brasil estavam presentes também os indivíduos que constituíam os vários escalões dos recursos humanos das instituições estatais da Corte (com muitos de seus apetrechos de Estado) além do o alto escalão das hierarquias civil, militar e religiosa. Também vieram representantes de altas classes sociais, nobres, homens de negócios, profissionais de variadas categorias, entre outros segmentos da

¹² VENÂNCIO FILHO, Alberto **Das arcadas ao bacharelismo**, op. cit., p. 8.

sociedade lusitana. Isto demonstra que, além dos recursos financeiros e humanos portugueses,

toda a maquinaria do Estado estava sendo transportada, armas e bagagens, para uma nova sede além-mar onde deveria criar raízes e prosseguir sua rotina costumeira¹³.

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se a sede do Império Colonial Português; com isto, foi instalado em sua área urbana um Estado com as inúmeras instituições¹⁴ necessárias para garantir o seu funcionamento. Em conjunto com as medidas que abriram a economia brasileira¹⁵, inclusive para a participação de outras nações consideradas “amigas” no comércio brasileiro¹⁶, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves através do Alvará de 16 de dezembro de 1815, o que firmou as novas instituições estatais em seu território.

Ficou expressa, assim, a vontade da Coroa em diminuir os monopólios e privilégios que inspiravam o Mercantilismo e de consolidar alguns princípios econômicos liberais no território do Brasil¹⁷. Também desejava consolidar as instituições de Estado a fim de promover a manutenção da soberania de seu Império e de seu poder¹⁸. Foi criada grande quantidade de cargos públicos, distribuídos à nobreza lusitana, seja pelos laços de amizade, seja pelo mérito intelectual ou formação acadêmica. A sociedade começou a fazer uso mais frequente das instituições de Estado, destacando-se as instituições judiciárias. Portanto, fazia-se necessário a organização de

¹³ MANCHESTER, Alan K. *A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro* in **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, vol. 277, 1967, p. 18.

¹⁴ Pode-se destacar os ministérios do Reino, da Guerra e Estrangeiros, da Marinha e Ultramar; o Erário Régio; os conselhos de Estado, da Fazenda e o Supremo Militar; as mesas do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens; Intendência Geral de Polícia; o Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil.

¹⁵ Entre outras, o Alvará de 1º de abril de 1808 que permitiu o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas, o Alvará de 28 de setembro de 1811 que garantiu o livre comércio de produtos, exceto alguns vedados pelo governo, e a Carta Régia de 11 de agosto de 1815 que permitia aos ourives trabalhar e comercializar livremente obras em ouro ou prata.

¹⁶ Entre outras, a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 que abriu os portos brasileiros às nações amigas e o decreto de 18 de junho de 1814 que permitiu a entrada de navios de qualquer nação nos portos dos domínios portugueses e a saída de navios dos seus portos para outros portos estrangeiros.

¹⁷ COSTA, Emília Viotti da *Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil* in MOTA, Carlos Guilherme **Brasil em Perspectiva**, São Paulo, Editora Difel, 1973, pp. 75 – 76.

¹⁸ FAORO, Raymundo **Os Donos do Poder**, Volume 1, São Paulo, Publifolha, 2000, pp. 281 – 295.

cursos de direito no Brasil. Outras instituições de ensino foram criadas nesta ocasião¹⁹, mas não neste segmento.

Tal problema se acentuou quando a articulação política da aristocracia brasileira conseguiu transformar o Reino Unido em um Estado independente na data de 7 de setembro de 1822. Além das instituições que exigiam brasileiros com conhecimento jurídico na sede do Império Brasileiro, também havia demanda nas instituições de Estado locais das províncias. Entretanto

O direito era, no Brasil, quando se operou a Independência, uma ciência estudada por um grupo insignificante de homens e não era estudada, mesmo neste grupo, com profundidade e pertinácia²⁰.

Era necessário que se construísse um espaço no qual se formassem as pessoas que teriam conhecimento jurídico para suprir a demanda impetrada por muitos destes cargos. Os poucos conhecedores do direito eram representantes das elites econômicas brasileiras que haviam estudado em universidades européias (sobretudo em Coimbra); alguns estiveram envolvidos com a Assembléia Constituinte e Legislativa de 1823 e com a “Comissão de Notáveis” que elaborou a Constituição de 1824.

Durante a Assembléia Constituinte e Legislativa de 1823, houve debates na Comissão de Instrução Pública acerca da criação de instituições de ensino que oferecessem o curso de Direito e, para atender a demanda nacional, foi sugerida a criação de duas Universidades em posições geográficas estratégicas: uma em São Paulo para atender a demanda do sul do Império, e outra em Olinda, para atender ao norte²¹.

Seguindo o artigo 101, item III da Constituição de 1824²², o Imperador D. Pedro I sancionou, depois de aprovação da Assembléia Geral, a Carta de Lei de 11 de agosto de 1827, que instituía o “Curso de Ciências Jurídicas” com duração de cinco anos, “um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Olinda”²³, esta, transferida para a cidade de

¹⁹ As principais foram: Escola Médico – Cirúrgica da Bahia (12 de fevereiro de 1808), Real Academia dos Guardas – Marinha (transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro em 05 de maio de 1808), Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (05 de novembro de 1808), Academia de Artilharia e Fortificações (04 de dezembro de 1810), Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (12 de agosto de 1816).

²⁰ BARRETO, Plínio **A cultura jurídica no Brasil (1822 – 1922)**, São Paulo, O Estado de São Paulo, 1922, p. 9.

²¹ VENÂNCIO FILHO, Alberto **Das arcadas ao bacharelismo**, op. cit., pp. 15-24.

²² **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824**, artigo 101, item III - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm, acesso em 15/05/2011.

²³ **Carta de Lei de 11 de agosto de 1827** - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm, acesso em 15/05/2011.

Recife em 1854. O curso foi montado em cinco anos organizados nas seguintes cadeiras: 1º ano (1ª cadeira: Direito Natural, Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia); 2º ano (1ª cadeira: continuação das matérias do ano antecedente; 2ª cadeira: Direito Público Eclesiástico); 3º ano (1ª cadeira: Direito Pátrio Civil; 2ª cadeira: Direito Pátrio Criminal, com a Teoria do Processo Criminal); 4º ano (1ª cadeira: continuação do Direito Pátrio Civil; 2ª cadeira: Direito Mercantil e Marítimo); 5º ano (1ª cadeira: Economia Política; 2ª cadeira: Teoria e Prática do Processo adotado pelas leis do Império)²⁴. Entre 1827 e 1891, quase a totalidade dos bacharéis em Direito saíam destas duas escolas; exceção feita aos que optavam por realizar esta graduação em outras Universidades no exterior. Após três séculos em que as regras jurídicas ou leis foram impostas no Brasil pela metrópole, “todo o trabalho de construção jurídica e reparação teve, de certo, na elaboração científica o melhor de seus mananciais”²⁵, e muitos bacharéis formados no Brasil contribuíram para isso.

O programa dos cursos de Direito esteve sob rígido controle do Estado até a aprovação do Decreto 7247 de 19 de abril de 1879 “Que reforma o ensino primario e secundario no municipio da Corte e o superior em todo Imperio”. Ele estabeleceu a liberdade do ensino no Brasil, inclusive prevendo, em seu artigo 21, a criação de “Faculdades Livres” decorrentes da livre iniciativa de particulares²⁶. Contudo, até 1891 apenas as faculdades de São Paulo e Recife continuavam a oferecer o Curso de Ciências Jurídicas.

A experiência da lei do ensino livre não propiciara, efetivamente, a criação de novas escolas, e mesmo a tentativa de Fernando Mendes, em 1881, de criar a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, não lograra êxito²⁷.

As faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (depois Recife) foram criadas de modo a satisfazer a necessidade de formar pessoas com conhecimento técnico para preencher os principais cargos dos três poderes do Estado, seja na capital nacional, seja

²⁴ Idem, artigo 1º.

²⁵ REBELO, Eduardo de Castro *O Ensino do Direito* in **RFLDCRJ**, Vol. XI, 1915, p. 151.

²⁶ **Decreto Número 7247 de 19 de abril de 1879 - Reforma do ensino primario e secundario no municipio da Corte e o superior em todo o Imperio** - http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_009.html, acesso em 15/05/2011.

²⁷ VENÂNCIO FILHO, Alberto **Das arcadas ao bacharelismo**, op. cit., pp. 113.

nas províncias do Império²⁸ e também criar uma “intelligentsia” própria no sentido de criar um novo perfil jurídico para o país, criar uma identidade jurídica para a nação a fim de se desvencilhar de qualquer laço que os prendesse à Corte Portuguesa e, através do diálogo com as demais instituições de ensino de direito do velho continente, estabelecer o desenvolvimento de um conhecimento moderno e independente²⁹.

1.2 A reforma de 1891 e a Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro

Após o golpe cívico – militar que estabeleceu a República no Brasil, o Chefe do Governo Provisório escolhido na proclamação de 15 de novembro de 1889³⁰, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, teve poder para criar regras jurídicas ou leis através de Decretos³¹, até que a Constituição republicana ficasse pronta em decorrência dos trabalhos da Assembléia Constituinte, convocada pelo Decreto 71-B de 21 de dezembro de 1889 a ser eleita em 15 de setembro de 1890 e reunida em 15 de novembro do mesmo ano³².

Usando desta autoridade, mas submetido ao projeto das elites idealizadoras da República, que pretendia descentralizar o poder do Estado no país, também se tornou necessário descentralizar o ensino jurídico a fim de ampliar a oferta de bacharéis em Ciências Jurídicas para suprir a demanda por profissionais qualificados, visto que os novos estados precisavam de pessoas com este nível escolar para compor os cargos abertos em suas instituições públicas.

A reforma no ensino jurídico ficou sob a responsabilidade do Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho Magalhães, então no cargo de “Ministro e Secretario da Instrução Publica, Correios e Telégraphos do Governo Provisório da República”. Ele estabeleceu o Decreto Número 1232 – H de 2 de janeiro de 1891, que “Approva o

²⁸ “Pelo ensino do Direito a sociedade fortalece e melhora suas condições de vida; mercê das escolas, facilita a applicação de suas leis, provendo-as de correctivo, dando-lhes elasticidade, subtrahindo-as á inercia, accommodando-as sem abalo, ás tendencias do momento. Em dois affluents refaz, continuamente, a legislação as energias perdidas: na jurisprudência practica e na conclusão scientifica”. REBELO, Eduardo de Castro *O Ensino do Direito* in **RFLDCRJ**, Vol. XI, 1915, p. 149.

²⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz **O espetáculo das raças**, op. cit., pp. 141 – 142.

³⁰ *Proclamação dos Membros do Governo Provisório* in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 1.

³¹ *Decreto Número 1 do Governo Provisório de 15 de novembro de 1889* in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 2.

³² *Decreto Número 71-B do Governo Provisório de 21 de dezembro de 1889* in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 80

regulamento para as Instituições de Ensino Jurídico”. Resgatou-se e aprimorou-e a ideia de se promover a fundação das “Faculdades Livres”, como determina seu Artigo 1º:

Art. 1º Para diffusão do ensino juridico manterá o Governo Federal as actuaes Faculdades de Direito e poderá fundar ou subvencionar outras que julgue necessárias ³³.

Os estados da Federação passaram a dispor da liberdade de criar Faculdades de Direito, conforme o Artigo 418:

Título II - Instituições de ensino juridico fundadas pelos Estados ou por particulares

Capítulo I – Das Faculdades fundadas pelos poderes dos Estados Federados

Art. 418 – É licito aos poderes dos Estados Federados fundarem Faculdades de Direito; mas para que os grãos por ellas conferidos tenham os mesmos effeitos legais que os das Faculdades Federaes, é de mister:

1º, que as habilitações para matriculas e exames e os cursos sejam idênticos aos das Faculdades Federaes;

2º, que se sujeitem à inspecção do Conselho de Instrucção Superior³⁴.

Também as iniciativas particulares tiveram a oportunidade de organizar as denominadas “Faculdades Livres”:

Capitulo II – Faculdades livres

Art. 420 Aos estabelecimentos particulares que funcionarem regularmente poderá o Governo, com audiencia do Conselho de Instrucção Superior, conceder o titulo de Faculdade Livre, com todos os privilégios e garantias de que gozam as Faculdades federaes.

As Faculdades livres terão o direito de conferir aos seus alunos os grãos académicos (bacharel e doutor) que concedem as faculdades federaes, uma vez que elles tenham obtido as approvações exigidas pelos estatutos destas para a collação dos mesmos grãos³⁵.

Três eram os cursos que as faculdades a serem fundadas por uma das duas iniciativas deveriam dispor: Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Notariado³⁶. O curso de Ciências Jurídicas era organizado em quatro anos assim dividido: 1º ano (1ª cadeira: Philosophia e História do Direito; 2ª cadeira: Direito Público e Constitucional); 2º ano (1ª cadeira: Direito Romano; 2ª cadeira: Direito Civil; 3ª cadeira: Direito Comercial; 4ª

³³ *Decreto Número 1232 - H do Governo Provisório de 02 de janeiro de 1891* in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, p. 5.

³⁴ *Idem*, p. 55.

³⁵ *Ibidem*, p. 56.

³⁶ *Ibidem*, artigo 2º, p. 5.

cadeira: Direito Criminal); 3º ano (1ª cadeira: Medicina Legal; 2ª cadeira: Direito Civil; 3ª cadeira: Direito Comercial); 4º ano (1ª cadeira: História do Direito Nacional; 2ª cadeira: Processo Criminal, Civil e Comercial; 3ª cadeira: noções de Economia Política e Direito Administrativo)³⁷.

Os Diretores e Vice-Diretores seriam juristas escolhidos entre os “lentes cathedraticos das respectivas faculdades”³⁸. Os professores seriam “algum cidadão brasileiro, de alta competência”, que estivesse “no caso de exercer o magisterio”, ou seja, juristas com grau de Bacharel ou Doutor em Ciências Jurídicas ou Sociais. Seriam divididos entre “cathedraticos” (encarregados de “reger as cadeiras para as quais forem nomeados”)³⁹ e “substitutos” (que tinham por responsabilidade, “alem da regencia das cadeiras a que são obrigados, no caso da falta ou impedimento dos lentes”, tinham que fazer “cursos complementares sobre as materias que o director designar, ouvindo o lente respectivo”)⁴⁰. A contratação dos professores “cathedraticos” pelas faculdades seria por concurso⁴¹; quanto aos substitutos, por concurso e/ou livre contratação⁴², dependendo do estatuto da instituição. O conjunto de professores de uma faculdade se denominaria “Congregação”, um conselho deliberativo encarregado de gerenciar os setores administrativos e pedagógico - acadêmico das faculdades⁴³.

O ingresso de alunos calouros seria feito a partir da inscrição para exame de admissão, sendo necessário “exibir certificado de estudos secundarios ou titulo de bacharel”⁴⁴. Uma vez feito estes exames de admissão, era exigido do jovem:

- 1º, achar-se habilitado, na forma dos arts 265 ou 266;
- 2º, ter sido vaccinado com bom resultado;
- 3º, haver pago a taxa de 40\$000⁴⁵.

Observa-se que, além da exigência legal de certificado ou equivalente comprovante de conclusão do ensino secundário e boas notas no exame de admissão, também era imposto ao candidato o pagamento de taxa de matrícula tanto nas

³⁷ Ibidem, artigo 3º, p. 6.

³⁸ Ibidem, artigo 17, p. 10.

³⁹ Ibidem, artigo 47, p. 15.

⁴⁰ Ibidem, artigo 12, p. 9.

⁴¹ Ibidem, artigo 89, p. 19.

⁴² Ibidem, artigos 90 e 91, p. 20.

⁴³ Ibidem, artigos 23 a 45, pp. 12 – 15.

⁴⁴ Ibidem, artigo 266, p. 39.

⁴⁵ Ibidem, artigo 268, p. 40.

faculdades criadas e geridas pelo Estado quanto às “Faculdades Livres” particulares, o que demonstra a opção à restrição das vagas oferecidas por estas instituições aos indivíduos de famílias com razoável poder econômico. Portanto, se no início da República, uma família somente investia somas de dinheiro na educação primária e secundária se tivesse bons rendimentos⁴⁶, na educação superior não era diferente. A formação escolar e acadêmica era um serviço disponível apenas para jovens oriundos de classes sociais endinheiradas, ou seja, representavam segmentos das elites.

A conclusão do curso de Ciências Jurídicas implicava na obtenção do título de bacharel pelo aluno; para isso, deveria ter sido aprovado em todas as matérias⁴⁷. Para o grau de doutor, o candidato deveria ser bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, além de ter que elaborar uma tese que consistia em “proposições sobre todas as materias dos dous cursos, tocando, pelo menos, tres a cada uma dellas, e numa dissertação”⁴⁸.

No que se refere à organização da faculdade, a nova lei regulamentava a contratação de funcionários⁴⁹, a organização da secretaria⁵⁰ e biblioteca⁵¹.

Uma das primeiras instituições de ensino jurídico abertas no país após este decreto foi a Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro, fundada em 11 de junho de 1891⁵², que iniciou seus trabalhos em prédio cedido pelo Mosteiro de São

⁴⁶ Entre o final do século XIX e o início do século XX, a educação primária e secundária tinha que ser financiada segundo a iniciativa e recursos financeiros da família do estudante em aulas particulares em próprio domicílio ou junto a escolas particulares. Cf. XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luiza; NORONHA, Olinda Maria **História da Educação – A escola no Brasil**, São Paulo, FTD, 1994, p. 108. De acordo com o Decreto 891, também instituído em 8 de novembro de 1890 pelo “Ministro e Secretário dos Negócios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos do Governo Provisório da República”, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, após a conclusão do curso, o jovem deveria prestar o “Exame de Madureza” no “Gymnasio Nacional”, (que viria a ser rebatizado de Colégio Pedro II em 1911). Caso aprovado, daria ao candidato “direito á matricula em qualquer dos cursos superiores de caracter federal na Republica”; também oferecia o título acadêmico aos jovens que demonstrassem excelência em seu rendimento escolar: “ao candidato, que nelle obtiver pelo menos dous terços de notas - plenamente -, será conferido o titulo de Bacharel em sciencias e letras” (artigo 38). **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 25.

⁴⁷ *Decreto Número 1232 - H do Governo Provisório de 02 de janeiro de 1891* **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, artigo 365, p. 49.

⁴⁸ Idem, artigo 345, p. 47.

⁴⁹ Ibidem, artigos 151 a 158, pp. 26 – 27.

⁵⁰ Ibidem, artigos 159 a 175.

⁵¹ Ibidem, artigos 176 a 197.

⁵² Cabe observar que a Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro existiu de maneira independente até 1920, quando se fundiu à Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociaes do Rio de Janeiro, dando origem à Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. VENÂNCIO FILHO, Alberto - **Das arcadas ao bacharelismo**, op.cit., pp. 187 – 188.

Bento⁵³. Liderados pelo Jurista e Professor Carlos Antônio França de Carvalho, vários juristas assumiram a empreita de instituir o curso⁵⁴.

Este foi um período no qual a cidade do Rio de Janeiro foi palco de mudanças sociais, políticas e culturais. Houve aceleração no crescimento demográfico. Com a abolição da escravidão, o grande contingente morador da cidade que ampliou a oferta de mão-de-obra livre foi ampliado pelo êxodo de ex-cativos do interior do estado para a Capital Federal e a chegada de imigrantes estrangeiros, sobretudo portugueses, o que promoveu o aumento do desemprego, do subemprego e a queda no valor do salário. Com a autorização governamental para emissão de papel moeda a vários bancos, a fim de garantir o pagamento dos salários aos novos trabalhadores assalariados, o Rio de Janeiro se encheu de dinheiro sem nenhum lastro, seguido de uma especulação financeira desenfreada, que levou à crise conhecida como “Encilhamento”: inflação desenfreada e agravamento do custo de vida. Além das tensões e distúrbios sociais (assaltos, roubos, latrocínios, conflitos entre patrões e empregados, entre vizinhos, vadiagem, embriaguês etc.) os problemas de saneamento básico (abastecimento de água potável, rede de coleta de esgoto, calçamento etc.) tornavam potencialmente graves os surtos de epidemias como varíola, febre amarela, malária e tuberculose. Em poucos anos, a queda do valor do café, principal produto de exportação, no mercado internacional, agravou a crise econômica, levou o país a um período de deflação e recessão; a reabilitação da economia do país apenas se tornaria possível durante o governo de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898 – 1902). Diante desta situação, as

⁵³ Idem.

⁵⁴ “A Faculdade foi fundada a 11 de junho de 1891, pelo ilustre benemérito Dr. França de Carvalho, de saudosa memória, com valioso concurso de seus distintos colegas Drs. José Hygino Duarte Pereira, Benedicto Cordeiro de Campos Valladares, Ubaldino do Amaral Fontoura, João Pedro Belfort Vieira, Antonio Paula Ramos Júnior, Sylvio Romero, Manoel Ignacio Gonzaga, José Joaquim do Carmo, Cheano Caminha, Tavares da Silva, Eduardo Teixeira de Carvalho Durão, Luiz Carlos Fróes da Cruz, Francisco Rangel Pestana, Frederico Augusto Borges, José de Oliveira Coelho, Augusto Daniel de Araujo, Eugenio de Valadão Catta – Preta, Antonio Joaquim Vaz Pinto Coelho, Paulino Guedes, José Candido de Albuquerque Mello Matos e José de Goes Siqueira.

A Equiparação foi-lhe concedida pelo decreto de 31 de outubro de 1891, formulado os seguintes termos:

“O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o parecer, na fôrma do art. 420 do decreto numero 12.324, de 2 de janeiro deste anno, á Faculdade Livre de Direito desta capital e á Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, o titulo de Faculdades Livres, com todos os privilégios e garantias, porém já feitas ás disposições do mesmo decreto n. 12.324, de 2 de janeiro”. Relatório apresentado pelo diretor Conselheiro Leôncio de Carvalho ao Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. **RFLDCRJ**, 1910, Volume VI, p. 116. Ratifica essas informações sobre o momento da fundação da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro o artigo *Memoria Historica do anno de 1907* assinado pelo Professor Antônio de Paula Ramos Júnior, **RFLDCRJ**, Vol. IV, 1908, p. 95.

elites cariocas que detinham o poder observaram a necessidade de uma definição da relação entre o Estado e a população no alicerce republicano que construísse uma estabilidade social possível. Entretanto, a tarefa era não seria fácil: para amenizar as agitações na Capital Federal (também frequentes em outros estados), recobrar o crescimento da economia, administrá-la de modo a recobrar a estabilidade das finanças públicas, manter a segurança e a integridade da região, de suas propriedades e de seus negócios, as elites cariocas acreditavam ser necessário diminuir ou até neutralizar a influência ideológica dos militares positivistas e controlar ao máximo o nível da presença política popular. Isto implicaria, contudo, também fortalecer as elites dos outros estados, para que cada uma garantisse o poder em sua região “e sua participação no poder nacional de acordo com o cacife político de cada uma”⁵⁵. A elaboração das regras jurídicas ou leis republicanas seria o legítimo instrumento do Estado para atingir essas finalidades: deixar para o governo federal a responsabilidade de manter a integridade e soberania nacional, enquanto os governos estaduais se preocupariam em preservar os interesses e o poder das elites locais; confiam na preponderância e ação do Estado na solução das tensões e conflitos sociais.

Vivendo no núcleo político-administrativo do país, os sábios do Direito que criaram a Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro possuíam clara ideia de que assistiam um momento na História do Brasil marcado pela reconstrução do espaço público caracterizado pela montagem das instituições políticas republicanas, como se observa no trecho do discurso proferido pelo Professor de Direito Criminal Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira, na noite de 11 de agosto de 1900, em sessão literária comemorativa da Lei de Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, nas dependências da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro:

E essas duas faculdades (São Paulo e Olinda) bem poderiam ter escrito em seus pórticos: Independência da mentalidade brasileira... Pois bem, é essa mesma legenda que me cumpre recordar agora, aos dignos moços dessa faculdade, hoje estudantes, amanhã juristas, magistrados e políticos, eu, em nome da ilustre Congregação a que me ufano de pertencer, relembro-lhes, com paternal desvelo, a visão celestial de Dante: “Amai, amai a Justiça!”⁵⁶.

⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de *O Rio de Janeiro e a República* in **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi**, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2004, 3ª Edição, pp. 15 – 33.

⁵⁶ BANDEIRA, Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira *Discurso Proferido pelo lente de Direito Criminal Esmeraldino Bandeira, na sessão litteraria commemorativa da lei de fundação dos cursos juridicos no Brasil* in **RFLDCRJ**, Vol. II, 1900, p. 100.

A tarefa, em meio aos mais variados papéis na divisão social do trabalho da população no território brasileiro, seria dos “homens” que teriam o acesso possível aos livros e periódicos das ciências jurídicas e sociais de referência européia que possibilitavam adaptar os ideais da vanguarda científica às mudanças legais e políticas que conduziriam à reestruturação histórica⁵⁷, em outras palavras, eles acreditavam que as transformações políticas deveriam ser obtidas por mudanças nas regras jurídicas ou leis, a fim de que proporcionassem transformações ou melhorias sociais e levassem à igualdade entre os cidadãos, legalidade e estabilidade nas relações políticas.

1.3 As revistas acadêmicas

O mesmo decreto (Número 1232 – H de 2 de janeiro de 1891) que estabeleceu a liberdade de criação de faculdades de Direito (seja por livre iniciativa particular, seja por iniciativa do grupo que detinha o poder político em qualquer governo de estado da União), também estabeleceu que essas instituições de ensino superior tivessem um veículo de circulação de conhecimento científico: as revistas acadêmicas.

Capítulo XI – Da Revista

Art. 207 – Será creada em cada uma das Faculdades uma Revista Acadêmica. Esta Revista será redigida por uma comissão de cinco lentes, nomeada pela congregação na primeira sessão de cada anno.

Art. 212 – Dar-se-há na Revista um summario das decisões da congregação que, a juízo do diretor, possam ser publicadas e terão preferencia nas publicações as memórias originaes á cerca de assumptos concernentes ás matérias ensinadas na Faculdade”.

Art. 214 – A comissão de redacção se entenderá com o bibliothecario da Faculdade a fim de enviar a revista às redacções de periódicos da mesma natureza na Europa e nos Estados Unidos da America, academias scientificas mais importantes, e receber em troca as suas publicações⁵⁸.

Conforme determinava a lei, a revista acadêmica deveria ser publicada segundo responsabilidade de cada instituição de ensino. Tinha como principal função a

⁵⁷ “Enquanto “homens de sciencia”, esses pensadores encontravam-se dispostos a adaptar as novas ideias e pensar uma saída científica para a nação”. SCHWARCZ, Lilia Moritz **O espetáculo das raças**, op. cit., p. 153. “É, portanto, uma tradição de pensamento que se formou tendo em vista a ação política, com evidente intenção de influir sobre os acontecimentos”. LAMONIER, Bolivar *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação* in FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III – O Brasil Republicano, 2º. Volume “Sociedade e Instituições (1889 – 1930)”, São Paulo, Editora Difel, 1967, 1ª. Edição, p. 345.

⁵⁸ *Decreto Número 1232 - H do Governo Provisório de 02 de janeiro de 1891* in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, pp. 33 - 34.

publicação de textos técnicos e científicos, segundo escolha ou orientação de um colegiado de cinco professores (“Comissão de Redação”) nomeado pela congregação da faculdade, com temas referentes ao universo de interesse da instituição.

Contudo, deve-se considerar um periódico acadêmico de uma Faculdade de Direito também como veículo ideológico de um determinado grupo social. Oferece, portanto, a oportunidade de perceber como os colaboradores que assinaram os artigos publicados estabeleceram o parâmetro teórico para observar, entender e interpretar a realidade histórico-social na época de sua produção. Dessa maneira, o Governo Provisório da República abria, de maneira compulsória, um espaço em cada Faculdade de Direito no qual os ideais de uma parte da intelectualidade brasileira seriam expostos, em princípio, para outros membros da própria comunidade acadêmica (nacional e internacional), e também se tornariam públicos para a sociedade como um todo. A produção teórica refletiria a posição política dos autores perante a reestruturação do Estado brasileiro e a consolidação da forma de governo republicano.

Os artigos da *Revista da Faculdade de Direito da cidade do Rio de Janeiro* devem ser compreendidos como instrumento de ação dos intelectuais vinculados a esta faculdade, comprometidos com a tentativa de promover o desenvolvimento da Ciência do Direito e também formar opinião jurídica na sua comunidade acadêmica (especialmente nos jovens) e nas elites locais; desenvolver possível força política através da arregimentação ideológica; além de conjugar esforços a fim de colocar a questão da identidade nacional republicana na ordem do dia.

Em plena capital da Federação, coração político do país, oferecia-se, através desta publicação, a contribuição da Ciência do Direito para que as regras jurídicas ou leis ajudassem na tarefa de dar sentido ao conjunto do país, oferecendo à sua população a possibilidade de sentir a realização da justiça e buscando fazer crer nas instituições de Estado através das regras jurídicas ou leis debatidas e criadas pelas elites letradas; em outras palavras, acreditava-se que a postura científica do Direito seria a origem da reformulação legal que levaria à construção de um Estado – Nação e pacificaria a sociedade.

A *Revista da Faculdade de Direito da cidade do Rio de Janeiro* começou a ser editada em 1899, mas o primeiro volume editado não foi localizado; todos os demais volumes foram encontrados e estudados. Diversamente ao que ocorre em nossos dias, os

volumes não seguiram a recomendação legal de publicação bimestral ou trimestral⁵⁹: o menor intervalo nas publicações foi de um ano e o de maior, sete anos⁶⁰.

Todos os quatorze volumes encontrados foram editados no tamanho 14 cm x 21 cm, ou seja, em tamanho de edição comum de livros na época. Encontramos as edições em capa dura, lombada vermelha com inscrições em dourado na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Não sabemos se era a forma original de acabamento, mas facilitava o arquivamento dos fascículos nas diversas bibliotecas que a receberiam; além disso, a forma de livro representava o objeto que continha em caracteres físicos o pensamento filosófico ou científico de intelectuais nos quais os alunos, juristas e demais letrados depositavam a confiança na mudança e na elaboração de propostas jurídico - políticas para pensar a sociedade de sua época e projetar um futuro melhor.

Todas as revistas foram impressas no Rio de Janeiro pelas seguintes gráficas: “Imprensa Nacional” (volumes II e III); “Typographia da Revista dos Tribunaes” (volumes IV, V, VI e VII); “Typographia d’ A União” (volumes VIII, IX, X e XII); “Tipographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia” (volume XI); “Officinas Graficas do Jornal do Brasil” (volumes XIII, XIV e XV). A existência de várias gráficas na capital da República oferecia a possibilidade da “Comissão de Redação” cotar o melhor preço para a publicação da revista acadêmica, o que possibilitava minimizar os custos ou aumentar o número de cópias da tiragem.

Foram examinados cento e trinta e um títulos publicados ao longo de dois decênios (1900 a 1919); havia variação do número de páginas e de títulos em cada um dos fascículos, como se observa:

⁵⁹ “Art. 211 – Cada numero da revista será publicado de dous em dous ou de tres em tres mezes, segundo o alvitre da comissão de redacção”, *idem*, p. 33.

⁶⁰ Foram levantadas informações para esta pesquisa nos artigos encontrados nos volumes II (1900), III (1901), IV (1908), V (1909), VI (1910), VII (1911), VIII (1912), IX (1913), X (1914), XI (1915), XII (1916), XIII (1917), XIV (1918) e XV (1919), disponíveis na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Tabela 1 – Número de páginas e títulos publicados pela Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro

Ano	Volume	Número de Páginas	Número de Títulos
1900	II	115	8
1901	III	135	9
1908	IV	111	9
1909	V	131	9
1910	VI	125	9
1911	VII	239	12
1912	VIII	181	12
1913	IX	160	10
1914	X	178	13
1915	XI	178	8
1916	XII	200	10
1917	XIII	193	6
1918	XIV	179	10
1919	XV	130	6

Enquanto publicação de caráter acadêmico na área de direito, a revista não se valeu de recursos visuais como fotografias, textos jornalísticos, colunas sociais ou publicidade de qualquer natureza.

Quanto à forma, os títulos estavam assim apresentados:

Tabela 2 – Número de artigos, discursos, relatórios, pareceres e catálogo de obras publicadas na Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro

Ano	Volume	Artigos	Discursos	Relatórios	Pareceres	Catálogo
1900	II	5	1	2	0	0
1901	III	2	2	4	1	0
1908	IV	4	0	5	0	0
1909	V	5	1	3	0	0
1910	VI	5	0	4	0	0
1911	VII	6	0	4	1	1
1912	VIII	8	0	4	0	0
1913	IX	8	0	2	0	0
1914	X	5	3	5	0	0
1915	XI	7	0	1	0	0
1916	XII	5	2	3	0	0
1917	XIII	4	1	1	0	0
1918	XIV	7	2	1	0	0
1919	XV	6	0	0	0	0

A maioria dos textos (setenta e sete) era de artigos que discutiam vários aspectos dos problemas enfrentados pela ciência do Direito. Trinta e nove relatórios apresentavam listas de nomes de alunos, diplomados e professores; livros e artigos publicados pelos docentes; atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica; funcionamento das aulas; resultados de exames. Doze discursos proferidos em formaturas mostraram a preocupação dos lentes com a qualidade dos profissionais formados, do exercício das atividades vinculadas ao mundo jurídico (advogados, cartorários, magistrados, outros membros dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo) e o compromisso com a boa qualidade de ensino e pesquisa da instituição. Dois pareceres foram apresentados na revista: “Parecer da Comissão da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro sobre o Projeto do Código Civil” no volume III de 1901 e o “Parecer da Comissão Especial encarregada de estudar a nova organização do Ensino Superior” no volume VII de 1911. Apenas um “Catálogo das principais obras existentes na Biblioteca da Faculdade” foi editado no volume VII de 1911.

Com efeito, a fim de compreender o interesse da “Comissão de Redacção”, se observou os temas que esses textos abordam.

Tabela 3 – Temas abordados nos artigos, discursos, relatórios, pareceres e catálogos publicados na Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro

Temas		Número de textos
Direito Privado	Direito Civil	24
	Direito Internacional Privado	5
	Direito Comercial	4
Direito Público	Direito Constitucional	9
	Direito Penal	5
	Direito Internacional Público	2
	Direito do Trabalho	1
	Direito Financeiro	1
Relatórios de Atividades Acadêmicas		21
Discursos de formaturas		9
Publicações de professores		7
Opinião sobre ensino		5
Lista do corpo discente/formandos		4
Lista do corpo docente		4
Direito Romano		3
Direito Processual		3
História do Direito		3
Teoria Geral do Estado		3
Medicina Pública		3
Filosofia do Direito		2
Administração Pública		2
Biografias		2
Discursos em datas comemorativas		2
Catálogo de obras da biblioteca		1
Economia		1
Parecer sobre leis		1
Política Internacional		1
Literatura		1
Resultado de exames		1
Lista de professores falecidos		1
Medicina Legal		1

Apenas dois textos não foram assinados por docentes da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro: “Irreductibilidade dos Vencimentos dos Juizes Federaes” por Anphilóphio de Carvalho e o “Relatório da Faculdade Livre da Cidade do Rio de Janeiro ao Ministro do Interior e da Justiça” pelo Fiscal do Governo Manoel Porphírio de Oliveira Santos, todos publicados no volume II, de 1900. Foram encontradas vinte e seis assinaturas de docentes pertencentes à “Comissão de Redacção” em relatórios de atividades acadêmicas. Como todos os outros textos foram assinados

pelos professores, é pertinente observar os temas que cada um assina, alguns em conjunto:

Tabela 4 – Quantidade de textos da Revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro assinados pelos docentes segundo os temas

Nome do Professor	Temas	Artigos
Francisco de Paula Lacerda de Almeida	Direito Civil	13
	Opinião sobre ensino	3
	Direito Constitucional	2
	Filosofia do Direito	1
	Direito Comercial	1
	Biografia	1
	Publicação de Professores	1
	Total de textos	22
Conselheiro Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho	Rel. de Atividades Acadêmicas	5
	Direito Civil	4
	Direito Processual	
	Direito Internacional Privado	
	Direito Constitucional	1
	Direito Penal	1
	Discurso de Formatura	1
	Parecer sobre Lei	1
	Opinião sobre ensino	1
	Total de textos	21
Augusto Olympio Viveiros de Castro	Direito Constitucional	3
	Direito Internacional Privado	2
	Direito Internacional Público	2
	Teoria Geral do Estado	2
	Direito do Trabalho	1
	Direito Penal	1
	Rel. de Atividades Acadêmicas	1
	Administração Pública	1
	Total de textos	13
Abelardo Saraiva da Cunha Lobo	Direito Romano	3
	Discurso de Formatura	2
	Direito Civil	1
	Direito Internacional Privado	1
	História do Direito	1
	Biografia	1
	Rel. de Atividades Acadêmicas	1
	Total de textos	10
Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira	Direito Penal	4
	Direito Comercial	1
	Discurso em Data Comemorativa	1
	Discurso de Formatura	1
	Total de textos	7

Nome do Professor	Temas	Artigos
Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro	Medicina Pública	1
	Direito Internacional Privado	1
	Direito Financeiro	1
	Política Internacional	1
	Economia	1
	Rel. de Atividades Acadêmicas	1
	Total de textos	6
Benedicto Carneiro de Campos Valladares	Direito Civil	4
	Opinião sobre Ensino	1
	Discurso de Formatura	1
	Total de textos	6
Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho	Opinião sobre Ensino	3
	Discurso em Data Comemorativa	1
	Total de textos	4
Luiz Carlos Fróes da Cruz	Parecer sobre Lei	1
	Opinião sobre ensino	1
	Discurso de Formatura	1
	Rel. de Atividades Acadêmicas	1
	Total de textos	4
Didmo Agapino da Veiga	Direito Comercial	1
	Administração Pública	1
	Opinião sobre Ensino	1
	Total de textos	3
Raul Paranhos Pederneiras	História do Direito	1
	Rel. de Atividades Acadêmicas	1
	Discurso de Formatura	1
	Total de textos	3
Carlos Pinto Sidel	Medicina Pública	1
	Medicina Legal	1
	Discurso de Formatura	1
	Total de textos	3
Eduardo de Castro Rebelo	Direito Comercial	1
	Direito Internacional Privado	1
	Opinião sobre Ensino	1
	Total de textos	3
Carlos Antônio França Carvalho	Direito Constitucional	1
	Discurso em Data Comemorativa	1
	Total de textos	2
Antônio de Paula Ramos Júnior	Parecer sobre Lei	1
	Rel. de Atividade Acadêmica	1
	Total de textos	2
Desembargador Virgílio de Sá Pereira	Direito Internacional Privado	1
	Literatura	1
	Total de textos	2

Nome do Professor	Temas	Artigos
Carlos Affonso de Assis Figueiredo	Direito Civil	1
	Total de textos	1
Eugênio de Valadão Catta - Preta	Direito Constitucional	1
	Total de textos	1
Gastão de A. Graça	História do Direito	1
	Total de textos	1
Manoel Ignácio de Carvalho Mendonça	Rel. de Atividades Acadêmicas	1
	Total de textos	1
Mário da Silveira Vianna	Parecer sobre Lei	1
	Total de textos	1
Julio Pires Porto Carreiro	Medicina Pública	1
	Total de textos	1

A análise desses resultados sugere alguns indícios interessantes sobre a distância entre a imposição legislativa sobre a revista acadêmica e sua prática editorial.

Segundo as determinações da legislação educacional referente ao curso de direito na época, as revistas serviriam como instrumento de circulação livre de ideias, pesquisas, opiniões e apresentação de relatórios. Entretanto, como a “Comissão de Redação” (formada por docentes) escolheu a maioria dos autores que assinaram textos publicados na *Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro* entre os próprios professores da instituição, verifica-se que ela se tornou um instrumento de reprodução e convergência ideológica entre os integrantes da própria comunidade acadêmica, ou seja, do núcleo de intelectuais que ali se reuniam para pensar a sociedade através da Ciência do Direito sob os mesmos princípios teóricos, muitas vezes defendidos em suas aulas, discursos, pesquisas e teses.

Os textos apresentam tentativas de explicação dos fenômenos do mundo social do início da República sob a ótica do Direito, assentados na concepção de pesquisa científica com isenção ideológica porque com esses discursos tentavam imprimir confiabilidade e certeza. Os membros da sociedade carioca que também poderiam ter entrado em contato com os textos publicados na revista, identificavam os professores como eruditos ou intelectuais divulgadores e esclarecedores das verdades estabelecidas

pela ciência. Portanto, a defesa de princípios teóricos ou ideológicos por parte dos professores poderia ganhar o ambiente público e neste espaço, atingir a classe social detentora do poder, as elites esclarecidas, tornando-se um instrumento político. Em plena Capital Federal, pensar o Direito e influenciar as elites esclarecidas desde suas formações acadêmicas representava a responsabilidade dos professores da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro em criar um perfil jurídico próprio para o novo país republicano, livrá-lo da imagem de atraso correspondente ao Império e capaz de trazer desenvolvimento, justiça e paz na relação entre os indivíduos que compunham a população.

Quanto aos alunos que entravam em contato com os textos publicados nos fascículos da revista, poderiam fazer livre leitura e tecer própria opinião; mas para fazerem parte do núcleo de intelectuais, para se sentir pertencente ao meio acadêmico em que frequentavam, deveriam avaliar sua postura e compartilhar, ao menos em parte, os perfis ideológicos ou teorias jurídicas propostas pelos textos das aulas, nos círculos de debates, nos trabalhos escolares, nas pesquisas e teses, enfim, deveriam aceitar os princípios teóricos apresentados nos textos publicados na revista acadêmica e defendidos pelos professores⁶¹, ao menos para garantir suas notas.

Ficou também evidente nas observações quantitativas dos fascículos da revista que a maioria dos textos se relaciona a artigos referentes ao Direito Privado (especialmente ao Direito Civil) e ao Direito Público (especialmente ao Direito Constitucional). Entretanto, antes de identificar os principais objetos de estudo desses dois campos do Direito, ou seja, a investigação das principais preocupações sociais analisadas pelos professores através dos textos publicados na *Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro*, deve-se procurar suas referências teóricas, especialmente outros cientistas no Direito. Para isso, optou-se por encontrar seus nomes nas referências diretas ou explícitas de seus livros nos artigos estudados.

Entre as várias referências, destacou-se o nome de Rudolf Von Ihering, jurista de origem germânica. Este pensador distinguiu-se dos demais citados nos textos escritos para publicação na *Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro* porque foi citado direta ou explicitamente em doze textos de onze fascículos

⁶¹ “O que dentro de um dado grupo se aceita como absoluto aparece, a quem está fora, como condicionado pela situação de grupo e é reconhecido como parcial”, MANNHEIN, Karl *Sociologia do Conhecimento* in **Ideologia e Utopia**, São Paulo, Zahar Editora, 1968, p. 295.

diferentes⁶², ou seja, foi uma referência que percorreu as duas décadas em que o periódico foi impresso. Estas citações foram feitas por seis professores, um deles chegou a assinar até cinco textos tendo-o como referência inabalável⁶³. Isto indica que o grupo de intelectuais que escreveram artigos para a revista tinha certa preferência pelas ideias desse autor.

Este autor alemão também recebeu fortes adjetivações como “o grande Ihering”⁶⁴, que o nome deste jurista “brilha em constelação luminosa a par das figuras dos grandes estadistas e homens de sciencia da assombrosa Germania”⁶⁵, “notável jurista e fecundíssimo philosopho”⁶⁶ ou ainda “um dos mais elevados cumes da cordilheira jurídica do século XIX”⁶⁷, o que reforçou as suspeitas sobre a sua influência ideológica.

Teve dois de seus livros divulgados como referencia na biblioteca da faculdade⁶⁸ e recebeu homenagem em uma biografia⁶⁹. Assinada pelo Professor Dr. Abelardo

⁶² BANDEIRA, Esmeraldino Olympio de Torres *Discurso pronunciado pelo lente de Direito Criminal Esmeraldino Bandeira na sessão da lei da fundação dos cursos jurídicos* in **RFLDCRJ**, Vol. II, p. 97; ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Deverá o Direito Criminal continuar a construir ramo distinto do Direito Civil ou antes ser nele englobado, formando reunidos o Código Geral de Direito Privado?* in **RFLDCRJ**, Vol. III, p. 20; ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda *Concomitância e coincidência de vários direitos no mesmo objeto – ensaio para servir de proêmio a uma nova theoria de posse* in **RFLDCRJ**, Vol. IV, p. 10; OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *Discurso para a Colação de Grão dos Bacharéis* in **RFLDCRJ**, Vol. V, p. 65; ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Enphiteuse ou Aforamento?* in **RFLDCRJ**, Vol. VI, p. 25; CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de *O direito de greve e suas limitações – necessidade de um Código de Trabalho* in **RFLDCRJ**, Vol. VIII, p. 122; CARRERO, Carlos da Costa Ferreira Porto *O Estado Moderno e a Conflagração Europeia* in **RFLDCRJ**, Vol. XI, p. 128/132; LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Discurso inaugural das aulas de Direito Romano no anno de 1916* in **RFLDCRJ**, Vol. XII, p. 13; ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *O Senador Cândido de Oliveira e sua Obra Juridica* in **RFLDCRJ**, Vol. XIII, p. 10; LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *O Artigo 1807 do Código Civil Brasileiro* in **RFLDCRJ**, Vol. XIII, p. 116. ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Direito Civil – Parte Propedêutica – Da Ordem Juridica* in **RFLDCRJ**, Vol. XIV, p. 127. LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *O Direito Ibero – Americano* in **RFLDCRJ**, Vol. XV, p. 111.

⁶³ Francisco de Paula Lacerda de Almeida (5 textos), Abelardo Saraiva da Cunha Lobo (3 textos), Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira (1 texto), Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho (1 texto), Augusto Olympio Viveiros de Castro (1 texto), Carlos da Costa Ferreira Porto Carrero (1 texto).

⁶⁴ BANDEIRA, Esmeraldino Olympio de Torres *Discurso pronunciado pelo lente de Direito Criminal Esmeraldino Bandeira na sessão da lei da fundação dos cursos jurídicos* in **RFLDCRJ**, Vol. II, p. 97

⁶⁵ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda *Concomitância e coincidência de vários direitos no mesmo objeto – ensaio para servir de proêmio a uma nova theoria de posse* in **RFLDCRJ**, Vol. IV, p. 10

⁶⁶ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Direito Civil – Parte Propedêutica – Da Ordem Juridica* in **RFLDCRJ**, Vol. XIV, p. 127.

⁶⁷ LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Discurso inaugural das aulas de Direito Romano do anno de 1916, proferido pelo cathedratico Dr. Abelardo Saraiva da Cunha Lobo, no dia 1º de abril* in **RFLDCRJ**, Vol. XII, 1916, pp. 13.

⁶⁸ *Études complementaires sur l'esprit du droit romain* edição de 1880 e *L'esprit du droit romain* edição de 1886. *Catalogo das principais obras publicadas existentes na Biblioteca da Faculdade* in **RFLDCRJ**, Vol. VII, p. XXX.

Saraiva da Cunha Lobo, a “nota biographica” teve como objetivo comemorar o centenário de seu nascimento. Após destacar sua vocação para a ciência do Direito devido à rapidez com que Rudolf Von Ihering chegara à docência universitária, teceu dois comentários sobre sua obra.

Primeiro elogiou a influência de Friedrich Carl Von Savigny (1779 – 1861) e Friedrich Julius Stahl (1802 – 1861)⁷⁰ em sua formação acadêmica enquanto seus professores. Estes dois autores defendiam a tese que a atenção excessiva que os juristas alemães davam ao estudo do Direito Romano impedia o desenvolvimento do direito saxônico, construindo uma barreira ideológica à identidade jurídica nacional germânica. Acreditavam que o Direito não existia enquanto razão humana universal e imutável (tese apreciada pela Filosofia do Direito e pelo Direito Comparado), mas como um produto histórico em constante transformação: a fonte do direito deveria ser principalmente a moral ou “psicologia política” de um povo (o direito consuetudinário) e não apenas os princípios racionais mais evoluídos do ser humano, muitas vezes herdados de códigos estrangeiros ou antigos, como as codificações romanas. Logo, a História de um povo legitimaria o seu Direito. Estas ideias formaram um grupo de juristas simpatizantes que ficou conhecido por “Escola Histórica dos Juristas Alemães”⁷¹.

Depois, exaltou sua concepção de “Direito”, descrevendo que ele

...procurava a essência íntima do DIREITO, não, como todos os seus predecessores, exclusivamente na “vontade geral” em oposição a “vontade individual”, mas, sim, na “utilidade”, descobrindo os seus dois elementos constitutivos: o *substancial*, que reside no fim prático, que produz a utilidade, as vantagens e interesses, e o *formal*, que se refere a esse fim unicamente como meio, isto é, “protecção do DIREITO, acção da justiça”. E, com symbolo felicíssimo, em que figura o elemento *formal* como o fructo e o *substancial*, como a envoltura ou a casca protectora, resume, com segurança, o seu pensamento, dizendo que “os direitos são interesses juridicamente protegidos”⁷².

⁶⁹ LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Rudolf Von Ihering e sua grande obra* in **RFLDCRJ**, Vol. XIV, pp. 153 – 159.

⁷⁰ Idem, p. 153.

⁷¹ GOYARD – FABRE, Simone *A escola do historicismo* in **Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno**, São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002, pp. 379 – 384.

⁷² Ibidem, p. 155.

Entre as várias obras do jurista alemão, o professor brasileiro destacou também, enquanto os que “têm exercido maior influência entre nós”, os livros “O Espírito do Direito Romano” e “A Evolução do Direito”⁷³.

Com efeito, esta verdadeira admiração do Professor Abelardo Saraiva da Cunha Lobo pelas obras de Rudolf Von Ihering deve ser entendida pela relação de valores ou interesses que identificava na obra do autor alemão. Portanto, torna-se importante neste momento encontrar nos artigos da *Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro* os princípios ideológicos, valores e interesses do jurista germânico, a fim de conjugá-los com o núcleo intelectual brasileiro em questão, o da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro.

⁷³ Ibidem, p. 158.

2. O uso dos princípios ideológicos de Rudolf Von Ihering nos artigos da Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro

Organizadas por ramo do Direito, foram levantadas as ideias defendidas por Rudolf Von Ihering e que eram compartilhadas pelos professores escritores dos artigos da Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro.

2.1 Direito Privado

2.1.1 Direito Civil

No artigo “Apolo e Arthemis”, no qual o Professor Virgílio de Sá Pereira demonstra como o Direito aparece em alguns livros de literatura, ou melhor, como ele é sentido pelos escritores enquanto parte da sociedade, reflete a ideia de Rudolf Von Ihering sobre a evolução ou amadurecimento da humanidade espelhada nas obras artísticas e de Direito:

Como os annos sobre o homem, os seculos se acamam sobre a humanidade. A sua infancia passou, a juventude já lá se foi, chegados são os dias da virilidade. A linguagem imaginosa da mocidade é substituida pela da madureza, a poesia cede espaço á prosa. Mas, ainda aqui a arte não se despede do direito, e o que a poesia já lhe não dá em emotividade, a prosa lhe prodigaliza em dignidade⁷⁴.

Declara perceber a importância da evolução da consciência sobre a propriedade privada enquanto elementos materiais essenciais para a vida, assim como a consciência da importância das regras jurídicas ou leis e do Estado para assegurá-la, característica da sociedade naquele momento da História (ao menos nas “classes cultas”).

A confiança com que o sementeiro semeia o grão, a paciência com que aguarda a messe, a esperança com que a colhe, estariam irremediavelmente sacrificadas, desde o momento em que a lei não assegurasse a continuidade do labor pela herança, e o não vinculasse substancialmente á terra, que elle e a terra não sejam mais do que um, como o exprime a forte definição de Rudolf Von Ihering: - a propriedade é a periphéria da pessoa estendida á cousa⁷⁵.

⁷⁴ PEREIRA, Virgílio de Sá *Apolo e Arthemis* in **RFLDCRJ**, Vol. XI, 1915, pp. 75 – 91.

⁷⁵ Idem.

Esta primeira manifestação de apoio às ideias de Rudolf Von Ihering por um professor da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro demonstra o que podem trazer para a realidade os cientistas brasileiros do Direito: a forma de governo republicana como sinônimo de civilidade; Direito, como arte, sinônimo de sensibilidade; propriedade como sinônimo de vida.

O Direito Civil se baseia na ideia de Rudolf Von Ihering quando defende a conjugação das regras morais de um povo à Filosofia do Direito e ao Direito Comparado enquanto fontes legítimas do Direito (enquanto Regras Jurídicas ou Leis). Em artigo escrito em 1917, o Professor Abelardo Saraiva da Cunha Lobo faz uma análise do *Artigo 1.1807 do Código Civil Brasileiro* que determinava: “Ficam Revogadas as Ordenações, Alvarás, Leis, Decretos, Resoluções, Usos e Costumes concernentes às matérias de direito civil reguladas neste Código”. Sua posição é contrária a esta determinação de inflexibilidade deste código legislativo. Em seu entendimento, os legisladores do Código Civil de 1916 deveriam manter como um dos seus princípios o uso dos antigos códigos que foram utilizados no Brasil, especialmente porque poderiam conter traços da moral do povo brasileiro, indispensáveis pelo sentimento de justiça da nação, como por exemplo, a impossibilidade de dissolução do matrimônio, estabelecido no Direito Canônico e, segundo sua ótica, aceito como verdade pela população brasileira.

Não somos dos aferrados á immutabilidade do Direito, mesmo porque estamos convencidos de que *“o tempo modifica os fundamentos do Direito, da mesma sorte que muda-lhe as regras. Os principios devem necessariamente mudar, pois não constituem simples cathegorias lógicas; são a concentração das regras materiaes e as regras mudam com as relações. Crêr na immutabilidade dos principios é acreditar na falta de sentimento critico para o estudo da história...”*

Entretanto, si assim pensamos, com o mais fecundo dos juristas e philosophos do século passado, nem por isso recusamos a esses sucessos da História o valor que realmente têm para a actualidade. O Direito romano, digam o que quizerem os seus detractores, não perdeu nem perderá tão cedo o seu império e só o despreza quem o não conhece ou tem d'elle um conhecimento superficial. O mesmo ocorre com o velho Direito Civil Portuguez, aurido no Romano, Germanico e Semítico, sob a influencia em regra salutar, do Direito Canônico, cujos resíduos não será fácil eliminar.

Pretendeu o legislador pátrio excluir um e outro das decisões dos nossos tribunaes, em matéria civil, mas, a pratica de poucos mezes vae demonstrando, á saciedade, o erro dessa exclusão em face das lacunas do Código.

A cultura jurídica do povo não se interrompe, nem os povos mudam as regras jurídicas que presidem as relações civis com a facilidade com que mudam as formas de governo, porque o Direito não se inventa⁷⁶.

O Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida posiciona-se da mesma maneira no artigo *Direito Civil – Parte Propedêutica – Da Ordem Jurídica* ao analisar o distanciamento que tomava a elaboração das Regras Jurídicas no Brasil republicano das verdadeiras fontes do Direito que Rudolf Von Ihering identificava: a moral do povo (Direito Objetivo) e os postulados racionais mais elaborados pela razão humana através da Filosofia do Direito e do Direito Comparado (Direito Subjetivo).

Neste sentido, e convergindo para uma ordem superior, amplíssima, a Sciencia, a Philosophia e a Religião abraçam-se e combinam nos mais completos e fecundos resultados. A Sciencia observa sem Idea preconcebida os factos, a Philosophia julga-os em sua orientação e direcção, a Religião revela nelles a ordem sobrenatural que se adapta e ajusta ao plano natural para extendel-o ao infinito como o telescópio applicado ao órgão visual extende-nos o olhar pelos paramos intêrminos do espaço celeste.

Eis aí como admiravelmente se encadeiam a ordem jurídica, a ordem moral e a ordem divina, revelando todas a harmonia que reina no universo, essa ordem admirável que proclama, aos nossos olhos, no céu estrellado a gloria do seu Supremo Autor⁷⁷.

A defesa que Rudolf Von Ihering faz da inviolabilidade da relação entre a vida do indivíduo humano e a propriedade aparece no artigo *Preleções ao Direito Civil* do Professor Carlos Afonso de Assis Figueiredo. Segundo este autor, o ser humano está ligado às “cousas corpóreas. Della depende sua subsistencia, sua conservação, desenvolvimento de suas faculdades, para realização dos destinos que a Providência lhe traçou”. A obtenção de “cousas” é indispensável à vida do indivíduo humano e podem estar em seu poder de duas formas diferentes: o “domínio” (com a obtenção do título legítimo por compra, doação ou troca) ou “posse” (apreensão no mundo físico sem título algum que a legitime). Quem determina o título legítimo de “domínio” ou “propriedade” é o Estado; logo, cabe ao Estado garantir a disposição ou uso de uma coisa pelo seu proprietário, nos ditames do Direito (enquanto Regras Jurídicas ou Leis). O indivíduo teria a liberdade de conceder a posse de uma propriedade a outro indivíduo, mas poderia reavê-la segundo sua vontade, também dentro dos ditames das Regras Jurídicas ou Leis; uma vez não podendo reavê-la, o Estado garantiria sua devolução

⁷⁶ LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Artigo 1.1807 do Código Civil Brasileiro* in **RFLDCRJ**, Vol. XIII, 1917, pp. 109 – 117.

⁷⁷ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda *Direito Civil – Parte Propedêutica – Da Ordem Jurídica* in **RFLDCRJ**, Vol. XIV, 1918, pp. 127 – 159.

através dos “interdictos possessorios”. Conforme esta perspectiva, o princípio geral que rege a existência do Estado é a garantia da vida e da propriedade, enquanto condição para a própria vida; e o princípio de que o Estado deve, antes de tudo, reger as partes individualmente⁷⁸.

Quando o mesmo Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida apresenta o artigo *Enphyteuse e Aforamento*, defende que as Regras Jurídicas ou Leis sejam claras para favorecer a livre iniciativa para acordo entre indivíduos (seja pessoa física ou jurídica) no que Rudolf von Ihering chamou de “comércio jurídico”, quando se referirem a enfiteuse (arrendamento por prazo longo ou perpétuo de terras públicas ou privadas) e aforamento (concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade cedida em enfiteuse para exploração e usufruto ao seu ocupante pelo proprietário)⁷⁹.

No artigo *A Lesão dos Contractos Civis*, o Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida entende que a parte que se sentir lesada pelo rompimento de um ponto ou todos os pontos em um contrato entre indivíduos firmado de livre e espontânea vontade de ambos, deve procurar a instituição competente do Estado (o Poder Judiciário, responsável pelo julgamento da disputa entre indivíduos) a fim de que a parte lesada não tenha prejuízo no final da relação que Rudolf Von Ihering chamou “comércio jurídico”, por ter valor legal. Também compartilha a ideia do jurisconsulto alemão que este respeito às relações individuais é um princípio universal no Direito que, uma vez conquistado na época do Império Romano, não mais pode ser desprezado.

O Direito Romano foi, é e continua a ser estudado nas escolas, e constitue eterno thema de cogitações, das construcções scientificas, das theorias juridicas que se architectam, substituem-se, destroem-se e resurgem sempre sobre a mesma base, sempre sobre os mesmos textos.

As mais originaes theorias sobre o Direito Civil, mesmo moderno, disputam por apoiar-se e encontrar precedentes e assento nos velhos principios: basta recordar Ihering com as suas obras, que são uma remodelação, uma inovação mas que se assentam todas no velho alicerce latino⁸⁰.

O mesmo professor esclarece no artigo *Concomitância e Coincidência de vários Direitos no mesmo Objecto – Ensaio para servir de Proêmio a uma nova Theoria de*

⁷⁸ FIGUEIREDO, Carlos Afonso de Assis *Preleções de Direito Civil* in **RFLDCRJ**, Vol. II, 1900, pp. 61 – 85.

⁷⁹ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda *Enphyteuse e Aforamento* in **RFLDCRJ**, Vol. VI, 1910, pp. 25 – 40.

⁸⁰ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *A Lesão dos Contractos Civis* in **RFLDCRJ**, Vol. III, 1901, pp. 37 – 50.

Posse, que o Direito não pode ser abstraído da “cosa corpórea, mas está na coisa”, os direitos individuais não recaem sobre a propriedade, está na propriedade porque apenas um objeto físico pode ser reivindicado. A herança, no sentido de sucessão, não pode ser reivindicada, mas as coisas que constituem a herança podem ser reivindicadas a partir das regras jurídicas ou leis. A propriedade é a teoria que se relaciona ao domínio da coisa.

É o grande Ihering quem diz: a propriedade é uma coisa incorporea, um direito tão abstrato, tão ideal, tão independente da coisa sobre que se exercita como são abstractos, ideais e independentes os demais direitos reais, ou melhor, os demais direitos das coisas, que entre uns e outros há sua diferença.

Somente com o risco de alienação da coisa é que os indivíduos compreendem a importância de que um Estado venha assegurar seu domínio físico sobre a coisa, preciosa que é para a sua existência, caso contrário, não a reivindicaria⁸¹.

No artigo *Propedêutica Jurídica – A chamada Parte Geral do Direito Civil – Ensaio de uma nova classificação de todas as matérias do Direito*, o Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida acrescenta que o Direito das Coisas deve reger, além do direito da propriedade dos indivíduos, os momentos em que o Estado tem o direito de desapropriar um bem ou coisa de um indivíduo em função de sua utilidade social ou pública⁸², o que esclarece a ideia de solidariedade do indivíduo perante o tecido social.

Neste sentido, no artigo *O Sequestro do Convento de Santo Antônio*, de 1912, o Professor Benedicto Carneiro de Campos Valladares critica o governo republicano por desapropriar o edifício da Ordem dos Franciscanos na cidade do Rio de Janeiro por dois motivos: primeiro porque não fica clara a função social do prédio alienado; segundo porque é a desapropriação de um prédio onde funciona uma ordem religiosa, entidade que entende ser dos mais altos graus de importância moral para a sociedade carioca⁸³.

⁸¹ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Concomitância e Coincidência de vários Direitos no mesmo Objecto – Ensaio para servir de Proêmio a uma nova Theoria de Posse* in **RFLDCRJ**, Vol. IV, 1908, pp. 7 – 31.

⁸² ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Propedêutica Jurídica – A chamada Parte Geral do Direito Civil – Ensaio de uma nova classificação de todas as matérias do Direito* in **RFLDCRJ**, Vol. VII, 1911, pp. 33 – 59. O Professor Augusto Olympio Viveiros de Castro também defende esta posição no artigo *Conceito de Obra Publica*; e sua execução in **RFLDCRJ**, Vol. VII, 1911, pp. 66 – 108.

⁸³ VALLADARES, Benedicto Carneiro de Campos *O Sequestro do Convento de Santo Antonio* in **RFLDCRJ**, Vol. VIII, 1912, pp. 88 – 98. Completa sua exposição no número seguinte da revista *O Sequestro do Convento de Santo Antonio* in **RFLDCRJ**, Vol. IX, 1913, pp. 143 – 149.

O Conselheiro Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho aceita a ideia de Rudolf Von Ihering da *Responsabilidade Civil do Estado pelo facto dos seus agentes* porque entende que o Estado, enquanto pessoa jurídica, pode manifestar-se e agir (seja na relação social, política ou jurídica) somente por meio de seus representantes, ou seja, funcionários; no entanto, deve ser responsabilizado por uma ação de um desses representantes que cause dano a uma pessoa física ou jurídica⁸⁴.

O Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida, no artigo *A Filiação Natural Paterna*, concorda que o princípio do Direito Sucessório do Império que restringia o direito da herança das propriedades dos pais aos filhos legítimos, mas o critica ao não possibilitar aos filhos ilegítimos condições alimentares ou de alguma outra ordem material que possibilitasse ou facilitasse ao bastardo enfrentar os desafios da existência humana individual. Como Rudolf Von Ihering, entende que a família é o núcleo onde se constrói a moral da sociedade, mas adapta esta ideia para a realidade brasileira no momento em que observa que a instituição familiar não pode ser corrompida com a equiparação do direito de herança na sucessão das propriedades para filhos legítimos e ilegítimos, pois especula não coincidir com a moral específica dos brasileiros; entretanto, não vê objeções para que algumas condições materiais da vida não faltem para estes.

Sejam os quaes forem os argumentos de ordem sociologica com que se queiram apadrinhar o convulsionamento ou destruição dos antigos alicerces em que repousa a atual civilização, fundada no christianismo, nutrida nas tradições de um espiritalismo que creou, animou e mantém tudo quanto de nobre e grande constitue o orgulho de nossa raça, uma instituição ao menos deve sobrenadar no geral cataclysmo que nos ameaça doutrinas heterodoxas de base materialista, é a santa instituição da família, que não póde ficar ao nivel dessas conjucções escusas, passageiras, immoraes, que sejam quaes forem as condições em que foram formadas, não podem ser acoroçadas, indirectamente que seja, em seus fructos.

Para satisfazer o sentimento de compaixão morbida que nos caracteriza, para satisfazer á fê christã, basta a obrigação de alimentos: nivelar, porém, o legitimo ao illegitimo é o que não pode fazer a lei, pois que nella assenta a legitimidade e é por ella garantida⁸⁵.

⁸⁴ OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *Responsabilidade Civil do Estado pelo facto dos seus agentes* in **RFLDCRJ**, Vol. VI, 1910, pp. 9 – 24.

⁸⁵ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *A Filiação Natural Paterna* in **RFLDCRJ**, Vol. II, 1900, pp. 7 – 23. A mesma ideia é defendida em seu artigo *Introdução às Sucessões* in **RFLDCRJ**, Vol. X, 1914, pp. 9 – 31.

No artigo *Liberdade de Testar*, o Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida defende a liberdade do indivíduo de dispor como quiser de todos os seus bens em testamento (observando o modelo anglo-saxão), embora tenha ascendente, descendentes e parentes colaterais, porque entende que a moral genuinamente brasileira valoriza a autoridade do pai. Esta tese se contrapõe a dos outros juristas e dos legisladores brasileiros que desejavam conferir legítima parte da herança aos filhos e filhas, pais e mães, avós ou outros parentes. Portanto, o professor observa que o costume do povo deve ser levado em consideração como importante fonte para elaboração do justo Direito (enquanto regra jurídica ou lei).

A unidade forte da família exige a liberdade de testar. O pae, a quem os filhos, condômino em vida dos haveres que não são seus, toma conta do modo porque dirige e administra os bens; perante o qual gripam como donos que hão de ser de suas legítimas, com os olhos no que vão herdar; que fazem do pae espécie de besta de carga, cuja ocupação única é enthesourar a fortuna que ao cabo de poucos mezes está desbaratada no jogo, com mulheres perdidas, nos theatros obscenos ou nas diversões mais ou menos inconfessaveis, eis a imagem da família des governada, onde a autoridade paterna, á mingua de apoio na livre disposição causa mortis, tem necessariamente de naufragar.

É pois urgente dar mais força e vigor á autoridade paterna: imitemos os povos másculos de sangue anglo-saxão; copiemos costumes, praticas, e não simplesmente leis norte-americanas; façamos nossa patria independente no sentido em que é a grande republica, quero dizer, por dentro e por fôra, não apenas por fôra⁸⁶.

O Professor Benedicto Carneiro de Campos Valladares, no artigo *Do casamento e do divórcio perante o direito pátrio*, faz a constatação que o Direito Civil deve reger juridicamente e aceitar o divórcio quando uma das partes não mais deseja a união ou não faz jus à confiança que seu parceiro e a sociedade esperam, um comportamento que considera imoral. Aceita com pesar que o princípio da indissolubilidade do matrimônio instituído pela Igreja Católica não mais representa a justiça nas relações humanas que esperam os brasileiros porque haveria outros princípios morais (fidelidade, felicidade, respeito etc.) que deveriam ser privilegiados a esta célula social. Mesmo sendo contra um princípio religioso, o Estado tem o dever de autorizá-lo para manter a ordem moral e social⁸⁷.

Por sua vez, o professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida reitera sua postura contrária ao divórcio. Entende que o “homem civilizado” se vale da inteligência

⁸⁶ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Liberdade de Testar* in **RFLDCRJ**, Vol. VIII, 1912, pp. 138 – 163.

⁸⁷ VALLADARES, Benedicto Carneiro de Campos *Do casamento e do divórcio no direito pátrio* in **RFLDCRJ**, Vol. VI, 1909, pp. 41 – 66.

e da razão para perceber que a família é o núcleo de sustentação da sociedade porque projeta nos descendentes os valores, a moral, a cultura, as tradições da sociedade na qual vive, enquanto os “selvagens” viveriam por reação às percepções dos sentidos.

O homem é um ser ensinado; a civilização é a tradição avolumada e desenvolvida; o selvagem é um animal dotado de sentidos que competem em agudeza e sensibilidade com as outras bestas feras; o homem civilizado é um ser desarmado, só lhe vale a inteligência e a razão.

A família como condição, que é, essencial do desenvolvimento e elevação da espécie humana, sempre existiu e sua forma primitiva foi a monogamia; ella se conservou em sua pureza entre os patriarchas hebreus, no povo depositário das grandes verdades.

Por isso, o povo brasileiro, se pretendesse chegar à civilidade, deveria valorizar o casamento como a Igreja Católica o faz.

A faculdade de divorciar-se gera facilidades perigosas á paz e tranquillidade da familia e somemos consideração á santidade do vinculo. Só o egoismo insaciavel do homem podia desfechar tamanho golpe na sociedade conjugal, em que são interessados mulher e filhos; esses sagrados interesses são sempre postos á margem, e os divorcios se reproduzem num crescendo assustador; basta que a lei o permita.

O effeito de todos o mais pernicioso do divorcio, o qual só poderia ser adoptado como consecutório do casamento civil (e tal é o peor de todos os males da laicisação do matrimônio) é o desrespeito á santidade do contracto matrimonial, perpetuo e indissolúvel, e o rebaixamento da instiuição do matrimonio, que Jesus – Christo elevou á dignidade de sacramento⁸⁸.

Adultério do marido para o divorcio, outro artigo do Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida, revela ser necessário compreender que a família se mantém como uma instituição sagrada para o povo brasileiro (“um paiz onde a santidade do lar doméstico ainda é uma consoladora realidade”). Portanto, uma legislação que pretenda oferecer a separação a uma mulher traída pelo marido deve orientar-se pela equiparação dos cônjuges no direito de pedir separação baseada na natureza ética do matrimônio porque a traição conhecida do parceiro implica em grave injúria para a outra parte e grave atentado à instituição familiar. Entretanto, nada deveria mudar em relação ao

⁸⁸ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Direitos da Família – Lição Inaugural* in **RFLDCRJ**, Vol. VIII, 1912, pp. 9 – 38. A mesma ideia é defendida no artigo *Um aspecto do Casamento Civil* in **RFLDCRJ**, Vol. XI, 1915, pp. 93 – 105, e no artigo *O Formulato do Código Civil* in **RFLDCRJ** Vol. XV, 1919, pp. 9 – 36.

direito de sucessão que recai aos filhos legítimos e a mínima ajuda aos possíveis ilegítimos⁸⁹.

Quanto à *Restituição do dote*, o mesmo professor argumenta que uma vez constituído o casamento, o dote que a família da noiva pagara a fim de ajudar nas celebrações do matrimônio ou montagem do novo lar, deveria ser restituído, salvo em adultério; em caso da família da noiva renunciá-lo, deveria ser convertido no patrimônio da família e neste caso, passível de sucessão.⁹⁰

Para responder se *A viúva, que concebe segundas núpcias, tem os direitos inerentes ao pátrio poder exercido pelo finado marido*, o Professor Conselheiro Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho argumenta os seguintes casos: a viúva legitimamente casada deve suceder ao marido como proprietária dos bens da família; a viúva que legitimamente separada do marido sem culpa sua (pedido ou traição) casando-se novamente, deve ter direito a exercer poder sobre as propriedades deixadas pelo ex-marido até a maioridade dos descendentes legítimos; a viúva culpada da separação (pedido ou traição) casando-se novamente não deve ter direito sobre as propriedades deixadas pelo marido, devendo estas ser tuteladas ou curadas por alguém de direito até a maioridade dos descendentes legítimos. Segundo o professor, seria uma forma legítima de observar o caso, pois estaria de acordo com as regras jurídicas ou leis de outros países e com o sentimento moral do povo brasileiro⁹¹.

No que se refere ao Direito Civil, os artigos dos professores da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro apresentam o desejo que as regras jurídicas ou leis da República e o Estado garantissem a propriedade privada e a sucessão na família, sem se dar conta de seu tamanho ou quantidade. Demonstram que o patriarcalismo ainda estava presente no núcleo familiar e os dogmas da Igreja Católica deveriam manter-se inabalados. Defendiam também o liberalismo nas relações econômicas entre os indivíduos da sociedade. Essas prerrogativas revelam o caráter de proteção conservadora e elitista que esses juristas queriam convencionar nas regras jurídicas ou leis.

⁸⁹ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Adultério do Marido para o divórcio* in **RFLDCRJ**, Vol. V, 1909, pp. 10 – 26.

⁹⁰ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Direitos da Família – Restituição do Dote* in **RFLDCRJ**, Vol. XII, 1916, pp. 21 – 36.

⁹¹ OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *A viúva, que concebe segundas núpcias, tem os direitos inerentes ao pátrio poder exercido pelo finado marido* in **RFLDCRJ**, Vol. VII, 1911, pp. 27 – 32.

2.1.2 Direito Comercial

Preocupado em saber até onde as relações comerciais deveriam ser regidas por um Código Civil ou ter um código legislativo específico (Código Comercial), o Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida produz o artigo *Deverá o Direito Commercial continuar a constituir ramo distinto do Direito Civil ou antes ser nele englobado, formando reunidos o Código Geral de Direito Privado*”. Neste texto, acompanha a ideia de Rudolf Von Ihering sobre as fontes do conhecimento em Direito, ou seja,

Os direitos, no dizer de Ihering, são interesses geralmente garantidos: é o momento histórico, são as circunstâncias de lugar e de tempo é a instituição científica, são as ideias moraes e religiosas, o estado de civilização, em summa, que fixam e determinam quaes os interesses que devem ser protegidos, quaes não, o que é que é direito e o que não.

Entende que, sendo um fenômeno social de acordo entre indivíduos (comércio jurídico), deve ter liberdade para acontecer. Tinha origem no Direito das Obrigações, ramo do Direito que abarca as relações de troca ou permuta, a compra e a venda, a locação, entre outros. Contudo, devido ao desenvolvimento da indústria, do comércio, de todas as relações financeiras que a eles se relacionam, em escala nacional e internacional, abre-se grande espaço de novas relações morais dentro da cultura brasileira e passa a exigir um código de leis específico⁹².

Em seu artigo *Mandato e Comissão Mercantis. Sociedade em Conta de Participação*, o Professor Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira defende a liberdade de associação entre dois ou mais indivíduos a fim de maximizar os ganhos de seu negócio. Uma das partes deve ser necessariamente um empreendedor, a outra, não; aquele gere o negócio enquanto este não precisa aparecer na documentação regular, mas ambos os dois participam dos resultados. É uma versão da defesa feita por Rudolf Von Ihering pela liberdade de contrato entre as partes no “comércio jurídico”. A única observação do professor a esta questão é a necessidade do governo assegurar, através de

⁹² ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Deverá o Direito Commercial continuar a constituir ramo distinto do Direito Civil ou antes ser nele englobado, formando reunidos o Código Geral de Direito Privado?* in **RFLDCRJ**, Vol. III, 1901, pp. 13 – 29.

legislação específica, que todas as partes tenham responsabilidades e participação asseguradas no resultado contábil na empresa⁹³.

O Professor Didmo Agapino da Veiga, no artigo *A contabilidade por exercício e os pagamentos em apólices da construção de estradas de ferro*, argumenta que o Estado responde como uma Pessoa Jurídica (um indivíduo da sociedade) em um acordo (“comércio jurídico”) com outras partes. O caso relatado refere-se à construção da estrada de ferro de Timbó à Propriá: quando houver necessidade de gastos extraordinários para a conclusão da obra, o governo tem o direito de captar recursos extras “provenientes de operação de crédito, qual a emissão de títulos vencendo os juros de 5% ao anno, em moeda corrente, ou 4% em outro, com amortização de ½% ao anno”, com o objetivo de saldar as dívidas junto à construtora, evitando ser acionado judicialmente, enquanto uma Pessoa Jurídica (indivíduo) que responde como qualquer outra perante uma justiça independente, conforme a opinião de Rudolf Von Ihering⁹⁴.

As idéias de Rudolf Von Ihering que constam no artigo do Professor Eduardo de Castro Rebelo, *Codigo Commercial – Reparos sobre o projeto em discussão* nas câmaras legislativas, de autoria de Inglez de Souza, iniciam-se pela atenção que o jurista brasileiro dá à metodologia que não foi aplicada na composição desta regra jurídica ou lei: conjugação da moral da liberdade de acordo no firmamento do “comércio jurídico” e o desenvolvimento da Filosofia do Direito:

Deveria, dest’arte, o Projeto, sem romper com violencia as tradições do nosso direito, collocar-se no curso da evolução scientifica e submeter-se integralmente aos rigores da technica. A realização deste duplo objectivo estaria, de um lado, em sua orientação geral: quer em suas relações com as tendencias peculiares ao ramo do direito codificado, quer em suas relações com as tendencias philosophicas e sociologicas do momento; de outro lado, do systema de classificação preferido, na redacção do texto, na harmonia e perfeição strictamente jurídicas de cada instituto e das normas que o regem.

A livre iniciativa nos contratos civis deve prevalecer nos acordos comerciais, tanto quanto a proteção para as partes a fim de consolidar a moral na relação entre os

⁹³ BANDEIRA, Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira *Mandato e Comissão Mercantis. Sociedade em Conta de Participação* in **RFLDCRJ**, Vol. IV, 1908, pp. 66 – 81.

⁹⁴ VEIGA, Didmo Agapino da *A contabilidade por exercício e os pagamentos em apólices da construção de estradas de ferro* in **RFLDCRJ**, Vol. VI, 1908, pp. 67 – 76.

indivíduos da sociedade. Estes mesmos cuidados deveriam reger o mercado de trabalho⁹⁵.

2.1.3 Direito Internacional Privado

A importância que Rudolf Von Ihering dava ao Direito Comparado foi tema do Professor e Conselheiro Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho, que transformou em artigo a *Lição dada na Faculdade Livre de Direito no curso de Legislação Comparada de 1911*, no qual analisou a fixação do Direito Internacional Privado em vários países. Observa, entretanto, que os romanos não conheciam o Direito Internacional Privado porque todos os outros povos eram considerados “bárbaros”, ou seja, não reconheciam a existência do outro. Este ramo do Direito teria nascido nas cidades italianas na Baixa Idade Média e organizada por juristas comumente relacionados à chamada “Escola dos Glosadores” (estudiosos do Corpus Iuris Civilis romano que anotavam comentários entre as linhas ou nas margens dos livros), que haviam delineado a relação entre as cidades italianas com estatutos próprios. Depois, descreve o desenvolvimento desse ramo do Direito na França, Bélgica, Inglaterra na formação dos seus Estados nacionais e, em tempos mais próximos, Estados Unidos. Entende que o Brasil ainda não tinha um código de regras jurídicas ou leis relacionadas especificamente ao Direito Internacional Privado, entretanto acredita que o Código Civil deveria ao menos comportar três pontos fundamentais em relação aos indivíduos: clareza nos acordos feitos com outros países para evitar choques irreversíveis de legislação; quais os direitos adquiridos no país de origem de um indivíduo que têm possibilidade de serem exercidos no outro país; os direitos públicos que os estrangeiros têm⁹⁶.

O mesmo professor, no artigo *Os métodos universal e individual*, argumenta que

Direito Internacional Privado, tendo como escopo o exame das relações privadas dos interesses privados de indivíduo, a que se faz mister pedir às justiças estrangeiras o reconhecimento do que reputa ser direito seu, deve, como sciencia, obedecer a um methodo, que dirija o magistrado na applicação dos princípios.

⁹⁵ REBELO, Eduardo de Castro *Código Commercial – Reparos sobre o projeto em discussão* in **RFLDCRJ**, Vol. XIII, 1917, pp. 119–176.

⁹⁶ OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *Lição dada na Faculdade Livre de Direito no curso de Legislação Comparada de 1911* in **RFLDCRJ**, Vol. IX, 1913, pp. 9–21.

Discute se o método a ser aplicado deveria ser individual (marcado pela análise do Direito relacionado a um Estado específico e sua relação com os indivíduos de outros países, neste caso o indivíduo estrangeiro está totalmente subordinado às leis constitucionais) e o universal (marcado pela análise do Direito relacionado a uma entidade jurídica de vários Estados que comporte o mesmo trato com os indivíduos no mundo, neste caso, o indivíduo está relacionado às leis constitucionais, desde que não firam sua legislação de origem – neste caso, o Estado representaria não apenas de uma sociedade organizada, mas de uma humanidade organizada). O autor pensa ser difícil haver regras universais para o Direito Internacional Privado, mas pode haver pressupostos que levam os países a perceber de forma semelhante alguns aspectos do Direito (o Direito Comercial ou o Criminal, por exemplo). Algumas disposições, no entanto, vão variar conforme a cultura e a moral de cada país (como postulava Rudolf Von Ihering), a exemplo do matrimônio: em algumas sociedades, mesmo sendo regido por um Código Civil, não pode ser desfeito, pois sua dissolução implica em grande dano moral e ético; em outros, esta prerrogativa fica apenas no âmbito do poder espiritual de algumas religiões⁹⁷.

Para se tornar professor da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro, o jurista Abelardo Saraiva da Cunha Lobo precisou fazer uma avaliação escrita que se tornou um artigo (*Prova escripta do candidato nomeado lente substituto da seção*) da revista acadêmica. Nele, observa as obrigações legais, o quase - contrato, o delito, o quase - delito e como se extinguem as obrigações no Direito Internacional Privado. Inicia seu trabalho com a forma com que o Direito Romano lidava com o Direito das Obrigações por ser um valor universal, conquistado pela humanidade (como postulou Rudolf Von Ihering). Salienta que os indivíduos que estabelecem um contrato (“comércio jurídico” na linguagem do jurista alemão) devem ter o mesmo direito de estabelecê-lo de forma livre, como se fosse dentro do território nacional, desde que entre nações com relacionamento e reconhecimento legal mútuo. A relação seria feita pelas partes (sujeito ativo, credor ou vendedor, e sujeito passivo, devedor ou comprador), o objeto (prestação) e o vínculo (acordo). Dessa maneira, as partes teriam as obrigações legais estabelecidas pelo livre acordo, dentro dos liames legais estabelecidos pelos Estados dos dois países; poderia não existir um acordo entre as

⁹⁷ OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *Os methodos universal e individual* in **RFLDCRJ**, Vol. IX, 1913, pp. 91 – 102.

partes envolvidas, mas a transação poderia ser feita apenas dentro dos limites legais, mantendo-se as obrigações das partes; qualquer quebra do contrato ou da tramitação legal estaria caracterizado o delito e implicaria na ação coercitiva de um ou dos dois Estados aos quais as partes pertencem, em conjunto. Doravante, a extinção da relação do “comercio jurídico” se extinguiria com o pagamento (liquidação correta das partes), prescrição (ação, normalmente do Estado, que impede a execução do acordo por uma ilegalidade) ou solução (ação, normalmente do Estado, que retifica a ação de uma das partes, normalmente por uma quebra no acordo original)⁹⁸.

A ideia de Rudolf Von Ihering de que o Estado deve garantir em primeiro lugar a propriedade privada enquanto as coisas fundamentais da existência humana também foi observada no Direito Internacional Privado no artigo “Da influência da guerra sobre a propriedade dos súbditos da nação inimiga” do Professor Augusto Olympio Viveiros de Castro. Ao analisar o pedido das empresas Hasenclever & C., Bellingrodt & Meyer e outras firmas comerciais e companhias alemãs de um mandato proibitório contra o Executivo Federal junto ao Juiz Federal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, alegando que consideram inconstitucionais os decretos Legislativos 3393 de 16 de novembro e Executivo 12740 de 17 de dezembro que dá ao governo o poder de reter, ocupar e sequestrar os bens de qualquer alemão (inclusive pessoas jurídicas), pedindo o ressarcimento de 100:000\$000 a cada pessoa jurídica lesada. Diante do indeferimento do juiz, o professor contesta e argumenta que

Não colhe o argumento de que a liberdade é coisa mais inestimável que a propriedade, pois esta é o principal objecto da sociedade.

Além disso, com a extinção do estado de sitio, ao passo que cessam os seus efeitos quanto á liberdade, o mesmo não acontece com relação á propriedade, visto como a indemnização pôde vir retardada por não pequeno lapso de tempo, desde que a parte não se conforme com o quantum offerecido pelo governo e tenha de aguardar a decisão judiciária⁹⁹.

Independente do país em que se encontraria a propriedade, ela seria um bem inalienável do proprietário, salvo no momento em que fosse desapropriada, conforme a legislação, para o estabelecimento de um bem público de maior interesse social. Além

⁹⁸ LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Prova escripta do candidato nomeado lente substituto da seção in RFLDCRJ*, Vol. X, 1914, pp. 125– 132.

⁹⁹ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de Castro *Da influência da guerra sobre a propriedade dos súbditos da nação inimiga in RFLDCRJ*, Vol. XIV, 1918, pp. 69– 103.

disso, o Estado também deveria garantir o “comércio jurídico” postulado por Rudolf Von Ihering feito de maneira livre também internacionalmente.

2.2 Direito Público

2.2.1 Direito Constitucional

O Professor Eugênio de Valadão Catta – Preta, no artigo *Direitos Políticos*, considera correta a postura da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, por considerar “cidadão brasileiro” todo aquele nascido no território brasileiro, filhos de pais brasileiros no exterior, estrangeiros naturalizados ou que possuem cônjuges ou filhos brasileiros¹⁰⁰. Entretanto, critica a postura que a Magna Carta privilegia ao determinar que teriam direitos políticos apenas os homens maiores de 21 anos, alfabetizados, militares que não fossem “praças de pré” ou membros de ordem religiosa¹⁰¹, não tivessem comprovada incapacidade mental ou física nem pessoas condenadas criminalmente na duração da pena, perdendo-a por naturalização em país estrangeiro ou aceitação de emprego ou pensão em país estrangeiro sem a autorização do Poder Executivo Federal¹⁰². Acreditava que a grande maioria da população estava alienada à qualidade de eleitor e, portanto, considera que a “abstenção política é um dos grandes senão o maior dos vícios nacionais”, porque, segundo o autor, a vontade do povo não se faria presente no Poder Legislativo e desta forma as regras jurídicas ou leis criadas poderiam não estar em conformidade com o que a população crê ser moralmente correta, o que pode ocasionar a falta do sentimento de justiça e a descrença no Estado¹⁰³, como também observou o jurista alemão.

Sob a ideia de Rudolf Von Ihering de que aos interesses sociais, especialmente os do Estado, não se poderiam sobrepor aos interesses “egoístas” dos indivíduos, o professor Augusto Olympio Viveiros de Castro escreveu, no artigo *Direito de Associação dos Funcionários Públicos*, criticou uma proposição da Câmara dos Deputados de 1906, que havia estendido aos funcionários públicos que exercem profissões similares ou conexas aos profissionais liberais o direito de se organizar em sindicatos ou mobilizarem-se em greves (mesmo que aceitasse a associação em outras

¹⁰⁰ Artigo 69 da **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891** - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm, acesso em 15/05/2011.

¹⁰¹ Idem, Artigo 70.

¹⁰² Ibidem, Artigo 71.

¹⁰³ CATTA – PRETA, Eugênio de Valadão *Direitos Políticos* in **RFLDCRJ**, Vol. VIII, 1912, pp.45 - 52.

entidades como partidos políticos); espera, contudo, que o Senado tivesse parecer contrário, pois espera que este caso sirva de exemplo a todo o funcionalismo no país.

Em conclusão: todos os que estão empregados no serviço do Estado, seja qual for sua graduação, não podem constituir sindicatos, nem fazer greves; mas é lícito a todos o direito de se associar livremente¹⁰⁴.

A fim de homenagear o Dr. Porfírio Soares Netto, autor do livreto *Do Suffragio*, de 1913, o Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida apresentou o artigo *Direito Público – o direito de voto, sua natureza e aplicações*, no qual ataca o sufrágio universal postulado pelos pensadores da Ilustração (especialmente Jean Jacques Rousseau) e os revolucionários jacobinos. Acredita que a desigualdade é o que caracteriza as sociedades e o Direito, enquanto regras jurídicas ou leis, somente é justo ao conceder direitos e obrigações diferentes aos distintos grupos sociais, conforme sua capacidade de discernimento político e administrativo para compor de modo correto os principais cargos no Estado, ou seja, sua formação educacional e cultura, diretamente relacionada à sua renda. Como também observa Rudolf Von Ihering, sem formação política (especialmente a educacional e a cultural), a massa da população que não possui requisitos não deve ter participação política, sob a ameaça de levar ao poder pessoas que coloquem em risco a ordem da sociedade, ou seja, coloque em risco a liberdade, a propriedade e a vida¹⁰⁵.

No artigo *O Conceito Jurídico de Liberdade*, o Professor Augusto Olympio Viveiros de Castro entende que o significado desse conceito é relativo à cultura do povo e ao regime político que institui. Não é um valor universal o processo eleitoral por voto universal como foi defendido pela Ilustração e pelos radicais da Revolução Francesa. Em momentos históricos como estes

As massas inconscientes e inertes, são impelidas pelos indivíduos ou pelos grupos mais energicos, mais inteligentes e mais audazes.

¹⁰⁴ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de *Direito de Associação dos Funcionários Públicos* in **RFLDCRJ**, Vol. IV, 1908, pp.7 - 31.

¹⁰⁵ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Direito Público – o direito de voto, sua natureza e aplicações* in **RFLDCRJ**, Vol. IX, 1913, pp. 23 – 62.

Observa que os juristas da “escola alemã” ensinam que a principal característica do Estado de Direito é seu poder “de mando” (ou de coerção, como observa Rudolf Von Ihering), cuja população a ele subordinada tem várias obrigações: “observância de das leis e decretos, serviços pessoais (dentre o quaes o militar é o mais gravoso), pagamento de impostos, desapropriação de imóveis por utilidade publica etc”. Entretanto, como o Estado não existe senão em função do interesse individual, este não deve sofrer restrição a não ser para a realização de um “ideal social, sendo cercado de garantias que mantenham o poder público dentro desses limites”. Nesta máxima se encontraria a missão do Estado de Direito ou Civilizado: devido a auto-limitação de sua autoridade, se subordina às normas jurídicas, transforma-se em um “sujeito jurídico”, e se iguala aos outros indivíduos da sociedade a fim de que sejam respeitadas os seus direitos, ou seja, a igualdade no “comércio jurídico” pressupõe a existência da liberdade individual.

Surge assim a verdadeira noção da garantia jurídica do indivíduo contra o Estado (e é nisto que consiste a liberdade), sendo o processo pelo qual se obtém essa preciosa afirmação de civilização testemunho irrecusável da força evolutiva do Direito¹⁰⁶.

A ideia de Rudolf Von Ihering de que o Estado pode decretar a suspensão dos direitos individuais caso o próprio Estado ou as regras jurídicas ou leis se sentirem ameaçadas por inimigos estrangeiros ou convulsões sociais internas (expressa na Constituição de 24 de fevereiro de 1891 no seu artigo 34, inciso 21¹⁰⁷) é apoiada no artigo *Relatório do Dr. França Carvalho Sobre a 6ª These do Questionário da Secção de Direito Constitucional do 3º Congresso Jurídico Brasileiro*, no qual, ao responder que as imunidades parlamentares subsistem no estado de sítio previsto na Constituição em vigor, destaca que este Estado de Exceção se refere às garantias constitucionais que protegem e amparam os direitos individuais, não podem suspender os poderes públicos, especialmente aos representantes encarregados da tarefa de legislar. Portanto, aos

¹⁰⁶ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de *O Conceito Jurídico de Liberdade* in **RFLDCRJ**, Vol. IX, 1915, pp. 108 – 126. Tese também defendida em seu artigo *Liberdades individuais* in **RFLDCRJ**, Vol. XIII, 1917, pp. 55 – 100.

¹⁰⁷ “Art 34 - Compete privativamente ao Congresso Nacional: 21º) declarar em estado de sítio um ou mais pontos do território nacional, na emergência de agressão por forças estrangeiras ou de comoção interna, e aprovar ou suspender o sítio que houver sido declarado pelo Poder Executivo, ou seus agentes responsáveis, na ausência do Congresso”. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891** - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm, acesso em 15/05/2011.

possíveis riscos externos ou internos ao Estado ou à Constituição, deveria o Estado suspender os direitos individuais e agir para a coação das pessoas em rebelião ao Direito (enquanto regras jurídicas ou leis)¹⁰⁸.

No artigo *Expulsão de Estrangeiros*, o Professor Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro compreende, como Rudolf Von Ihering, que a soberania de um país tem duplo carácter: o externo e o interno. No externo, fixa-se a independência do país perante outro Estado estrangeiro (defesa em ameaça militar, a não – intervenção de outra entidade na vida e nos negócios do Estado soberano, igualdade com outros Estados no Direito Internacional etc.). No interno, fixa-se pela liberdade do Estado de fixar por si (enquanto indivíduos que representam a população) as formas de sua organização política e o poder de coerção para mantê-la. Destes termos, a extradição somente aconteceria se há relação de reciprocidade e Direito Internacional entre dois países independentes que reconhecem a soberania do outro, por conseguinte, seus Estados e seus órgãos, e confia que, dentro do Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) do outro existe o reconhecimento da Justiça a ser aplicada em um determinado caso.

Também acredita que a importância da moral política de um povo como fonte das regras jurídicas ou leis e que somente um exame minucioso da História poderia resgatá-lo.

A formação política de um povo é obra do tempo: migrações, colonização, vida em comum, sofrimentos, triunfos, opressões toleradas, opressões repelidas, rebeliões, expansões, recuos, avanços, projectos malogrados, enfim, o momento psychologico, a maturidade dos ideaes, a victoria¹⁰⁹.

2.2.2 Direto financeiro

Com vistas a elaborar um artigo com uma visão didática do Direito Financeiro, o Professor Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro escreveu o artigo “Direito Financeiro – Algumas Ideias Didacticas”. Nele apresenta o conceito desta esfera do Direito como constituída de duas características fundamentais: a que aprecia o Estado como um

¹⁰⁸ CARVALHO, Carlos Antônio França *Relatório do Dr. França Carvalho Sobre a 6ª These do Questionário da Secção de Direito Constitucional do 3º Congresso Jurídico Brasileiro* in **RFLDCRJ**, Vol. IV, 1908, pp. 85 – 93.

¹⁰⁹ CARREIRO, Carlos da Costa Ferreira Porto *Expulsão de Estrangeiros* in **RFLDCRJ**, Vol. XIV, 1918, pp. 19 – 51.

sujeito das atividades econômicas da sociedade e a que estuda a relação entre o Estado e os cidadãos em suas relações recíprocas nas relações econômicas. O apontamento de Rudolf Von Ihering da reciprocidade nas relações entre Estado e cidadão é observado como essencial pelo professor: enquanto o cidadão deve pagar corretamente a tributação que o Estado lhe impõe, deve ver os recursos públicos serem investidos corretamente e com equilíbrio (na administração do próprio Estado, nos investimentos em infraestrutura, nos serviços considerados pelo professor como essenciais). Entretanto, o professor leva para o lado ético a responsabilidade dos ocupantes dos cargos públicos que gerenciam as finanças, não aceitando mobilizações ou revoltas sociais de qualquer espécie contra as pessoas que representam o Estado, mas coloca nas mãos do Poder Judiciário sua fiscalização. Portanto, defende a organização do Direito financeiro em: Direito Constitucional Financeiro (responsável pela formação do orçamento, arrecadação e distribuição das rendas públicas, fiscalização do Poder Executivo pelo Legislativo e Judiciário nesta distribuição, comércio internacional, alfândegas, empréstimos e outras operações de créditos); Direito Administrativo Financeiro (administração do tesouro público, obrigações financeiras dos cidadãos, serviços de contabilidade das empresas etc.); e Direito Penal Financeiro (relativo à repressão e penalização dos infratores das leis de caráter financeiro)¹¹⁰.

2.2.3 Direto do Trabalho

Em conferência realizada no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros em 30 de maio de 1912, transformada no artigo *O Direito de Greve e suas Limitações – Necessidade de um Código de Trabalho*, o professor Augusto Olympio Viveiros de Castro defende a criação de um código legislativo específico para o trabalho no Brasil porque entende que, em caso específico, as relações de trabalho não podem ser consideradas como um contrato simples de obrigações, visto que é do universo moral dos patrões poderem querer contratar operários apenas por jornadas e salários exploratórios e trabalhadores que se sujeitam a isso para sobreviver em condições mínimas, o que, levado ao pé de cada item de um livre contrato, poderia levar a conflitos sociais: os patrões se achando no direito de cobrar o exercício do trabalhador e

¹¹⁰ CARREIRO, Carlos da Costa Ferreira Porto *Direito Financeiro – Algumas Ideias Didacticas in RFLDCRJ*, Vol. X, 1914, pp. 109 – 123.

este, organizado em sindicatos ou outras agremiações políticas, empreitarem uma revolta ou revolução social que exigirá a ação imediata de repressão por parte do Estado. Ao se pronunciar diante de advogados e ao se publicar como artigo a futuros advogados, acena pela cautela:

Si quizerdes a paz social, lutai pelo Direito, evitai que a lei seja um instrumento de opressão, convertei-a em lábaro santo, á cuja sombra protectora se abriguem todos os que têm fome de justiça.

Compete a nós, os cultores do Direito, encaminhar a Humanidade para um mundo melhor, onde não haja mais feudalismo capitalista nem operariado invejoso e odiando, onde o soffrimento humano encontre sempre éco em corações fraternos¹¹¹.

2.2.4 Direito Internacional Público

No artigo *Homologação das Sentenças Estrangeiras*, o Professor Augusto Olympio Viveiros de Castro, além de apresentar um histórico sobre em Atenas, Roma, na Idade Média, Renascença, Antigo Regime e século XIX em alguns países como França e Inglaterra, demonstra que para se homologar uma sentença decretada em outro país, deve ser observado os seguintes pressupostos: uma sentença de um país deve ser apreciada pelo Poder Judiciário competente do outro; a autenticidade da sentença em relação às leis do país de origem; a inteligência da sentença; saber se a sentença passou em julgado (esgotaram-se seus recursos); verificar a suficiência das informações (especialmente a citação das partes e a existência ou não de revelia); se existe na sentença alguma disposição contrária à Constituição do país que a recebeu, esperando que a magna Regra Jurídica ou Constituição esteja em conformidade com a moral popular para que, na possível execução da pena, não propague o sentimento de injustiça em seu povo e descrença nas instituições do Estado¹¹².

¹¹¹ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de *O Direito de Greve e suas Limitações – Necessidade de um Código de Trabalho* in **RFLDCRJ**, Vol. VIII, 1912, pp. 99 – 124. Esta postura é mantida em seu outro artigo *Segunda Palestra*: “Dentro do regimen de plena liberdade contractual, como a entendem alguns economistas, o operario depende em absoluto do patrão, e as circunstancias implacaveis da sua vida, a necessidade da sua subsistencia diaria, o obrigam a contactar de fôrma a commetter um verdadeiro suicidio moral ou mesmo phisico. E, quando isso acontece, quando um trabalho excessivo, um salario insufficiente, impedem que o operario tenha uma alimentação necessaria e possa exercer os seus direitos de homem e cidadão, o Estado não pode permitir essa torpe exploração de homens que, por terem nascidos em berços mais humildes, nem por isso abdicaram nenhum dos attributos inherentes ao homem, como ser moral e social”. **RFLDCRJ**, Vol. XV, 1919, pp. 37 – 55.

¹¹² CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de - *Homologação das Sentenças Estrangeiras* in **RFLDCRJ**, Vol. XII, 1916, pp. 77 - 131. Também discutido no artigo *A competência ratione loci no caso Tennyson* do Professor Eduardo de Castro Rebelo. **RFLDCRJ**, Vol. XII, 1916, pp.133 - 141.

No artigo *Inmunidades Diplomaticas*, o mesmo Professor Augusto Olympio Viveiros de Castro comenta a proposta da criação de um Código de Direito Internacional Público de autoria do jurista Eptacio Pessoa e apresentada no Segundo Congresso Jurídico Brasileiro, no que se refere à amplitude de direitos que as pessoas que representam outros países têm em território nacional. Sua opinião observa que uma característica de um Estado independente é a soberania de suas regras jurídicas ou leis em território nacional. Logo, todas as pessoas neste território teriam o dever de submeterem-se a elas e o Estado o poder de coação sobre elas (ideia defendida por Rudolf Von Ihering). Propõe, portanto, que “a Comissão de Jurisconsultos, encarregada da codificação do Direito Internacional, restrinja a isenção das jurisdições civil e criminal ao que fôr indispensável ao exercício da missão diplomática”¹¹³.

2.2.5 Direito Penal

Ao classificar os criminosos de uma sociedade como “natos, loucos, habituais, ocasionaes ou passionaes”, o Professor Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira, em seu artigo *O criminoso e a penitenciária* defende a mesma ideia de Rudolf Von Ihering segundo a qual o delito põe em risco as condições da vida em sociedade; o Estado deve, então, freá-lo por meio da pena. Para o jurista brasileiro, a prisão seria um risco consciente por quem pratica um crime por saber da existência de órgãos estatais responsáveis pela sua repressão. Contudo, também defende penas distintas para as diferentes naturezas e gravidade do crime¹¹⁴.

A ideia de Rudolf Von Ihering de que um crime é um fato que põe em risco as condições de vida em sociedade, ao qual o legislador não pode obstar senão por meio de pena é observada no artigo “O Foro dos Militares não é privilegiado e sim especial do delito”, do Professor Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho, no qual analisa o órgão judicial que deveria julgar os crimes comuns cometidos por militares da reserva. Elogia a Constituição brasileira em vigor por determinar que um crime comum cometido por um militar da reserva, independente de sua patente, fosse julgado por um tribunal

¹¹³ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de *Immunidades Diplomaticas* in **RFLDCRJ**, Vol. IX, 1913, pp. 103 – 122.

¹¹⁴ BANDEIRA, Esmeraldino Olympio de Torres *O criminoso e a penitenciária* in **RFLDCRJ**, Vol. V, 1909, pp. 74 – 99.

militar enquanto foro especial devido ao papel que o suspeito desempenhou perante o Estado e a sociedade, o que não significa que terá qualquer privilégio processual¹¹⁵.

No artigo *Influencia do jornal e do livro no crime e no julgamento*, o Professor Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira também defende a ideia de profunda independência e alinhamento com a lei por parte das pessoas que compõem o Poder Judiciário (ideia defendida por Rudolf Von Ihering) ao observar que os jornais podem noticiar um fato de maneira sensacionalista através da redação da notícia e das possíveis fotos tiradas sobre um caso e livros independentes podem ser escritos por terceiros com suas opiniões. Entretanto, mesmo que as notícias e as investigações paralelas tenham efeitos de repulsa na sociedade, o Poder Judiciário deve se manter firme às determinações do Direito Processual, confiante na investigação e levantamento de provas também legais que os órgãos de Estado competentes (especialmente a polícia) fazem sobre o caso criminoso¹¹⁶.

No artigo *O contrabando e Direito Criminal*, o Professor Augusto Olympio Viveiros de Castro faz uma observação a respeito do contrabando: não seria apenas a exportação e importação de mercadorias ou gêneros considerados ilegais ou sem pagamento de devida tributação alfandegária, mas também “desvios de direito” como exceder ao limite de compras no exterior sem devida entrega de relação ao departamento alfandegário. Caso os legisladores não observem esse comportamento imoral do indivíduo pode gerar a desconfiança moral na idoneidade do Estado.

Nenhum legislador digno desse nome, deixará de tomar em consideração o modo de pensar do povo para o qual legisla, sob pena de fazer leis destinadas a não serem cumpridas, facto infelizmente, não raro entre nós.

“Uma legislação criminal prudente, diz Rudolf Von Ihering – “Actio injuriarum - deve evitarantes de tudo pôr em opposição com o sentimento juridico natural, porque as disposições que vão de encontro á opinião publica são facilmente violadas.

Ao contratio de leis de simples policia, toda lei penal deve repousar sobre o apoio do sentimento moral do povo; e, si assim fôr, o juiz criminal terá contra si a mais decidida reprovação da opinião publica, posição essa que a lei, tanto quanto fôr possivel, deve poupar-lhe”.

¹¹⁵ OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *O Foro dos Militares não é privilegiado e sim especial em virtude na natureza especial do delito* in **RFLDCRJ**, Vol. VII, 1911, pp. 9 – 26.

¹¹⁶ BANDEIRA, Esmeraldino Olympio de Torres *Influencia do jornal e do livro no crime e no julgamento* in **RFLDCRJ**, Vol. X, 1914, pp. 32 – 62.

Contudo, caso a moral da população não seja “civilizada” em algum ponto do país e não perceba a imoralidade que significa o contrabando, a ciência do Direito deve alertar o Estado para que haja com seu poder coercitivo para que esse tipo de crime não se torne ordinário¹¹⁷.

2.3 Outros temas

2.3.1 Teoria Geral do Estado

No artigo *Os órgãos do Estado*, o Jurista José Higino Duarte Pereira baseia-se nas mesmas premissas de Rudolf Von Ihering ao sustentar que o Estado somente pode se sustentar com a existência de “órgãos” (instituições). O Direito (enquanto Regras Jurídicas ou Leis) seria a “suprema vontade do Estado”, referindo-se ao Estado como “fonte única do Direito” (enquanto Regra Jurídica) como acredita o jurista alemão.

O Direito (enquanto Regras Jurídicas ou Leis) teria natureza no seu “órgão” específico (o Poder Legislativo ou outra “Assembleia Legislativa”). Deveria ser composta por representantes do povo, contanto expressassem sua vontade, ou seja, seus interesses segundo sua concepção de justiça nas relações individuais (ou “moral” como pensava Rudolf Von Ihering). Esse órgão seria “irresponsável” no sentido dos seus trabalhos acontecerem periodicamente, e possuem deliberações “morosas” porque dependente de “acordo de muitas vontades”.

A “administração” deveria ser exercida pelo seu “órgão” (Poder Executivo) que fosse centralizador, “pelo menos da direção superior”, porque seria “responsável” no sentido de precisar de deliberações “prontas, ação eficaz e enérgica” na interatividade com a sociedade, trabalhando em conformidade com o Direito (enquanto Regra Jurídica ou Lei).

O Poder Judiciário teria características específicas ao se materializar especialmente na figura do juiz que não estaria subordinado a ninguém, mas não

¹¹⁷ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de *O contrabando e Direito Criminal* in **RFLDCRJ**, Vol. XI, 1915, pp. 40 – 74.

pensaria por si de maneira independente, mas pelo ditame específico do Direito (enquanto Regra Jurídica ou Lei), como também observa Rudolf Von Ihering¹¹⁸.

Entende que esta divisão dos “órgãos do Estado” torna-o “orgânico” porque não constituiriam independência completa entre si, devendo agir como um organismo. Entende o jurista brasileiro que “não é possível determinar onde uma função acaba e a outra começa”. Entretanto, faz a organização dos órgãos de Estado em várias classes. Poderiam ser “imediatos”, quando deriva da Constituição (Regra Jurídica ou Leis máximas), como o Chefe de Governo; ou “mediatos”, como os Ministros de Estado porque exerce suas funções em nome do Chefe de governo. Poderiam ser “autonomicos”, quando possuem vontade própria e esta vontade prevalece como vontade do Estado e “não autonomicos”, quando executam a vontade de outros órgãos ou das leis.

Depois apresenta as duas formas de governo de sua época: monarquia (parlamentar) e república (presidencialista ou parlamentarista), demonstrando como funcionavam na Inglaterra, Alemanha, Áustria, Bélgica, Países Baixos, Noruega, Suíça, França e Estados Unidos, este como exemplo da América. Esta grande explanação serviu de base para argumentar importante proposição de Rudolf Von Ihering: que o Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) precisa estar em plena coerência com as tradições morais do povo, mas deveriam passar pela ponderação dos legisladores a fim de perceber se estão de acordo com as mais avançadas conquistas da Ciência do Direito (especialmente através do Direito Comparado e da Filosofia do Direito)¹¹⁹.

Em dois artigos o Professor Augusto Olympio Viveiros de Castro também defendeu fragmentos das ideias de Rudolf Von Ihering acerca da Teoria do Estado. Em *Órgãos e funções do Estado*, desenvolve a ideia do Jurista José Hygino Duarte Pereira ao conceituar os órgãos de Estado enquanto “as pessoas físicas singulares, ou reunidas em assembléia, cuja vontade e cujo acto valem constitucionalmente como vontade e como acto de uma entidade colectiva”, ou seja, os órgãos são as pessoas ou instituições que têm funções específicas determinadas pelo Direito (enquanto Regras Jurídicas ou Leis), articuladas entre si como um “systema”. Em sua opinião, a questão principal é avaliar se devem ser independentes ou não entre si. Para isso, descreve a

¹¹⁸ Esta ideia também é defendida por Anphilophio de Carvalho no artigo *Irreductibilidade dos Vencimentos dos Juizes Federaes* in **RFLDCRJ**, Vol. II, 1900, pp. 24 – 32.

¹¹⁹ PEREIRA, José Hygino Duarte *Órgãos do Estado* in **RFLDCRJ**, Vol II, 1900, pp. 33 – 60.

história do funcionamento dos mais importantes órgãos de Estado em Roma Antiga, Inglaterra, França e Holanda; depois, apresenta de forma sintética (uma ou duas frases) as principais ideias sobre o funcionamento dos órgãos de Estado segundo Montesquieu, Aristóteles, Klein, Marsílio de Padova, Políbio, Grotius, Buchanan, Jonathan Swift, Hatschek, Richard Temple, John Lock, Blackstone, Paley e Giovanni Ugo para chegar à conclusão que a História e a Filosofia se conjugam ao ensinar que o poder público concentrado em uma entidade pode causar inúmeros males, entre eles destaca o abuso de poder, no sentido de concentrar o destino de um povo a uma pessoa ou pequeno grupo e estar sujeito a possibilidade de um erro, diminuída ou “para fallar francamente, annullada”, com o poder dividido em um número maior de pessoas, ou seja, diminuição de dano à coisa pública já que cada órgão assume uma fração do poder; e a possibilidade da fiscalização entre os vários órgãos a fim de enfrentar o mau uso ou erro no exercício do poder. Entende que o ponto central da questão é que o Estado deve ter seus órgãos funcionando em harmonia, como um organismo. Dividido em esferas de trabalho, as prerrogativas do Poder Legislativo estão relacionadas à representatividade dos cidadãos, à liberdade de iniciativa para criar regras jurídicas ou leis e a responsabilidade de que transmitam a vontade do povo (ou regras morais) porque, uma vez aprovada a regra jurídica ou lei, deve ser seguida pela população, condição conseguida apenas se tiverem coerência com sua moral. A prerrogativa do Poder Executivo, ou “Governo”, é a responsabilidade de gerir seus atos nos ditames das regras jurídicas ou leis e zelar pelo bom funcionamento dos órgãos de Estado (especialmente administração financeira de sua existência). As prerrogativas do Poder Judiciário ou simplesmente Justiça são decidir sobre “causas particulares” aplicando o Direito (enquanto regra jurídica ou lei) “seja ela qual fôr, sem se preocupar de sua decisão sem examinar se a lei é boa ou má, justa ou iníqua; não havendo expressa disposição legislativa sobre um caso, “decida o Juiz segundo os costumes ou, na falta, segundo as normas que elle estabelecerá si fosse legislador e tivesse que sanar a alludida omissão”, em outras palavras, segundo o Direito Consuetudinário ou aplica os princípios gerais da Filosofia do Direito e do Direito Comparado. Distancia-se da ideia que chama de “mecânica” comumente preconizada pelos juristas brasileiros, em que há uma constante harmonia entre os poderes mas

Os ensinamentos da História demonstram que nunca se verifica o perfeito equilíbrio entre os poderes, havendo sempre preponderância de um deles, conforme as condições do país, a cultura e a força das respectivas classes sociais¹²⁰.

Finalmente, compreende que os poderes do Estado devem ser responsáveis pela elaboração das regras jurídicas ou leis, sua execução, com a garantia do Poder Judiciário, a fim de proteger a própria existência do Estado, os interesses particulares e a propriedade, a administração dos serviços públicos, a defesa pública externa (contra ameaça estrangeira) e interna (contra revoltas sociais pela deficiência nas condições de vida ou injustiça nas relações interpessoais)¹²¹.

No artigo *Chronica Estrangeira*, este mesmo professor da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro faz algumas crônicas que analisam tensões políticas mais comuns e importa algumas ideias de Rudolf Von Ihering. Na primeira, critica a independência das regras jurídicas ou leis expedidas pelo Chefe de Estado (o Presidente da República) e aquelas aprovadas pelo Parlamento, porque defende a ideia já proposta por José Higyno Duarte Pereira de que ambos os “órgãos de Estado” deveriam funcionar de maneira a conjugar trabalho, não dividi-lo. Na segunda, defende o Estado alemão (especialmente o prussiano) que pretende desapropriar terras de insurgentes socialistas “nos districtos onde o elemento allemão estiver em perigo” na fronteira com a Polônia; apóia a ideia de Rudolf Von Ihering que o direito de propriedade de um indivíduo fica comprometido no instante em que há perigo ao Estado; entende também que este deveria usar de seu poder coercitivo para agir contra os insurgentes, inclusive alienando-os de propriedades. Na terceira, critica as ações do Kaiser alemão no sentido de enfraquecer o Parlamento, pois se posicionava contra a vontade do povo na voz de seus representantes. Na quarta, observa que o povo inglês não havia atentado ainda para o boicote que a Câmara dos Lordes fazia às propostas dos liberais quando tinham maioria na Câmara dos Comuns, e favorecimentos quando a maioria era dos conservadores; sua crítica está tanto na falta de mobilização do povo diante a situação quanto na postura dos legisladores que colocam seus interesses pessoais acima dos interesses sociais (posição compartilhada com Rudolf Von Ihering). Na quinta, demonstra a fragilidade do Estado Independente do Congo em 1900, no exato momento

¹²⁰ CASTRO, Augusto Olympio Viveiro de *Órgãos e funções do Estado* in **RFLDCRJ**, Vol. VIII, 1912, p. 72.

¹²¹ Idem, pp. 53 – 87.

em que as elites belgas articulavam sua recolonização; demonstra o risco que a falta de consciência de identidade nacional para lutar pelos seus direitos é um risco iminente para a soberania. Na sexta, demonstra que o número de mulheres no mercado de trabalho nos Estados Unidos cresce constantemente e desta maior participação na economia surge o movimento feminista, ou seja, quando a luta pelo direito está relacionada à consciência de pertencimento a uma classe, e não à nação, coloca em risco o Estado. Na última, observa a relação entre Espanha e Estados Unidos que passam a respeitar o direito de propriedade aos estrangeiros de suas nacionalidades¹²².

2.3.2 Direito Processual

Em seu artigo *Da Natureza do Recurso Extraordinário*, o Professor Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho esclarece que, uma vez organizada a República em um regime federativo, que concedeu aos Estados e Municípios autonomia política, frisou-se a incompetência das instâncias locais do Poder Judiciário quando o caso estiver submetido à instância federal, argumentando que o procedimento denominado “Recurso Extraordinário” (recurso impetrado na mais alta corte do país a fim de contestar uma sentença proferida por um tribunal superior estadual, sob a alegação que afronta a Constituição) não constitui uma terceira instância de julgamento. Observa, entretanto, que dois são os procedimentos para que este recurso seja legítimo: em se tratando de uma sentença proferida em última instância pelos juízes e tribunais locais; e que a lei federal não seja clara (sujeita a interpretações), insuficiente, de alguma não válida, ou não aplicada ao pronunciamento do juiz que deliberou a sentença. Além disso, se o juiz não desmereceu a autoridade da lei federal ou deixou de aplicá-la formalmente, se deveria admitir a revisão da sentença apenas sob pretexto de erro de interpretação. Fora destas prerrogativas, não se deveria interferir nas decisões dos tribunais dos Estados para alterar, anular ou suspender suas decisões. Esta postura do jurista brasileiro se alinha com a independência do Poder Judiciário e sua postura de procurar seguir o mais fiel possível as regras jurídicas ou leis criadas pelo Poder Legislativo, sem

¹²² CASTRO, Augusto Olympio Viveiro de *Chronica Estrangeira* in **RFLDCRJ**, Vol. IV, 1908, pp. 49 – 63.

desconsiderá-las, avaliá-las ou criticá-las em suas decisões, como postulava Rudolf Von Ihering¹²³.

Esta mesma ideia de independência do Poder Judiciário e sua fidelidade à regra jurídica ou lei, está presente no artigo *A Retroatividade das Leis Processuais*, do Professor Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho. Nele, o professor elogia a postura dos legisladores e dos magistrados brasileiros no sentido de trazerem o padrão das “nações cultas” para a Constituição Federal na prerrogativa da irretroatividade das leis ou poder promover a anulação de leis de câmaras legislativas e sentenças de tribunais Estaduais ou Municipais caso não se aterem a esta determinação¹²⁴.

2.3.3 Teoria do Direito

Na biografia *O Senador Cândido de Oliveira e sua Obra Jurídica*, o Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida observa o postulado de Rudolf Von Ihering da importância do jurista em encontrar os traços da moral de uma população como fonte das regras jurídicas ou leis (especialmente buscando-a no estudo da história do povo) ao criticar aqueles que defendem como fonte exclusiva do direito a Filosofia do Direito e o Direito Comparado, tal sua fragilidade sem o respaldo da aceitação da população em sua cultura moral e política.

O philosopho é uma pessoa preocupada com uma ideia fixa, com um systema; o mundo para elle deve obedecer a essa idéa, a esse systema; e se por infelicidade publica nosso sapiente é guindado (capricho da sorte, já se vê), ás alturas do governo nacional, tenham por certo que não se dará ao trabalho de auscultar as correntes de opinião, de observar os antecedentes históricos, de tactear as circumstancias da actualidade; nada disso; o seu systema cahirá de chofre como uma pedra rolada da montanha, como uma cousa inopinada e fatal, a que nos havemos de nos submeter; e por fás ou por nefas tem de ser acceito e adoptado pela nação governada. Decretos legislativos supprem na brutalidade do mando as razoes da conveniencia e actualidade: *sit pro ratione voluntas*¹²⁵.

¹²³ OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *Da Natureza do Recurso Extraordinário* in **RFLDCRJ**, Vol. V, 1909, pp. 27 - 49.

¹²⁴ OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *A Retroatividade das Leis Processuais* in **RFLDCRJ**, Vol. VII, 1911, pp. 109 - 113.

¹²⁵ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *O Senador Cândido de Oliveira e sua Obra Jurídica* in **RFLDCRJ**, Vol. XIII, 1917, pp. 9 – 53.

2.3.4 História do Direito

No artigo *Lição Inaugural da História do Direito*, o Professor Raul Paranhos Pederneiras desenvolve a ideia de Rudolf Von Ihering em demonstrar que a evolução da ideia de Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) está relacionada à ideia de justiça o campo do Direito Civil, ou seja, a consciência dos povos em relação ao seu direito se desenvolveria a partir da percepção da justiça que o Estado faz ao realizar o cumprimento das regras jurídicas ou leis defendendo a vida, a propriedade privada e o cumprimento dos contratos individuais no “comércio jurídico”¹²⁶.

Ao analisar a construção dos códigos legislativos dos países da América do Sul pelas suas elites esclarecidas, após se tornarem independentes das metrópoles ibéricas, no artigo *O Direito Ibero – Americano*, o Professor Abelardo Saraiva da Cunha Lobo entende que cada nação vem traçando-os de forma independente. Corretos em certos pontos, como a defesa da propriedade privada pelas regras jurídicas ou leis (princípio do Direito Privado postulado de Rudolf Von Ihering); mas incorreta em outros, ao analisar alguns aspectos do Direito Público ainda incoerentes com a moral da população, como, por exemplo, a escolha pela descentralização política, avessa à tradição ibérica de centralização¹²⁷.

2.3.5 Direito Romano

No discurso que abriu as aulas de Direito Romano em 1916, o Professor Abelardo Saraiva da Cunha Lobo alinha-se à ideia de Rudolf Von Ihering na qual “o Direito é um producto genuíno da História e como tal precisa ser estudado através da evolução dos povos, principalmente daquelles que deixaram traços indeleveis no largo caminho da civilização”. Despendia especial atenção ao Direito Romano ao criticar as faculdades que não valorizavam seu estudo. Além disso, depositou no pensamento do jurista alemão o valor de reconhecer que, ao estudo da sistematização do Direito Romano, se deveria conjugar a investigação moral de um povo enquanto uma importante fonte de conhecimento da ciência do Direito, porque faz com que o povo

¹²⁶ PEDERNEIRAS, Raul Paranhos *Lição Inaugural da História do Direito* in **RFLDCRJ**, Vol. II, 1900, pp. 86 – 91.

¹²⁷ LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *O Direito Ibero – Americano* in **RFLDCRJ**, Vol. XV, 1919, pp. 107 – 130.

sinta a identificação do que acredita ser certo ou errado (moral) com o Direito (enquanto regra jurídica ou lei)¹²⁸.

Em outro artigo, *Morphologia do Direito Romano – a magistratura e os grandes magistrados*, o mesmo professor observou que a Magistratura brasileira deveria aprender com a romana o zelo pela sua independência e não deveria produzir crítica ou relutar na aplicação da lei porque gera dúvidas da credibilidade do Estado ao povo. Comparado a um corpo, o judiciário precisa ter três “características fisiológicas dos músculos”: a elasticidade (para garantir a obediência às regras jurídicas ou leis no âmbito que lhe é devido, não intervindo em causas domésticas a serem administradas pelo “pater – famílias”), o poder eletromotor (que mantém aberto diálogo com a sociedade e as transformações morais), e a contratilidade (assumir a responsabilidade de intervir em outras instituições do Estado quando necessário a fim de garantir a liberdade e a propriedade)¹²⁹.

Em um terceiro artigo, *Direito Romano – Escolas e Controvérsias*, o professor definiu as duas principais escolas que organizaram o estudo do Direito Romano: a “Proculeiana” (depois denominada Pegasiana), fundada por Antistitus Labeo, que era mais apegada às tradições, e a escola “Sabiana”, fundada por Ateius Capito, que era aberta às inovações, e comenta algumas de suas diferenças, todas ligadas ao direito civil, demonstrando sempre que as escolas aceitavam a ideia (forte em Rudolf Von Ihering) de que o Estado deveria zelar pela defesa da liberdade na relação entre os indivíduos da sociedade. No direito das pessoas, a primeira entendia que a puberdade – ser “púbere”, capaz de gerar, momento em que o homem adquire seu direito civil, deveria ser reconhecida após exame físico, enquanto a segunda defendia que deveria ser fixada em 14 anos. No direito das coisas, a primeira entendia que, somente após comprovada a puberdade, o indivíduo teria direito total à propriedade (sem tutor), enquanto a segunda entendia que a partir do nascimento a pessoa já teria esse direito; na sucessão, ambas aceitavam que a herança recaía sobre o descendente no exato momento da morte do proprietário; no direito das obrigações, a primeira entende que, na compra e venda, o valor em dinheiro é necessário (caso contrário se caracterizaria como troca),

¹²⁸ LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Discurso inaugural das aulas de Direito Romano do anno de 1916, proferido pelo cathedratico Dr. Abelardo Saraiva da Cunha Lobo, no dia 1º de abril in RFLDCRJ*, Vol. XII, 1916, pp. 10 – 20.

¹²⁹ LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Morphologia do Direito Romano – a magistratura e os grandes magistrados in RFLDCRJ*, Vol. XII, 1916, pp. 57 – 75.

enquanto a segunda entende que o valor em dinheiro pode ser zero; no caso de dano a uma coisa em guarda, a primeira entende que há culpa na pessoa que tem a posse de qualquer forma, a segunda necessita saber se o guardador se obrigou ao dano ou foi um terceiro; no pagamento feito em um lugar diferente daquele estabelecido em contrato libera o devedor da obrigação, a primeira argumenta que sim, a segunda também, desde que o interesse do credor não fosse diferente do pré-estabelecido. No direito das ações, um sócio poderia ser indenizado pela sociedade por danos recebidos ao tentar evitar a fuga de um escravo: a primeira acredita que não porque ele e a sociedade não tiveram prejuízo, a segunda que sim. Essas diferenças mostram que havia muitos debates conceituais relativos aos acontecimentos cotidianos dentro do direito romano, que ele muda com a própria história dos acontecimentos, mas o Estado tem sua responsabilidade em zelar pela justa parte de cada indivíduo, especialmente sua liberdade de estabelecer contratos com outros indivíduos e sua propriedade¹³⁰.

Tendo como base as ideias do livro de Rudolf Von Ihering *O Espírito do Direito Romano nas Diversas Fases de seu Desenvolvimento*, o estudo do Direito Romano nas faculdades que ofereciam o curso de Direito era defendido pelo Professor Abelardo Saraiva da Cunha Lobo porque oferecia dois conceitos pertinentes aos interesses das elites brasileiras que tentavam organizar o jovem Estado republicano entre o final do século XIX e início do XX¹³¹: o primeiro prega a prerrogativa da existência do Direito Público em zelar pelo Direito Privado (em especial a vida, a propriedade, a sucessão e a liberdade), com o uso legítimo da força se necessário; o segundo, o modo exemplar como os romanos sistematizaram as regras jurídicas ou leis e o Estado (especialmente a independência do Poder Judiciário). Neste sentido, o professor também observa a importância das sentenças tomadas pelo Poder Judiciário com isenção moral e ideológica perante as regras jurídicas ou leis instituídas; ainda, segundo ele, o Estado e todas as suas instituições representam o interesse da sociedade como um todo, e não apenas do grupo que compõe o Poder Legislativo. Portanto, defende a legitimidade da

¹³⁰ LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Direito Romano – Escolas e Controvérsias* in **RFLDCRJ**, Vol. XIV, 1918, pp. 53 – 68.

¹³¹ A importância do estudo do Direito Romano na organização do Estado e das Regras Jurídicas ou Leis na Europa e na América segundo o interesse das elites pode ser observado no artigo *Universidade, Cultura e Direito Romano* do Professor Doutor José Carlos Moreira Alves, **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1992, pp. 39 – 63.

contribuição tributária para sua sustentação, mesmo que para as classes sociais mais pobres signifique maior sacrifício.

2.3.6 Economia

A ideia da família enquanto célula social principal de um país, preparadora do indivíduo para a vida em sociedade e submetido ao Estado, presente na teoria de Rudolf Von Ihering, foi apresentada pelo Professor Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro no artigo *A família e a economia social*. Nele defende que, enquanto a mãe tem o poder sentimental, o pai tem o poder racional e físico; contudo, é na família que se reproduzem, na conjugação e desenvolvimento dos elementos sentimentais, racionais e físicos, os aspectos morais da sociedade. A relação entre os seus membros, sob a autoridade e o poder coercitivo do pai, deve ser um “ensaio” para a relação com os membros da sociedade sob o poder coercitivo do Estado. Ao pai recairia a responsabilidade de “organizar o trabalho, dirigir a produção, regular o consumo e ordenar discrecionariamente a distribuição”, bem como o Estado (através do Poder Executivo) deveria fazer com o social.

À família também seria a célula onde seria observada a necessidade dos bens materiais com a finalidade da sobrevivência dos indivíduos que a compõem, compartilhando sua administração; doravante, seria a geradora da garantia moral da sucessão dessas propriedades aos descendentes, o que faz a própria sociedade continuar existindo.

Os membros da família devem também ter a liberdade trabalhar para atender seus desejos pessoais (que Rudolf Von Ihering chamou de “egoistas”) através das relações com seus pares sem, contudo, deixar de ser solidário para com as necessidades da sociedade.

Todos os membros da família aprendam desde cedo, sob a autoridade do chefe, a ser os colaboradores da economia do grupo e a produzir para o mesmo grupo.

O desenvolvimento decorrido da Revolução Industrial e das Revoluções Burguesas, estaria quebrando esse sentimento de solidariedade; entretanto, caberia ao Estado a educação da população e a regulamentação do trabalho a fim de que a família

passasse mais tempo unida e que os valores morais da sociedade fossem recobrados e solidificados.

É preciso restaurar a família, firmar-lhe as bases, dando-lhe vida própria e estavel, disciplinando-a pelo affecto e pela religião, creando para ella um direito á parte, universal e unico, que não a deixe á mercê dos embates e das invasões do individuo, das associações livres e do Estado.

Por fim, o professor observa que a família iria ser influenciada pelo desenvolvimento da tecnologia, do desenvolvimento das ciências, a popularização da educação e outras novidades que transformam a vida do ser humano; contudo, a construção de uma sociedade harmônica (especialmente no que a legislação entender por Direito das Obrigações, ou seja, o que Rudolf Von Ihering chamou de “comércio jurídico”) dependeria da reconstrução de princípios morais que somente a família poderia dar, usando seu afeto e a religião¹³².

2.3.7 Filosofia do Direito

No artigo *A Prodeutica Jurídica como materia de ensino nas Faculdades de Direito*, o Professor Francisco de Paula Lacerda de Almeida critica diretamente a reforma do ensino jurídico feita por Benjamin Constant Botelho Magalhães logo após a Proclamação da República porque “o positivismo occupou posição official e exerceu influencia decisiva no dominio das ideas e dos factos, clara tornou-se e manifesta a guerra surda que desde Tobias Barreto, vinha fazendo a Philosophia do Direito”. Propõe que esta disciplina fosse integrada à grade curricular não como um instrumento de consolidação do método positivista do Direito, baseado na crença segundo a qual as Regras Jurídicas ou Leis deveriam ser criadas independentes de qualquer inspiração ou investigação da moral do povo, mas baseados apenas nos conceitos mais avançados do racionalismo jurídico e do Direito Comparado. O ideal seria um curso de “Propedêutica Juridica” capaz de apresentar ao aluno as várias correntes da Filosofia do Direito a fim de que percebesse o suposto erro que cometiam os positivistas ao negarem o empirismo

¹³² CARREIRO, Carlos da Costa Ferreira Porto *A família e a economia social* in **RFLDCRJ**, Vol. XII, 1916, pp. 37 – 55.

resultante da observação das regras morais de um povo como fonte do conhecimento do Direito¹³³.

Seu artigo *Propedêutica Jurídica – O Valor da Metaphisica para o Estudo do Direito*, complementa o artigo anterior porque defende a obrigatoriedade da adoção da matéria “Encyclopedia Juridica e Philosophia do Direito”. Argumenta que o curso deveria ser orientado para o ensino do método de indução (raciocínio que parte de várias análises particulares a fim de se desenvolver uma regra geral) e do método de dedução (raciocínio que parte de uma proposição geral para analisar um caso particular) na ciência do Direito a fim de o primeiro caso possa fornecer aos estudiosos aspectos da moral de uma sociedade (fonte empírica), enquanto o segundo caso traria de observar os aspectos mais avançados do desenvolvimento da ciência do Direito em outros países em outros países e na História do Direito a fim de elaborar regras jurídicas que conjugassem com a moral do país¹³⁴.

2.3.8 Política Internacional

Ao criticar o nacionalismo exacerbado e a crença na paz armada dos países beligerantes da Primeira Guerra Mundial, o Professor Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro deixa claro em seu artigo *O Estado Moderno e a Conflagração Europeia* que, como observa Rudolf Von Ihering, o Estado tem a responsabilidade de zelar pelo Direito (enquanto regras jurídicas ou leis), que devem trazer a liberdade, a propriedade e a paz a todos os indivíduos que compõem a sociedade. Deve, portanto, usar seu poder de coerção para que a soberania interna (subordinação dos indivíduos às regras jurídicas ou leis) prevaleça. Entretanto, a ameaça ao Estado de Direito pode vir de fora, e o Estado deve liderar o grupo nacional pela defesa de seu direito. Isso somente ocorrerá se o povo tiver consciência que os princípios de liberdade, propriedade e paz são as condições essenciais de sua sobrevivência. Isso teria acontecido em todos os países pelos quais a guerra se propagou. Por sua vez, a “Grande Guerra” por que passava a Europa, colocava em primeiro lugar não os interesses sociais da nação, mas de grupos específicos, elites econômicas que não tinham consciência das proporções de prejuízo

¹³³ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *A Prodeutica Jurídica como materia de ensino nas Faculdades de Direito* in **RFLDCRJ**, Vol. IX, 1913, pp. 137 – 142.

¹³⁴ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *Propedêutica Jurídica – O Valor da Metaphisica para o Estudo do Direito* in **RFLDCRJ**, Vol. XI, 1915, pp. 9 – 38.

em dinheiro e vidas que tomava a guerra. Tudo porque a “paz armada” não promovia a paz, mas incitava a guerra; as relações diplomáticas e os acordos no Direito Internacional deveriam substituir as armas nas sociedades que se diziam “cultas”, perfil moral dos brasileiros¹³⁵.

2.3.9 Administração Pública

O Professor Didmo Agapino da Veiga, no artigo *Assistência Pública nos orçamentos brasileiro e francês*, compartilha a ideia de Rudolf Von Ihering segundo a qual a massa populacional compreende como “naturais” as obrigações do Estado para com o cidadão; ela não entende que o Estado precisa do dinheiro provido pelos impostos para existir, e que estes são obrigações do cidadão para com o Estado. Dessa forma, aceita que o cidadão tenha direito a variados tipos de assistências providas do Estado (“socorro público, surdos mudos, cegos, saúde pública etc.”), mas sustenha que estes serviços devem ser disponibilizados dentro dos limites previstos pelo orçamento público, para não onerar em demasia ou endividar o Estado como, segundo o professor, ocorrera na França à época¹³⁶.

2.3.10 O interesse nas ideias de Rudolf Von Ihering

A partir desta constatação, pode-se fazer um levantamento quantitativo das ideias de Rudolf Von Ihering que foram assimiladas pelos juristas professores da Faculdade Livre da cidade do Rio de Janeiro e adaptadas aos seus interesses perante a realidade social brasileira.

¹³⁵ CARREIRO, Carlos da Costa Ferreira Porto *O Estado Moderno e a Conflagração Europeia* in **RFLDCRJ**, Vol. XI, 1915, pp. 127 – 147.

¹³⁶ VEIGA, Didmo Agapino da - *Assistência Pública nos orçamentos brasileiro e francês* in **RFLDCRJ**, Vol. VII, 1911, pp. 60 – 65.

Tabela 5 – Ideias de Rudolf Von Ihering assimiladas e apresentadas nos artigos da Revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro assinados pelos docentes

A ideia de que a moral do povo brasileiro deveria ser conjugada à Filosofia do Direito e ao Direito Comparado como fonte do Direito enquanto regra jurídica ou lei	21
A ideia da propriedade privada e da sucessão como elementos essenciais da existência humana e o Estado e o Direito enquanto regra jurídica ou lei enquanto seus protetores.....	13
A defesa da livre iniciativa no “comércio jurídico”.....	10
A defesa da importância do Poder Judiciário para proteger o Direito ou regra jurídica ou lei	5
A defesa das contraprestações entre Estado e indivíduos em uma sociedade.....	5
A defesa da ideia da educação política do povo, promovida pelo Estado, para desenvolver sua moral, segundo o avanço da Filosofia do Direito e do Direito Comparado.....	5
A defesa da utilidade social da propriedade a fim de desapropriação.....	4
A defesa da coerção do Estado e do Direito enquanto regra jurídica ou lei para preservar a soberania interna e externa.....	4
A importância social da família.....	3
A importância do Direito Romano.....	3
O Estado enquanto criador do Direito enquanto regra jurídica ou lei	2
A defesa do interesse social acima do interesse individual (solidariedade).....	2
O delito enquanto ação que coloca em risco a vida social.....	2
A importância do Direito Comparado.....	1
A Importância do Estado de Exceção para manter a soberania do Estado e do Direito enquanto regra jurídica ou lei	1

Pode-se, portanto, compreender o interesse dos professores juristas da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro no início da República. Na revista acadêmica desta instituição havia uma preocupação e uma discussão teórica preponderantemente sobre o Direito, enquanto ciência ou enquanto regras jurídicas ou leis¹³⁷. Defendiam o direito sobre a propriedade privada e a sucessão, não importando seu tamanho ou sua quantidade, salvo quando sua utilidade fosse requerida pelo Estado

¹³⁷ Quando os artigos não tratavam diretamente do Direito enquanto ciência ou regras jurídicas ou leis, observavam temas que se relacionavam com algum envolvimento legal. Tomemos como exemplo os artigos de Medicina Pública e Medicina Legal. Nos artigos *A euthanasia*, (RFLDCRJ, vol. XIV, 1918, pp. 9 – 18) e *Da agonia* (RFLDCRJ, vol. XIV, 1918, pp. 105 – 126) o Professor Carlos Pinto Sidel discute o sofrimento e o estágio de pré – morte com o direito do indivíduo de morrer; já no artigo *A morte real e a morte aparente em Medicina Legal* (RFLDCRJ, vol. XV, 1919, pp. 91 – 105), o mesmo professor discute quando legalmente o Direito deve reconhecer a morte de um indivíduo. No artigo *Concurso à vaga de lente substituto da 7ª seção – Medicina Pública – Ponto 15 – Alcoolismo e Tuberculose* (RFLDCRJ, vol. XV, 1919, pp. 79 – 90), o Professor Julio Pires Porto Carreiro esclarece os problemas enfrentados pelo Estado a fim de melhorar as condições de educação para minimizar estas duas epidemias, evitando relacionar este problema à questão racial.

brasileiro, segundo os interesses dos próprios detentores do poder, sob a justificativa de uma necessidade social. O Estado brasileiro deveria ser a única instituição a construir códigos legislativos e estes deveriam, sobretudo, garantir a propriedade privada e a sucessão. O Estado brasileiro deveria possuir órgãos ou instituições bem organizadas e coercitivas a fim de garantir sua soberania (interna e externa) e do Direito (enquanto regras jurídicas ou leis), inclusive com a suspensão dos direitos individuais dos cidadãos, se necessário fosse. As relações econômicas entre os indivíduos que formavam a população brasileira deveriam ser pautadas no liberalismo; contudo, para evitar conflitos exacerbados entre as partes, o Estado brasileiro deveria construir códigos legislativos particulares para o comércio e para o trabalho, deixando-os fora do Direito das Obrigações. O delito deveria ser compreendido pelo Estado brasileiro enquanto ação que coloca em risco todo este modo de vida social, e rigorosamente punido.

A família, enquanto principal “célula” da sociedade, era um dos principais núcleos de estabilização do convívio social, não apenas porque através dela a pessoa recebia educação moral, religiosa, econômica, entre outras, mas porque com a educação das obrigações, as quais o indivíduo tem com o pai, também tem com o Estado.

Acreditavam que poderiam atenuar as tensões e conflitos sociais que eclodiram nos primeiros anos da República¹³⁸ a partir de reformas jurídicas e não reformas econômicas. Para isso, deixaram transparecer que os códigos legislativos criados continham regras jurídicas ou leis que não eram reconhecidas pela moral do povo brasileiro e que, como consequência, geravam o choque com o Estado e com as pessoas que comandavam suas instituições. Defendiam a ideia de Rudolf Von Ihering segundo a qual as regras jurídicas ou leis deveriam ter como fonte não apenas a Filosofia do Direito e o Direito Comparado, mas também a moral do povo brasileiro. Somente dessa forma ele compreenderia suas obrigações para com o Estado e os serviços que o Estado lhe ofereceria. Caso os cientistas do Direito constatassem um “atraso” ou “prematuridade” na moral do povo brasileiro, deveriam utilizar as instituições de Estado (especialmente aquelas relacionadas à cultura e à educação) para sua “educação

¹³⁸ Entre conflitos sociais que eclodiram durante o período em que foi publicada a Revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro, pode-se destacar: Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado (1912 – 1916), Greves Operárias (1917), o Cangaço no semi-árido nordestino.

política”. A identidade entre a população e o Estado e Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) em todo o território, era a contribuição desses estudiosos para a consolidação do seu sentimento de pertencimento a uma nação, ou seja, a constituição de um Estado – Nação.

Constata-se, pois, que as ideias de Rudolf Von Ihering eram de grande interesse às elites brasileiras que detinham o poder econômico-político nos primeiros decênios da República porque ofereciam um farto aparato científico-ideológico a fim de fundamentar juridicamente o controle do restante da sociedade.

3. Rudolf Von Ihering e suas preocupações

3.1 Rudolf Von Ihering: um cidadão germânico do século XIX

Para a identificação das preocupações e do universo ideológico que professava Rudolf Von Ihering, optou-se por percorrer os rastros de sua vida e de sua formação. Nasceu em Aurith, na Frísia Ocidental, antigo Reino de Hanôver, em 18 de agosto de 1818. Era descendente de uma tradicional família de juristas, o que lhe conferia incentivo em seguir esta carreira profissional. Iniciou seus estudos acadêmicos na Universidade de Heidelberg em 1836. Transferiu-se para Göttingen, onde terminou sua graduação. Completou os estudos em Berlim ao conquistar o título de Doutor em Direito em 1843.

Pelo destaque que teve ainda durante o curso de graduação, foi convidado a lecionar várias disciplinas relacionadas ao Direito na Basiléia (Suíça) em 1845, Kiel em 1849, Giessen em 1852, Viena (Áustria) em 1862 e Göttingen em 1872, onde trabalhou até sua morte, em 17 de setembro de 1892.

Enquanto construía sua carreira acadêmica, vivenciava três momentos importantes de definição do Estado-Nação alemão. Durante o Congresso de Viena, em 8 de julho de 1815, sob hegemonia do Império Austro-Húngaro, pequenos territórios independentes que também possuíam uma população com língua e cultura alemã (Reino da Prússia, Baviera, Saxônia, Baden etc., e cidades-Estado como Frankfurt, Brêmen, Hamburgo e Lübeck), formavam, com outros países fronteiriços de cultura e língua não alemã (como os Países Baixos, Luxemburgo, Liechtenstein etc.), uma associação política e econômica com 39 membros autônomos que defendiam os interesses das classes sociais detentoras do poder de suas instituições estatais, denominada “Confederação Germânica”. Foi dissolvida em 23 de agosto de 1866 após a vitória da Prússia na Guerra Austro – Prussiana ou “Guerra das Sete Semanas” (junho a agosto).

Logo depois de dissolvida a associação, o Estado prussiano fortaleceu sua hegemonia sobre outros 22 Estados de língua e cultura alemã da Europa Setentrional (deixando de fora o Império da Áustria e a Baviera) ao conjugar seus interesses políticos e econômicos dos grupos detentores do poder em cada uma dessas nações na “Federação Germânica do Norte”. Em 18 de janeiro de 1871, Guilherme I, da Casa Von Hohenzollern da Prússia, tornou-se soberano e Imperador do “Império Alemão” ao

estabelecer a elevação da forma de governo para Império, unificando em um mesmo Estado os países germânicos (inclusive a Baviera)¹³⁹, deixando de fora apenas o Império Austríaco (que anexou a Hungria no ano seguinte por vontade de Francisco José I da Áustria, transformando-o no Império Austro-Húngaro).

Em meio a este conturbado jogo de forças entre os detentores do poder nos Estados de língua e cultura germânicas ao longo do século XIX, a fim de contribuir para a organização da unificação de seus territórios em apenas um único Estado, a universidade foi uma instituição organizada, sistematizada burocraticamente, reconhecida e sustentada por investimentos de cada um destes Estados. Teria tripla função: suprir com mão-de-obra técnica de boa qualidade a demanda inerente da sociedade; suprir as fileiras do funcionalismo público civil, instituído para ser inteiramente bem organizado e responsável perante as atribuições que lhe conferia as classes dirigentes; pensar a própria organização da sociedade civil e do Estado.

A universidade era um espaço no qual o estudante poderia optar em se profissionalizar e depois trabalhar como professor e pesquisador remunerado. A dedicação à docência universitária implicava em se dedicar às aulas e em desenvolver a investigação científica; as duas atividades eram consideradas atribuições incontestáveis daquele que escolhesse dedicar seus anos de trabalho aos desafios inerentes à vida acadêmica. Depois da conclusão da graduação, havia dois diplomas para o progresso na carreira acadêmica: o “doutorado” e a “*venia legendi*”, que qualificava (“*habilitiert*”) o doutor a lecionar na universidade.

As tarefas acadêmicas eram repartidas entre várias categorias profissionais universitárias. As mais importantes eram a do “professor catedrático” (“*ordentlicher Professor*” ou “*Ordinarius*”), responsável pela supervisão de pesquisa e ensino, e a do “professor associado” (“*ausserordentlicher Professor*” ou “*Extraordinarius*”), responsável por substituir o professor catedrático quando necessário ou apresentar cursos não previstos na grade de matérias, ambos com salários pagos pelo Estado. A figura do “instrutor” (ou “*Privatdozent*”) era livremente contratada pela universidade e poderia não receber salários regulares dela; ao longo do século XIX, foi progressivamente uma categoria reservada para candidatos de pós-doutorado que tivessem obtido “*vênia legendi*” com base em segunda dissertação, ou seja, tornou-se

¹³⁹ DROZ, Jacques **História da Alemanha**, Lisboa, Editora Europa – América, 1999, pp. 45-154.

responsável por desenvolver trabalhos de pesquisa para alcançar a cátedra. Aos alunos, cabia se disciplinar para obter a melhor preparação possível a fim de atingir os pré-requisitos exigidos pelo Estado para fornecer-lhes o registro profissional.

A preocupação de qualquer estudante não era apenas conseguir obter os títulos representados por estes diplomas fornecidos pelas universidades com a conclusão dos respectivos graus e aprovação de teses, mas também passar nos exames padronizados pelo Estado a fim de obter certificação oficial de seu campo de estudos. Portanto, o Estado tinha grande influência no pensamento e desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Os governantes estimulavam todos os setores da economia; por conseguinte, promoveram a educação em todos os níveis. Entretanto, as classes sociais que emergiam econômica e socialmente (especialmente as classes médias e burguesia) não abandonavam valores e prerrogativas culturais tradicionais. Nenhuma delas com livre iniciativa e capacidade financeira foi capaz de instituir centros de estudos independentes, na iminência de enfrentar as ideologias dominantes no Estado e sua burocracia.

Como estes grupos sociais em ascensão evitavam mobilização para pressionar o Estado, por liberdade ou autonomia política e social, os intelectuais que dela germinavam tinham grande cuidado ao transferir modelos de estudos da sociedade da França ou da Inglaterra, caracterizados pela tentativa de encontrar leis universais que regessem as próprias relações sociais, através de ajustes constantes nas regras jurídicas e nas instituições de Estado.

Movimentos filosóficos idealistas permaneceram como tendências filosóficas constantes na Alemanha. Os intelectuais mantiveram o método científico baseado no princípio de observação empírica do objeto de estudo, a diferença estava na tendência em se preocupar com objetos considerados “abstratos” ao olhar francês ou inglês: a expressão estética do indivíduo ou cidadão, da sociedade e da nação, a singularidade de sua cultura, os valores morais baseados na intuição e na especulação.

Aos poucos, os fenômenos culturais – história, literatura, linguagem, entre outros – tornaram-se objetos de pesquisa cada vez mais frequentes por várias ciências particulares. As humanidades não se mantiveram apenas como instrumentos para educação técnica, moral ou estética, capazes de modelar ideologicamente os indivíduos;

passaram a ser estudadas objetivamente para resolver problemas de grande relevância para os Estados germânicos da época, como a constituição do Estado – Nação. O resgate dos traços morais, linguagem, costumes, tradições da população germânica compreende o esforço de mobilização dos intelectuais através do método científico para traçar caminhos para a unidade sócio-política.

Este método idealista era a resposta que ofereciam os intelectuais alemães (especialmente os das classes ascendentes) que, através de seus trabalhos, tentavam contribuir com os Estados germânicos e com as elites que preenchiam os principais postos burocráticos de suas instituições, no sentido de trazer equilíbrio às divergências de interesses individuais inerentes ao convívio coletivo e ajudar na edificação de uma entidade na qual estes interesses individuais estariam em segundo plano diante dos interesses sociais, o Estado – Nação¹⁴⁰.

Por sua vez, este era o discurso que essas mesmas elites queriam ouvir dos intelectuais, qualquer posição ideológica contrária era desqualificada perante o Estado. A necessidade cada vez maior do Estado germânico e das classes que comandavam suas instituições em competir com os outros Estados europeus a partir da concorrência capitalista, tornou aguda a necessidade de mobilizar cada vez mais parcelas da população a este fim, especialmente quando as guerras eram uma alternativa para a solução de tensões internacionais. Para isso, foi também necessário democratizar a política, com a ampliação da participação popular no voto ou na maior acessibilidade à justiça, e evocar o engajamento dos cidadãos com valores maiores que suas conveniências particulares: a lealdade ao Estado sob a febre nacionalista¹⁴¹.

Portanto, os cientistas do Direito engajavam-se neste projeto a fim de colaborar com o Estado através de resultados que satisfizessem os interesses dos grupos detentores do poder. Seus estudos visavam analisar as regras jurídicas a partir do confronto entre os princípios universais do direito e as tradições específicas da cultura germânica, traço inconfundível de sua moral e que a diferenciava das outras nações,

¹⁴⁰ RINGER, Fritz K. *Educação e Sociedade 1820 - 1890 no Capítulo I – Os antecedentes Sociais e Institucionais* in **O Declínio dos Mandarins Alemães**, São Paulo, Edusp, 2000, pp. 39 – 54; BEN – DAVID, Joseph *Capítulo 7 – A Hegemonia Científica Alemã e a Aparecimento da Ciência Organizada* in **O papel do cientista na sociedade**, São Paulo, Edusp/Livraria Pioneira Editora, 1974, pp. 151 – 195.

¹⁴¹ HOBBSBAWM, Eric J. *A perspectiva governamental* in **Nações e Nacionalismo desde 1870**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1990, pp. 101 – 120.

acreditando que tornariam possível criar um verdadeiro Estado – Nação¹⁴²; em outras palavras, o estudo do Direito deveria promover propostas de reorganização ou reforma nas instituições jurídicas e estas, por sua vez, possibilitariam ao Estado atrair a força social da população através do sentimento nacionalista porque as leis estariam de acordo com seus costumes, com suas tradições, aumentando o sentimento de justiça e confiabilidade no próprio Estado; levando-a a lutar por ele e pela legislação na qual se sustenta.

Esta especificidade teve importância para o pensamento de Rudolf Von Ihering, pois a ideia de “nação” não ficava restrita aos limites institucionais e territoriais de cada grupo social de cultura e língua germânica independente por quase todo o século XIX, mas transpunha suas fronteiras e fortalecia o desejo de unidade. Deve-se, pois, observar em seus livros acessíveis no Brasil entre o século XIX e o XX, como se manifestavam essas preocupações com a ciência do Direito, reconhecidamente um poderoso instrumento para a formação do sentimento nacional de unidade.

3.2 Pensamentos e interesses de Rudolf Von Ihering em suas obras – chave, segundo os professores da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro

O livro “O Espírito do Direito Romano nas diversas fases de seu desenvolvimento” (sic) ainda no século XIX teve sua versão para a língua francesa intitulada “L’esprit du Droit Romain dans les diverses phases de son développement”, tradução de 1877 feita por Octave Louis Marie Ghislain de Meulenaere, juiz do Tribunal de Primeira Instância de Bruges, para A. Marescq, Aîné – Éditeur de Paris em 1877¹⁴³, do original alemão “Der Geist des Römischen Rechts auf den verschiedenen stufen seiner entwicklung”, editado em quatro volumes entre 1852 e 1865. A tradução francesa serviu de base para a tradução em português: a obra apareceu em uma primeira versão em 1934 pela Calvino Filho Eitora do Rio de Janeiro; depois, em 1943, a Alba Editora, também do Rio de Janeiro, publicou a obra traduzida do francês pelo

¹⁴² HAROCHE, Claudine *O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX* in SEIXAS, Jaci Alves; MAGALHÃES, Marion Brepohl; BRESCIANI, Maria Stella - **Razão e Paixão na Política**, Brasília, Editora UNB, 2002, pp. 81 – 88.

¹⁴³ É esta edição que se encontrava na biblioteca da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro - **RFLDCRJ**, Vol. VII, p. XXX.

“Professor da Faculdade de Direito do Amazonas, mambro efetivo do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e advogado nos auditórios da Capital Federal”, Rafael Benaion. Optou-se pelo uso desta última edição na pesquisa, pois as outras não foram localizadas; a ortografia da época foi mantida nas citações.

Nos dois primeiros títulos do “Livro I (*Problema e Método para sua resolução e Método da Exposição Histórica do Direito*)”, Rudolf Von Ihering apresenta o modo como observa o Direito. Para este autor, a História de Roma tem importância fundamental para a humanidade como um todo porque “representa a vitória da idéia de universalidade sobre os princípios da nacionalidade”. Três teriam sido as experiências que marcaram esta característica: política, na unidade do Estado; religiosa, na unidade do cristianismo; legal, na unidade do Direito.

O domínio de Roma sobre os povos da bacia do Mediterrâneo os teria aproximado da educação racional, natural entre os latinos, através destas três experiências; a violência que a acompanhou teria sido uma consequência necessária, devido a ignorância destes povos submetidos. Os romanos haviam usado a força para impor seu Direito sobre os vencidos, mas haviam demonstrado sua sensibilidade ao oferecer precioso legado nas artes e ciências, sem esquecer de respeitar alguns aspectos dos costumes e da moral dos vencidos. Em outras palavras, Rudolf Von Ihering defende a ideia que o Direito Romano fora um elemento civilizador para a humanidade ao conjugar a razão e a moral nas regras jurídicas ou leis.

Discorda, pois, da Escola Histórica do Direito, idealizada pelos seus professores juristas Friedrich Carl Von Savigny e Friedrich Julius Stahl, por admitirem que a fonte do conhecimento do Direito seja buscada preponderantemente nos costumes de um povo e de sua história, desprezando a universalidade da razão humana. Rudolf Von Ihering aceita que esta construção, “de dentro para fora”, teria sido possível apenas nos povos da antiguidade em tempos anteriores ao advento do Império Romano; após ele, reconhece que a construção jurídica deve ser uma interação entre “o de fora e o de dentro” (as mais avançadas conquistas da razão humana, através da Filosofia do Direito e do Direito Comparado, com a moral ou cultura da população), porque

A vida dos povos não é uma coexistência de seres isolados; assim como a reunião dos indivíduos forma o Estado, ela constitui uma comunidade que se traduz em um sistema de contingência e de ação recíproca, pacífica e belicosa, de abandono e de ocupação, de empréstimos, em uma palavra, num gigantesco escambo que abrange

todas as fases da existência humana. A lei do mundo físico é também a do mundo intelectual¹⁴⁴.

Ainda em oposição a Savigny e Stahl, não aceita a valorização que ambos dão à “forma” do Direito Romano (instituições) e desprezo que dão ao seu “conteúdo” (especialmente a Filosofia do Direito).

Portando, duas seriam as mais importantes formas de desenvolvimento ou fontes do conhecimento da ciência do Direito: a Filosofia do Direito e o Direito Comparado¹⁴⁵. Entretanto, reconhece que existe um “direito objetivo” anterior à subjetividade da Filosofia do Direito e do Direito Comparado, que pode ser observado empiricamente no cotidiano de uma população através de suas regras morais e culturais, ou direito consuetudinário, e deve ser analisado para a formulação das regras jurídicas de um país, sem que exerçam um “influxo desfavorável sobre o direito”. Desta maneira, a “interação” do Direito Objetivo (regras morais e costumes) com o Direito Subjetivo (Filosofia do Direito e Direito Comparado) tornar-se-ia o método ideal de investigação do Direito.

Enquanto a corrente do tempo diminui a força e o vigor da percepção imediata do Direito, mais prepondera a influência da teoria na aplicação deste; mas, por sua vez, também aumenta a possibilidade de preocupações práticas, que se libertam de erros cometidos pela teoria, ao formular as regras do direito. Afortunadamente, à medida que a necessidade de uma expressão teórica exata do direito se impõe mais rigorosamente, a faculdade de compreendê-la torna-se mais ampla.

A arte de formular o direito se aproxima sempre e, cada vez mais, de seu objeto, tendendo a transformar um espelho fiel, o que não passava de um bosquejo desprovido de formas¹⁴⁶.

O conhecimento do Direito se transformaria conforme a própria história de um povo evoluiria em direção ao Estado – Nação civilizado, ou seja, quando este povo tivesse uma identidade nacional segundo o sentimento de justiça, graças a boa condução da comunidade esclarecida ou científica que o Direito ajudasse a construir, seja ocupando cargos nas instituições de Estado, seja na pesquisa acadêmica. Como

¹⁴⁴ IHERING, Rudolf Von **O Espírito do Direito Romano nas diversas fases de seu desenvolvimento – Volume 1**, Rio de Janeiro, Alba Editora, 1943, p. 14.

¹⁴⁵ “À medida que a doutrina da história natural do direito se aperfeiçoe, por intermédio da filosofia e do direito comparado, que se enriqueça com idéias novas e novos aspectos, a noção da genuína ciência do Direito Romano será mais vasta”. Idem, p. 27.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 34.

resultado desta intersecção de fatores, seria possível descobrir a especificidade que o Direito ganha em cada nação.

Em cada veia sentimos, cheias de vida e mais ou menos rápidas, as pulsações das idéias gerais e a palpitação dos desejos, das aspirações de um povo e de uma época que, levando lentamente e de forma apenas perceptível seu fomento às diversas instituições submetidas às flutuações do tempo, verificam, em todo organismo, a mutação correspondente. Tal é o elemento psíquico do direito, que em seu caráter exterior vem a ser o que a alma é para o corpo. O espírito do povo e da época são, pois, o espírito do direito¹⁴⁷.

Esta fórmula era a única maneira do Direito se realizar, porque o povo que não tivesse uma moral ou um costume definido (direito consuetudinário), não conseguiria realizar uma Regra Jurídica ou Lei, proposta ou implantada, visto que esta regra não possuiria significado para este povo, ocasionando possíveis desavenças entre o povo e o Estado. Tal significação poderia ser construída através da educação política deste povo em suas devidas instituições (especialmente educacionais).

Para esta finalidade, Rudolf Von Ihering acredita ser necessário ao estudioso do Direito se valer do “exame da arte histórica”. Este exame da História do Direito teria como primeiro passo distinguir os fatos “essenciais” ou “históricos” dos fatos “não essenciais” ou “não históricos”, atendo-se àqueles porque significariam a análise dos fatos que repercutiram ou tiveram forte comoção em uma sociedade, ele pode revelar uma opinião coletiva, a moral ou psicologia política. Depois, qual a relação destes fatos relevantes para a História do Direito a fim de se descobrir a “dependência dos fatos”, a relação de causa e efeito entre eles. Seguiria uma análise criteriosa sobre a lógica dessas causas e efeitos para evitar uma interpretação superficial tanto do Direito Subjetivo, quanto do Objetivo.

Outro princípio importante é que o tempo da evolução histórica do Direito (regras jurídicas ou leis e instituições) em um povo: deve-se observar que o modo como as regras morais e as regras jurídicas se conjugam não coincide com o tempo da sua evolução política; enquanto esta pode ser encontrada com o levantamento de dias, meses, anos ou décadas, aquela apenas poderá ser identificada com a análise de séculos!

¹⁴⁷ Ibidem, p. 41.

A gravidade e a lentidão do direito, que acabamos de definir, podem reunir-se nesta proporção: o direito reclama, para suas produções, grandes espaços de tempo. Oporemos aqui outra particularidade da relação do tempo com a história do direito: a falta de precisão e a incerteza das datas¹⁴⁸.

Chegamos à conclusão de que o elemento tempo tem menos significação para a história do direito, que para a história da política, por ser o movimento do direito mais interno e, por consequência, em grau mais lento e insensível, e, por êsse motivo, serem os seus períodos mais extensos e as datas indeterminadas¹⁴⁹.

A análise das fontes históricas que contenham aspectos culturais, onde se constroem as regras morais, com a análise das fontes históricas que contenham aspectos político – jurídicos, onde se constroem as regras jurídicas, estabeleceriam, no entender de Rudolf Von Ihering, a possibilidade do desenvolvimento do Direito, enquanto ciência e enquanto regra jurídica ou lei. Sob esta ótica, o professor e jurista alemão inicia sua análise do Direito Romano.

Ainda no “Livro I”, Rudolf Von Ihering parte em busca do “espírito” do Direito Romano. Ele quer saber a forma como o povo romano criou sua ideia de Direito. Observa que os romanos conservavam com cuidado as tradições antigas e não perdiam a recordação dos grandes feitos. Esta memória dos grandes feitos e dos grandes homens era uma referência constante para a solução dos problemas e busca de satisfação dos interesses práticos do presente. Para entrar na primeira fase da História de Roma e descobrir o “espírito” do Direito Romano, o autor parte para o estudo da língua e da leitura da literatura, especialmente as crônicas de origem.

... estamos plenamente convencidos que se pode fazer um estudo perfeitamente independente do que aquele que fizeram os romanos: - verdade que se confirma especialmente, para o direito primitivo, com os dados que nos fornece a etimologia, que entre as ideias primitivas, dos povos é a mais eloquente e segura, porque conserva à curiosidade dos tempos futuros o que já deixou de existir e está completamente apagado na memória dos povos¹⁵⁰.

Encontra na origem de Roma um estado social de “selvageria e anarquia”, na qual os indivíduos romanos, de natureza física mais forte, podiam sobrepor sua vontade aos mais fracos, geralmente de outros povos. Este “princípio da força individual” do romano em associação teria sido a primeira fonte do Direito em Roma. A propriedade seria tudo aquilo que sua mão conseguisse tomar posse, especialmente pela conquista;

¹⁴⁸ Ibidem, p. 59.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 61.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 75.

por isso o símbolo de propriedade era a “lança”. Uma vez de volta aos pares romanos, o objeto conquistado é “juridicamente inviolável como a própria pessoa”. Com menor influência, a posse era decorrente do desenvolvimento pacífico e do comércio.

Antes do advento do Estado e das regras jurídicas ou leis, o sentimento do direito estava restrito à moral ou costume e implicava no instinto de sua realização e qualquer violação, embora prejudicasse somente um indivíduo afetado, despertaria nele o instinto de defesa, bem como nos outros pares. Uma vez ofendida a moral ou o costume, a justiça era requerida pela força, uma espécie de “vingança” do lesado. Julgada honesta e procedente a causa do lesado, lhe era conferido o direito de imprimir própria execução, como no caso da escravização por dívida.

Os juízes recebiam seu poder pelo mandato das partes; o juiz não era um funcionário público, mas um “árbitro das partes”, seu parecer “não faz mais que dar às partes o auxílio de seus conhecimentos jurídicos”. O demandante, ao contrário, é aquele que age, impondo a justiça sobre outro indivíduo ou sobre a coisa, conforme o litígio.

Papel importante desempenhava a palavra. Quando um interessado recorria à justiça, no sustento do seu Direito Privado, era muito recorrente ao uso de testemunhas, cuja verdade pronunciada marcava sua natureza não bárbara. Esta mesma palavra foi importante na consolidação do Direito Público, quando, por exemplo, o voto era manifestação da mesma natureza, porém, com diversa consequência: aceitação ou contestação de uma regra jurídica ou lei e escolha de representantes para cargos públicos.

Não encontra o autor o exato momento de instituição do Estado (para ele pouco importa, “não exige explicação alguma”) porque, mesmo com sua consolidação, ainda mantinha estes traços morais; o exemplo que dá é a existência da “Lei de Talião” na “Lei das Doze Tábuas”, organizada entre 451aC e 450aC, já na República. O Estado seria uma necessidade natural da sociedade em seu desejo de “procurar a ordem, a flutuação e efervescência dos elementos que se combinam legalmente entre si”. O que importa a Rudolf Von Ihering é saber que elementos contribuíram para sua formação e que assegurariam a vida e a propriedade privada aos romanos.

O primeiro elemento que encontra é a família porque é das famílias romanas que parte a organização do poder durante a Monarquia: “trezentas gens” dão origem a “trinta cúrias”, que se unem em “três tribos” e “termina sua cúspide com o poder

pessoal do rei”. As gens, em todo o seu “espírito de organização” repousa sobre a “união das famílias”, e o indivíduo romano tem na família sua referência moral e material.

O vínculo que forma as gens, cinge toda a existência do indivíduo. Todos os interesses que agitam sua vida, conduzem-no a ela e nela encontram, senão uma satisfação completa, ao menos ponto de apóio. O culto aos deuses, como o serviço militar e o exercício dos direitos políticos, agrupam os gentiles, e a própria morte os reúne em sepulturas hereditárias e comuns. Mantêm-se unidos nos mais sagrados e terríveis, tanto no templo quanto no campo de batalha. A honra e a desonra, a felicidade e a desgraça, tudo lhes é comum; o brilho e a fama das gens aproveitam a cada um de seus membros, bem como seu modo de proceder¹⁵¹.

Por mais que se amplie o número de cidadãos, o objetivo fundamental do Direito não era garantir a existência do Estado, mas assegurar a vida e a propriedade da família, e doravante, de cada indivíduo dela em particular. O Estado surgiu enquanto instituição que congrega a vontade do público em garantir seu direito privado de vida e de propriedade. O Direito, pensado ou “abstrato”, surge e vive em função de um direito inato e concreto em cada indivíduo romano, seja na relação privada entre iguais, seja na contenda do Estado que garante sua existência com outro povo.

O segundo elemento era a constituição militar romana: o interesse militar chegou ao Estado romano que transformou a moral de supremacia e subordinação de outros povos das gens em realidade, formando uma unidade. Desta forma, a conquista é observada pelo Direito como formadora de disciplina social baseada na tradição, portanto, legitimada.

O terceiro elemento seria o princípio religioso. O Direito religioso, santo ou revelado (do latim *fas*) é uma instituição divina, passível de alteração somente aos deuses; diferente da instituição humana (do latim *jus*), que pode ser modificada pelos homens. Os indivíduos que ocupam os cargos estatais deveriam também exercer atividades sacerdotais de alguma forma, no sentido de conjugar o zelo pelo *jus* e pelo *fas*. Os deuses romanos e suas características guerreiras (na época pré-cristã), bem como os antepassados das gens, deveriam ser agraciados pelo indivíduo romano em seu respeito pelo Direito e na sua luta pela justiça e pela tradição. Transgredir uma *jus* implicaria em um julgamento pelo Estado a fim de reconciliá-lo com os homens e com os deuses. Por sua vez, transgredir uma *fas* implicaria em dupla transgressão, porque

¹⁵¹ Ibidem, pp. 138 – 139.

encerrava também uma *jus*; desta forma, o julgamento do delito não seria físico, mas metafísico pelos deuses (entre outros casos estava “a sevícia cometida pelos filhos contra os pais, a traição do cliente para com o seu patrão, o desrespeito às lindes”. O condenado poderia se tornar um *homo sacer*, (homem de má ação) com seus bens confiscados em proveito dos deuses e sem jamais se reconciliar com os deuses e com os homens, considerava-o um indivíduo sem qualquer direito civil, e como fora do direito, a lei penal não lhe ocupava. Neste sentido, o elemento religioso seria um forte estabilizador do fator moral do direito.

Uma vez apresentada a metodologia e observado o nascimento do Direito Romano, no segundo volume, Rudolf Von Ihering tem a intenção de determinar suas características peculiares. A primeira delas é que o *pretor* faz audiência (com o juramento e inquirição das testemunhas e, em casos especiais de crime, a execução de sentenças) ao ar livre, perante os deuses e os outros romanos, pois o *forum* possibilita vistas diretas do romano que quiser observar a audiência; é o que chama “plástica” do Direito Romano.

A existência desta instituição autônoma, com responsabilidade de promover justiça perante o povo romano na figura do juiz, na organização do processo e na determinação legal dos princípios jurídicos, são os elementos que compõem as características fundamentais do surgimento da codificação ou fixação do Direito (regras jurídicas ou leis escritas) em Roma. Uma vez que o direito privado foi conduzido nesta direção, era uma questão de tempo para que o direito público também o fizesse porque este nada mais foi que a instituição criada para solidificar aquele; o Estado Romano representava segurança na realização do Direito porque garantia a independência das instituições que a promoviam.

Auxiliaram neste resultado: a separação entre *jus* e o *fas* porque conduz ao estabelecimento do Direito seu caráter puramente humano, sem qualquer consideração religiosa; a existência do poder do *censor* porque observa e censura as ações “imprudentes” dos romanos, contrárias aos costumes, apenas na observância da moral, sem a necessidade de existência de um código legal escrito específico; o espírito conservador dos romanos (ou inviolabilidade da lei) associado à luta social que originou os códigos legislativos romanos (a exemplo da Lei das Doze Tábuas).

O indivíduo romano tinha clara em sua mente a ideia de igualdade perante a lei, ou seja, “a emanção da ideia de justiça: tudo o que, por sua natureza é igual, deve ser tratado igualmente pela lei”. Mas, a igualdade para o romano era estabelecida primeiramente na igualdade da possibilidade da propriedade, no direito hipotecário, no direito hereditário, etc. Em segundo lugar, a igualdade se fez dentro da diferença que o direito confere entre o indivíduo livre e o escravo (que não é reconhecido juridicamente como pessoa); depois, entre os livres, aqueles direitos que são exclusivos do patrício, aqueles que são pertinentes ao plebeu e aqueles que recaem sobre o estrangeiro; entre os gêneros; direitos exclusivos dos homens e aqueles estendidos à mulher; entre as idades, a necessidade de atenção e proteção aos menores.

Nesta igualdade repousa a liberdade entre os romanos. Entretanto, a liberdade também tem algumas considerações na cultura romana. O promotor desta liberdade era o Estado romano. A promoção da liberdade de fazer as escolhas que garantam a satisfação das necessidades individuais “egoístas” somente pode ser alcançada dentro da segurança que o Estado romano impõe a ela, no sentido de não colocar em risco a vida e a propriedade de outros indivíduos e do próprio Estado.

Do ponto de vista utilitário coletivo, valores como o bem-estar dos indivíduos, a ordem social e a moralidade poderiam ser alcançados em Roma com a tirania: em um caso excepcional, quando os elementos da vida coletiva corressem risco pela ameaça interna ou externa, a tirania era a legítima forma de resguardá-los. Esta cisão entre a ideia e a utilidade é um traço marcante do conceito de liberdade para o romano; desta forma, o direito deve repousar sobre sua finalidade, não sobre princípios.

A vontade imoderada dos romanos pelo poder (seja no espaço doméstico sobre a família, os escravos e outros bens; seja no espaço público sobre o concorrente político; ou ainda na dominação de outros povos) teve respaldo em seu Direito.

O direito ensinára, desde seus inícios, aos romanos, a teoria de que o homem existe para criar um mundo dentro de si, que não deveria revelar a ninguém, nem julgar nada senão por si mesmo, em suma, que cada um é autor de sua própria felicidade.

O mundo romano não foi feito para os tímidos. O vigor material e a espontaneidade de idéias, eram virtudes indispensáveis a quem pretendesse agir com êxito naquela sociedade. As relações de direito público, como as do direito privado, estavam submetidas a esta necessidade¹⁵².

¹⁵² IHERING, Rudolf Von **O Espírito do Direito Romano nas diversas fases de seu desenvolvimento – Volume 2**, Rio de Janeiro, Alba Editora, 1943, p. 205.

O terceiro livro teve como preocupação *O Sistema do Direito Estrito*, ou seja, como as ideias acerca do Direito (estabelecidas nos volumes anteriores) “fôram trazidas ao domínio da realidade” através do “método jurídico” utilizado em Roma. Esta tarefa cabe aos jurisconsultos porque estava na natureza das que lhes cabia, porque “percebem o método jurídico, julgando-o acertadamente na prática de suas aplicações, mas a noção, para eles, é mais uma questão de sentimento e da experiência, do que de verdadeiro conhecimento”. Esta tarefa atinge um grau maior de desenvolvimento quanto mais se afastasse do senso popular, constituindo um objeto de estudo especializado. Para chegar à sua essência, na opinião de Rudolf Von Ihering, deve-se observar que

O método jurídico não é uma regra exterior, arbitrariamente aplicada ao direito; é o meio único fornecido pelo mesmo direito, em virtude de uma necessidade contida em sua própria essência, dum modo certo, assegurar a marcha do direito, no domínio da prática. A História não se ocupa do método em si, mas se interessa pelo talento e habilidade com que os povos conduziram, neste assunto¹⁵³.

Inicia sua investigação a partir da teorização da “técnica do direito” e sua aplicação ao Direito antigo dos romanos. O princípio que norteia seu idealismo é: “O direito existe para se realizar”. O verdadeiro valor do direito se encontra em sua natureza apenas se é conhecido e aplicado pelo povo, e a esta realidade objetiva da vida se percebe o sentimento de justiça. Em outras palavras, a ciência do Direito não deve esquecer que “para encontrar sua aplicação na vida, deve ser também, uma arte, e que todas as suas regras devem, além disso, corresponder às exigências da vida”.

Mais uma vez Rudolf Von Ihering comenta sobre o método de investigação do direito a ser aplicado pelo estudioso. Deve investigar o “grau de desenvolvimento intelectual e moral do povo, o desenvolvimento da idéia do Estado e do poder público, a divisão social, a relação dos poderes, e sobre tudo, a força moral de que goza a idéia do direito, na consciência do povo”. A técnica a ser aplicada era a da “simplificação quantitativa”, na qual deseja diminuir o volume dos materiais a serem estudados, sem prejudicar o resultado da análise, a fim de permitir o conhecimento da extensão ou alcance do direito em um determinado povo. Primeiro se faz uma “análise sistemática das matérias” (busca das origens das ideias e instituições jurídicas do povo a ser estudado); em segundo lugar a “concentração lógica da matéria” (a forma com que essas

¹⁵³ IHERING, Rudolf Von **O Espírito do Direito Romano nas diversas fases de seu desenvolvimento – Volume 3**, Rio de Janeiro, Alba Editora, 1943, p. 9.

ideias e instituições se consolidaram na vida do povo estudado); como terceiro ponto “ordem sistemática da matéria” (a relação que estas ideias e instituições tinham com outras instituições criadas pelo povo estudado); em quarto lugar a investigação da “terminologia jurídica” (designação técnica utilizada no direito pelo povo estudado); para finalmente observar no povo estudado a “arte de empregar habilmente tudo a quilo que existe” (como é a sua relação interpessoal tendo em vista o direito existente). Depois, se utiliza a “simplificação qualitativa do direito” na conjugação de todas as informações quantitativas a fim de estabelecer o “ponto de união, tal como quando as partes, estando exatamente limitadas e separadas, se reúnem harmónicamente em uma só unidade, e quando conseqüentemente, o pensamento pode abranger fácilmente, tanto a parte como o conjunto”¹⁵⁴.

A partir desta técnica, o jurisconsulto alemão inicia sua investigação acerca do método jurídico romano. O primeiro ponto analisado foi a jurisprudência. Observa que os romanos tinham clara consciência de que o Direito era uma área de conhecimento dominada por um núcleo de pessoas que guardavam a memória das resoluções. Em seu nascimento, eram os pontífices; depois, a publicidade das audiências dos tribunais deu ao povo “noções da marcha do processo e as fórmulas das ações”, o que não garantia ensinar “a teoria da aplicação dessas fórmulas, nem descobrir sua significação”. Quando a Lei das Doze Tábuas foi organizada, marcou-se “a passagem da administração da justiça e da ciência do direito” para as mãos dos pretores. Quando os plebeus puderam ocupar cargos públicos, também puderam aprender sobre o mundo jurídico e assim tiveram papel importante na “propaganda dos conhecimentos jurídicos”.

O segundo ponto é a “predileção do Direito romano pelo elemento exterior”. Entende o jurisconsulto alemão que os romanos percebiam que o primeiro elemento para o conhecimento era a observação das relações entre os diversos indivíduos que pertenciam à sociedade, sua cultura, moral e ética, ou seja, o modo pelo qual reconheciam as várias relações entre si.

A materialidade é o primeiro grau da espiritualização. Todo o pensamento que nasce dos indivíduos e dos povos é material ou sensível. O espírito não se liberta da influência do mundo exterior senão depois de ter permanecido submetido a êle durante muito tempo, e ser apreciado, neste período de prova necessária, para que possa atingir à compreensão do pensamento abstrato. É uma lei da natureza, que se confirma em

¹⁵⁴ Idem, pp. 21 – 23.

todas as esferas do pensamento e do saber humano, e que, também, rege evidentemente o Direito¹⁵⁵.

O terceiro ponto é a importância que os romanos davam ao significado das palavras no sentido de escolher os vocábulos de forma pré-estabelecidas, segundo o costume e impor à construção das frases um sentido exato para evitar grande variedade de interpretações. É uma escolha filológica e gramatical lógica para compor um pensamento solidificado.

A palavra não é, pois, uma coisa objetiva, um objeto, mas uma idéia encadeada dentro de sua objetividade; física e intelectualmente, não é mais do que um fato, um ato, uma ação que se exerce sobre o ouvido e o cérebro, um choque que alguém produz em outrem para pôr, entre si, êsses dois órgãos em determinada atividade¹⁵⁶.

O quarto ponto é justamente a possibilidade que os estudiosos do Direito tem de interpretação dos atos jurídicos, ou seja, as possíveis interpretações além da leitura corrente e do uso da palavra justa ao conteúdo jurídico. Esta maior possibilidade de interpretação das regras jurídicas havia se tornado mais numerosa com a popularização dos negócios jurídicos em Roma.

O quinto ponto foi a importância prática do formalismo jurídico de Roma, ou seja, todas as formalidades necessárias para o exercício das atividades jurídicas (desce a conjugação documental e/ou testemunhal, passando pela tramitação do processo até a condução do julgamento).

Rudolf Von Ihering fixa-se demoradamente neste tema (mais da metade do livro quatro) a fim de observar que esses cinco pontos do método jurídico são as características fundamentais que deveriam permear o conhecimento do direito, independente do povo que o constituísse. Esclarece, pois, sua posição: a constituição jurídica de um povo deve se realizar em acordo com sua moral, conjugada à formalização jurídica exemplificada do direito romano.

Graças ao culto servil da regra, e a uma lógica infatigável que não retrocede ante o ridículo; graças, enfim, ao poderoso rigôr do método, conquistou o Direito romano essas vantagens que, sobre todas as criações da jurisprudência posterior, conservam seu valor e brilho: a clareza e a limpidês maravilhosas de toda sua

¹⁵⁵ Ibidem, p. 82.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 97.

arquitetura, a pureza e a precisão de suas linhas e das formas fundamentais, a distinção quase matemática estabelecida entre seus diversos princípios¹⁵⁷.

Sua análise se faz sob dupla perspectiva. A primeira é a que denomina “concreta”. Dela se atém ao “mecanismo analítico do processo em geral”, que deve se preocupar em disciplinar as partes em litígio; o “ataque ou ação”, que gera um processo de acordo com sua natureza; a “defesa”, que representa a condição de igualdade em direitos e obrigações recíprocas; e todos esses “atos jurídicos” se baseiam nos princípios de simplicidade, unidade de ação (uma vez gerado o ato jurídico, não pode ser suspenso ou dividido), simultaneidade dos seus efeitos. A segunda é a que denomina “abstrata”. Dela se atém o “princípio da simplificação elementar dos corpos jurídicos” (compreender as partes do fato que originou o litígio e transformá-lo em um processo escrito de forma mais simples e próxima do entendimento da lei) e o princípio da “simplificação analítica das condições legais” (favorecer o entendimento das provas físicas, ou seja, o conjunto de condições materiais às quais a lei subordina sua aplicação).

Seus argumentos demonstram a existência de uma “economia jurídica” que deve ser exemplo para o funcionamento de qualquer organização jurídica. Segundo esta, todas as relações entre indivíduos deveriam ser privadas e construídas de acordo com um livre contrato entre as partes. O Direito, na constituição física do Estado, apenas interviria quando uma das partes fosse lesada nesta relação a fim de garantir justiça, em outras palavras, o direito público advém do direito privado.

Segundo o que acabamos de expender, todo o direito privado não é mais do que um vasto areal em que a vontade tem absoluta liberdade de mover-se e exercitar-se. A vontade é o órgão pelo qual o homem goza do direito. Gozar de seu direito é provar todos os gozos que alcança o exercício da força, é congratular-se por ter cumprido um ato da vontade...¹⁵⁸

O Dinheiro é, pois, a medida econômica do valor, e do interesse¹⁵⁹.

Já demonstrámos que o Direito romano procurou estabelecer com clareza e seguir logicamente a questão do interesse, achado-se constantemente influenciado pela forma do direito, isto é, da ação em juízo, e, neste ponto, com razão, mais vale alguma coisa que nada. As formas jurídicas que estabeleceu, todas correspondem a um alto fim do comércio da vida, ou a um interesse moral justificado, se bem excluam quaisquer

¹⁵⁷ IHERING, Rudolf Von **O Espírito do Direito Romano nas diversas fases de seu desenvolvimento – Volume 4**, Rio de Janeiro, Alba Editora, 1943, p. 8.

¹⁵⁸ Idem, p. 215.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 221.

fríoleiras e consasciências, não tendo em conta caprichos pessoais nem fantasias de apaixonado¹⁶⁰.

Não se tratará, em verdade, de saber se o público pode queixar-se à autoridade superior do Estado, e se ficará munido dêsse direito? O Direito romano consagrou a afirmativa, concedendo a todo o cidadão romano uma *actio popularis*, com o fim de que se realizassem as fundações instituídas por disposições de última vontade. Os termos da nossa definição do princípio do direito devem fazer-nos, nêsse caso, admitir a existência de um *direito*, porque os dois elementos de direito, o interesse e a proteção do interesse por si mesmo, se encontram, efetivamente, nela, e a consequência de que o fundamento não segue sómente o seu interesse, mas o de todos, tendo como ponto de partida o interesse geral, não exclui, de modo algum, a existência do direito¹⁶¹.

O livro *A Evolução do Direito* chegou ao conhecimento das faculdades de direito no Brasil através da tradução lisboeta feita pelo Advogado Abel D’Azevedo para a edição da José Bastos & Cia – Editores (utilizada nesta pesquisa), a partir da tradução francesa *L’Évolution Du Droit* feita também por Octave Louis Marie Ghislain de Meulenaere para A. Marescq, Aîné – Éditeur de Paris em 1901, que também fez uma apresentação da obra, do original alemão *Zweck im Recht* de Rudolf Von Ihering, editado em dois volumes entre 1877 e 1883¹⁶². Esta edição em português manteve a introdução do tradutor francês e a seleção que fez de alguns fragmentos de cartas atribuídos ao jurista alemão, nos quais apresenta esta obra como complemento ao “Espírito do Direito Romano”, ou melhor, teorização final de sua ideia sobre o Direito, como esclarece no fragmento da carta de “30 d’abril de 1883”:

Esta obra, que não o *Espírito do Direito Romano*, contém o resultado de toda minha vida científica. Só a compreenderão quando estiver consluida. O *Espírito do Direito Romano* não passa, na minha mente, de uma preparação. Mas o *Espírito do Direito Romano* deveria ser para encetar este estudo, cuja elaboração encerra a minha suprema missão científica¹⁶³.

Outra observação é que o tradutor francês explica o motivo de não fazer a tradução de *Zweck im Recht* para a *Finalidade do Direito*: o princípio norteador desta obra jurídica nada mais é que a “theoria da evolução aplicada ao direito”¹⁶⁴. O autor faz referência à teoria da “luta pela sobrevivência” para iniciar sua construção teórica. Desenvolvida por Charles Robert Darwin em seu livro de 1859 *On the Origin of Species*

¹⁶⁰ Ibidem, p. 222.

¹⁶¹ Ibidem, p. 231.

¹⁶² A primeira edição brasileira de “Zweck im Recht” foi feita em dois volumes pela Editora Rio, em 1979, com o título “A Finalidade do Direito”.

¹⁶³ IHERING, Rudolf Von *A Evolução do Direito*, Lisboa, José Bastos & Cia. Editores, sem data, p. 12.

¹⁶⁴ Idem, p. 8.

by Means of Natural Selection, or The Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life, a teoria surgiu da constatação que na natureza, os animais de espécies que melhor se adaptam ao seu meio físico possuem melhores condições de lutar pela sua vida, inclusive na concorrência com outras espécies¹⁶⁵.

Esta adaptação da “Teoria da Evolução” ao Direito foi estabelecida por Rudolf Von Ihering através do princípio do que denominou “Lei da Finalidade”. Desenvolvida pela metodologia científica da época e comprovada pela experiência graças a Darwin, nada acontece por si, mas todo o acontecimento, para se manifestar materialmente, é decorrente de um impulso mental anterior, ou seja, uma manifestação da vontade decorrente de uma causa. Um ser vivente não faz algo “porque, mas para que”, ou seja, “não a causa, mas o fim, o que constitui o motivo determinante do querer”.

Um animal tem um estímulo físico (como fome e sede) como causa primária, que se transforma em um impulso mental ou uma vontade, e finalmente em uma ação. O resultado desta experiência do animal é uma lembrança emocional do que lhe foi bom ou ruim, útil ou nocivo, agradável ou desagradável em sua vida (como a água pura e boa alimentação) e pode levar a impressão resultante para o futuro. Isto distingue o modo de ser particular de cada espécie, e sua vida é a forma de adaptação prática do mundo exterior às finalidades de sua existência particular.

Por sua vez, através da razão, um indivíduo humano tem a possibilidade e a liberdade de conceber a forma como vai atingir uma finalidade. Isto o difere dos outros animais e o coloca em um patamar privilegiado da evolução natural. Pode consegui-la de duas formas: graças à “coacção física ou psicológica”: quando um indivíduo humano tem condições em seu físico de impor sua vontade sobre a natureza ou outro humano usando da ordem ou da violência; ou graças a “coacção jurídica – moral”, quando um indivíduo humano pertencente a um grupo, aceita suas regras jurídicas ou leis e/ou regras morais para continuar pertencendo a ele, e concebe suas ações para atingir suas finalidades de modo a não ferir essas regras¹⁶⁶.

Cada indivíduo humano teria, portanto, uma vontade inata dirigida exclusivamente para o seu eu, o que chamou de “egoísmo”¹⁶⁷; entretanto, viver em

¹⁶⁵ DARWIN, Charles R. **El origen de las especies por medio de la selección natural**, Editora Calpe, Madrid, 1921, Tomo I, Capítulos III e IV, pp. 124 – 241.

¹⁶⁶ IHERING, Rudolf Von **A Evolução do Direito**, op. cit., pp. 13 – 28.

¹⁶⁷ Idem, pp. 30 – 33.

sociedade implica em estabelecer um “contracto (*consensus*)” ou “lex privata”, a fim de estabelecer um acordo com outras partes com quem se relaciona sobre a completa concordância dos interesses individuais respectivos; um indivíduo deve conjugar as suas finalidades com as de outras pessoas, acertando recompensas mínimas e precisando fazer concessões, no que chamou “*commercio juridico*”.

As finalidades coletivas surgiram de duas maneiras: os “fins organizados”, que se realizam através de aparelhos institucionais fixos e nos quais os componentes da sociedade participam compulsoriamente, como o Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) e o Estado; os “fins não – organizados”, que podem se realizar sem aparelhos institucionais e o indivíduo tem liberdade de atuar ou não, como a ciência e os partidos políticos¹⁶⁸.

Na teoria de Rudolf Von Ihering, o indivíduo humano tem como princípio básico ou finalidade primeira sua própria existência, mas não se fixa na sobrevivência imediata, “prevê o porvir, especialmente assegurando de ante - mão os meios de sua subsistência futura”, ou seja, deve assegurar os recursos materiais para assegurar sua sobrevivência em satisfações futuras, é o nascimento do “patrimônio” ou propriedade privada. Entretanto, a propriedade não é o poder absoluto de dispor de algo, pois o uso da coisa não pode estar em oposição ao que a moral e/ou o Direito (enquanto regra jurídica ou lei) determinam¹⁶⁹.

O principal meio de adquiri-la é a partir do “salário”, a prestação econômica equivalente de uma troca através de um “contracto” específico e passageiro. O “salário” é justo quando cumpre a promessa pré-estabelecida por dada uma das partes¹⁷⁰.

O interesse do sujeito parece concentrado em si; entretanto, ao constituir um “contracto” de caráter permanente com outro indivíduo para constituir uma família, a propriedade amplia-se em relação ao próprio indivíduo e se torna social, pois se envolve a outros indivíduos. O “chefe da casa”, fundador da família, deveria ter autoridade para promover a moral e zelar pela defesa de cada um dos participantes deste núcleo social. A sua força física e seu trabalho para sustentar a casa deve assegurar-lhe a preponderância sobre a mulher e se perpetuar na relação com os filhos pela fraqueza e dependência que eles têm durante os anos iniciais da vida, e mesmo ao chegarem à

¹⁶⁸ Ibidem, pp. 35 – 42; pp. 75 – 101; p. 304.

¹⁶⁹ Ibidem, pp. 340 – 342.

¹⁷⁰ Ibidem, pp. 132 – 150; pp. 185 – 186.

idade adulta, o pai ainda exerce sua influência nas relações interpessoais familiares já então consolidadas. As relações de domínio e subordinação à autoridade do pai teriam sido estabelecidas pela natureza humana e funcionam, portanto, como uma “escola” que prepara os descendentes para o início das relações na sociedade extra - familiar e com o Estado.¹⁷¹ O casamento tem, portanto, a responsabilidade de perpetuar a existência individual e, por conseguinte, da sociedade, enquanto uma pequena célula dela, na qual se transmitem a cultura e a moral. O dote, restringir-se à possibilidade de uma das partes suportar os “encargos” do casamento¹⁷². Por sua vez, a sucessão (herança) é uma manifestação física da vontade do indivíduo em perpetuar esta dupla expectativa da existência (individual e coletiva).

A profissão tornar-se uma relação em duas dimensões: um “contracto” entre indivíduos para a satisfação particular e a obrigação particular de se responsabilizar pela execução de todos os serviços que ela reporta perante a sociedade¹⁷³.

O primeiro regulador dos “contractos” é a concorrência, no sentido de uma das partes envolvida ter liberdade de trocar de parceria ao se sentir insatisfeita com o resultado. O Direito surge como segundo regulador para garantir a realização correta desta livre e independente iniciativa entre indivíduos humanos; por sua vez, a justiça é a intervenção excepcional da legislação, materializada nas instituições do Estado, a fim de garantir que o interesse do indivíduo envolvido em um contrato particular, desde que não se sobreponha ao interesse da sociedade, preservando a existência de todos. O interesse dos indivíduos de uma sociedade no estabelecimento de sua ordem e sua paz para salvaguardar seus direitos privados, torna necessário o estabelecimento de uma autoridade, poder e força capazes de vencer a resistência individual: o Estado. Portanto, a justiça esta acima da liberdade¹⁷⁴. Somente desta maneira, os possíveis conflitos inerentes ao convívio social seriam revertidos em um “modus vivendi” a que se submetem as partes em luta, ou seja, a paz interna na sociedade¹⁷⁵.

O Estado surge, assim, como a organização social institucionalizada para a coação, mas deve colocar a preponderância de sua força sobre os indivíduos de forma regulada e disciplinada, sempre ao lado do Direito, o conjunto de princípios que formam

¹⁷¹ Ibidem, pp. 184 – 185.

¹⁷² Ibidem, p. 201.

¹⁷³ Ibidem, pp. 107 – 117.

¹⁷⁴ Ibidem, pp. 55 – 64; pp. 103 – 107; pp. 162 – 166; pp. 247 – 253.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 173.

esta disciplina. Dessa forma, a sociedade se auto-regula através do Estado, fonte única do Direito¹⁷⁶. Tantas instituições estatais devem existir quantas forem necessárias para proporcionar uma boa condição de vida para todos os indivíduos da sociedade que o Estado representa¹⁷⁷.

O delito ou crime é um ato contrário à lei penal sobre o qual recai uma pena pública, ou seja, o “delito é o facto que põe um perigo as condições da vida em sociedade, ao qual legislador verifica não poder obstar senão por meio da pena”; é nesta prerrogativa que se baseia o direito do Estado em punir um indivíduo. Tais penas, doravante, devem ser proporcionais ao perigo ocasionado à vida em sociedade¹⁷⁸.

O Estado e o indivíduo têm, pois, recíprocos encargos. Dos indivíduos para com o Estado, obrigações como o cumprimento às leis, os impostos, o serviço militar, etc.¹⁷⁹; a contraprestação do Estado se faz na “protecção contra o exterior”, do território e sua população contra ataques externos ao país, através das instituições cabíveis (sobretudo as militares); e na “protecção no interior”, do Direito na forma com que garante condições de vida dos indivíduos na sociedade, principalmente através do instrumento fundamental de sua sobrevivência, a propriedade privada; também as instituições públicas que garantem interesse social de evolução racional e moral, tais como universidades, museus, bibliotecas etc.¹⁸⁰.

O Estado deve, ainda, observar com cautela a porção da população que Rudolf Von Ihering chama de “massa ignorante”, porque entende que esses indivíduos reclamam dos encargos e sacrifícios impostos pelo Estado e pensam que estas imposições são mais causadoras de misérias que promotoras de benefícios; o jurista alemão acusa esta “massa ignorante” de considerar os serviços do Estado como “vantagens naturais” e só ao Estado faz exigências, quando não possuem ciência do significado de suas obrigações. É necessário, portanto, que a autoridade pública lute por sua soberania internamente ao controlar os indivíduos e as multidões, não devendo permitir a “organização ameaçadora da força popular” ao vigiar, por exemplo, a constituição das associações¹⁸¹ e educar a massa para que perceba que a sua situação de

¹⁷⁶ Ibidem, pp. 203 – 207; p. 213; pp. 219 – 226.

¹⁷⁷ Ibidem, pp. 294 – 295.

¹⁷⁸ Ibidem, pp. 318 – 337.

¹⁷⁹ Ibidem, pp. 338 – 340.

¹⁸⁰ Ibidem, pp. 366 – 368.

¹⁸¹ Ibidem, p. 215.

pobreza ou riqueza, cultura ou barbárie, fartura ou necessidade depende da clara consciência e luta de seus direitos através das instituições cabíveis, como o ensino público¹⁸².

Nos momentos em que as crises entre os indivíduos de uma sociedade se tornem graves ao ponto de colocar em iminente risco a vida ou a propriedade privada, o autor defende que os detentores dos cargos públicos devem suspender os direitos dos indivíduos e da sociedade como um todo. A força pode sacrificar o direito a fim de salvaguardar a existência da Nação.

Marcamos d'este modo o ponto em que o direito transborda na política e na história, e em que os juízos do estadista e do historiador devem prevalecer sobre o do jurista, porque o direito positivo, único que este conhece, só regula as relações normaes, em que tem a sua origem, mas não poderia applicar-se a situações extraordinarias para as quaes não foi estabelecido, nem o podia ser. É o direito de excepção da historia (se o termo direito pode caber aqui) a apparição esporádica da força na sua funcção original de fundadora da ordem e de criadora do direito¹⁸³.

Não obstante, para que a soberania do Estado seja forte, é necessário que ele próprio esteja subordinado à lei, porque a ordem e a paz social somente estão garantidas onde quer que o próprio Estado respeite o que concebeu¹⁸⁴. Ao mesmo tempo, são duas as garantias desta subordinação do Estado ao Direito (enquanto regras jurídicas ou leis): a primeira é a organização do Poder Judiciário autônomo em relação aos poderes Legislativo e Executivo, e eficiente em seu exercício a fim de estabelecer a maior proximidade do indivíduo com o Direito¹⁸⁵; a segunda é o sentimento social do Direito, caracterizado no sentimento de cada indivíduo da população de um país na realização da justiça, inclusive quando a contenda judiciária for contra o Estado, porque ele pode ser responsabilizado pelas pessoas que o fazem funcionar. Isto somente é possível se o Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) e as sentenças judiciais estiverem de acordo com a moral e cultura de um povo.

Em ultima analyse, o direito encontra a sua garantia assegurada no poder moral que sobre a nação exerce o sentimento do direito. Constituição alguma, por mais perfeita que a imaginemos, poderia de facto impedir o poder publico de violar a lei; não

¹⁸² Ibidem, pp. 295 - 296

¹⁸³ Ibidem, p. 178.

¹⁸⁴ Ibidem, pp. 253 – 256.

¹⁸⁵ Ibidem, pp. 260 – 289.

ha juramento que lhe sirva de salvaguarda, porque, juramentos a cada passo se quebram! A propria aureola de santidade e de inviolabilidade com que a theoria coroa a lei, não se impõe ao arbítrio: o que se lhe impõe é unicamente a força real que está detraz da lei, isto é, o povo, o povo que reconhece o direito como condição da sua existencia, o povo, que na violencia feita ao direito sente uma violencia feita a si mesmo, o povo que está prompto a pegar em armas, se tanto fôr preciso, para sustentar o seu direito... A energia do sentimento juridico da nação é, pois, no fim das contas, a garantia unica do sentimento do direito: - se tal sentimento está paralyzado, o direito é incerto; se o sentimento nacional é são e vigoroso, está assegurado o imperio do direito¹⁸⁶.

Assim como o indivíduo humano existe para si e para o coletivo, também um povo vive para si e para a humanidade

A arte dos gregos, a sua litteratura e a sua philosophia, e o direito dos romanos, continuam a ser a eterna fonte de nossa educação¹⁸⁷.

Desta maneira, o Direito, que se manifesta fisicamente na forma da lei (“rex publica”), deve conjugar as grandes concepções jurídicas da história da humanidade em evolução com os aspectos morais específicos de um povo para que o “commercio juridico” seja aceito e efetuado com justiça por todos os indivíduos que o compõe¹⁸⁸.

A finalidade última do Direito é construir uma sociedade na qual os interesses individuais se solidarizem com os da sociedade como um todo: uma população com clareza das funções do Estado e cumpridora de suas obrigações sem a necessidade de ser coagida a isso. Esta “intelligencia das coisas” depende da “educação política dos povos”, em outras palavras, “a exata compreensão dos proprios interesses”. Em uma população que ainda não tenha plena consciência do seu Direito, não se percebe de modo correto a existência do Estado; portanto, é necessário que a Constituição desse povo seja elaborada conforme sua “moral política” e seja esclarecida paulatinamente pelo próprio Estado (representado pela comunidade de pensadores do Direito), das mais elevadas conquistas do Direito, então podendo modificar sua Constituição. Possibilitar que o Estado garanta seus interesses representa que os indivíduos tenham clara consciência que o Estado a que se subordina é a única organização capaz de garantir os

¹⁸⁶ Ibidem, pp. 256 – 257.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 69.

¹⁸⁸ Ibidem, pp. 70 – 74; pp. 290 - 293.

seus interesses “egoístas”, fisicamente materializados na propriedade¹⁸⁹. Em outras palavras, o Estado – Nação é o fim último do Direito.

3.3 Os princípios gerais da teoria de Rudolf Von Ihering a partir das obras que mais influenciaram os professores juristas da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro

Para se chegar aos pontos principais da teoria do Direito de Rudolf Von Ihering, foram conjugados os elementos mais significativos dos dois livros acima descritos.

3.3.1 Propriedade e liberdade no “Estado de natureza”

A primeira característica da teoria do direito de Rudolf Von Ihering é a relação entre liberdade e propriedade. Para iniciar sua explanação, o método que usa é a filosofia política. Segundo o princípio ideológico que escolheu, o principal desejo do ser humano se relaciona à necessidade de sobreviver e perpetuar a espécie perante as adversidades naturais, como qualquer outro animal.

Com a finalidade de sobreviver um dia (como fazem os outros animais seguindo seu instinto de sobrevivência), o ser humano precisa de algumas condições materiais fundamentais, a exemplo do alimento; entretanto, como é privilegiado por possuir a razão (que o difere dos outros animais, limitados ao instinto da satisfação dos desejos imediatos), tem a capacidade de prever a necessidade de outros bens materiais necessários à sua própria sobrevivência futura, suas “propriedades”.

Impõe sua força física perante a natureza através da caça, da pesca, da coleta etc. Contudo, para perpetuar a espécie, precisa viver em sociedade com outros iguais. Independente da comunidade na qual participa, o indivíduo com mais força física pode usá-la para satisfazer seus desejos pessoais ou “egoístas”¹⁹⁰, além de exercer domínio e poder.

¹⁸⁹ Ibidem, pp. 369 – 376.

¹⁹⁰ É também um argumento em filósofos ingleses do século XVII.

“If man in the state of nature be so free, as has been said; if he be absolute lord of his own person and possessions, equal to the greatest, and subject to no body, why will he part with his freedom? why will he give up this empire, and subject himself to the dominion and control of any other power? To which it is obvious to answer, that though in the state of nature he hath such a right, yet the enjoyment of it is very uncertain, and constantly exposed to the invasion of others: for all being kings as much as he, every man his equal, and the greater part no strict observers of equity and justice, the enjoyment of the property he has in this state is very unsafe, very unsecure. This makes him willing to quit a condition, which, however free, is full of fears and continual dangers: and it is not without reason, that he seeks out, and is willing to join in society with others, who are already united, or have a mind to unite, for the mutual preservation of

Por sua vez, os indivíduos com menor força física precisam reagir e iniciar sua própria luta pela sobrevivência e liberdade. Constitui-se uma “luta pela sobrevivência” entre os indivíduos da espécie humana com condições físicas mais fortes e aqueles com condições físicas mais fracas. Conforme observação acima, feita pelo tradutor francês do livro *A Evolução do Direito*, esta ideia tem fundamento com a constatação científica apresentada por Charles Robert Darwin em seu livro de 1859 *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or The Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. Contudo, esta “luta pela vida”, constatada pelo pesquisador inglês através da observação empírica de várias espécies de animais e plantas enquanto viajava por várias partes do planeta como naturalista à bordo do HMS Beagle entre dezembro de 1831 e outubro de 1836¹⁹¹, fora postulada filosoficamente no século XVII na Inglaterra.

Tomemos por exemplo o livro *Leviatan, or The Matter, Forme, & Power of a Common-Wealt Ecclesiasticall and Civil* de 1651. Seu autor, Thomas Hobbes, entende que o homem utilizava sua liberdade da forma que quer e como consequência, há três causas principais da disputa na “natureza humana”: a competição, a desconfiança e a glória.

The first, maketh men invade for Gain; the second, for Safety; and the third, for Reputation. The first use the Violence, to make themselves Masters of other mens persons, wives, children, and cattell; the second, to defend then; the third, for trifles, as a word, a smile, a different opinion, and any other signe of undervalue, either direct intheir Persons, or by reflexion in their Kindred, their Nation, their Profession, or their Name¹⁹².

their lives, liberties and estates, which I call by the general name, property. The great and chief end, therefore, of men's uniting into commonwealths, and putting themselves under government, is the preservation of their property”. LOCKE, John **The Second Treatise of Civil Government**, New York, Dover Publications, 2002, p. 85.

“From this equality of hability, ariseth equality of hope in the attaining of our Ends. And therefore if any two men desire the same thing, which neverthesse they cannot both enjoy, they become enemies; and in the way to their End, (which is principally their owne conservation, and sometimes their delectation only,) endeavour to destroy, or subdue one an other. And from hence it comes to passé, that where an Invader hath no more to feare, than an other mans single power; if one plant, sow, build, or possesse a conveniente Seat, others may probably be expected to come prepared with forces united, to despossesse, and deprive him, not only of the fruit of his labour, but also of his life, or liberty. And the Invader again is in the danger of another”. HOBBS, Thomas **Leviatan, or The Matter, Forme, & Power of a Common-Wealt Ecclesiasticall and Civil**, New York, Dover Publications, 2006, p. 69.

¹⁹¹ KING, David C. **Charles Darwin – A photographic story of a life**, London, DK Publishing, 2007, pp. 34 – 51.

¹⁹² HOBBS, Thomas **Leviatan**, op. cit., p. 70.

Já John Locke, em seu *The Second Treatise of Civil Government*, de 1690, entende que cada indivíduo em sua sociedade possui igualdade no uso de sua liberdade e que tem iguais possibilidades na experiência da própria preservação, o que pode levar a constante conflito.

And that all men may be restrained from invading others rights, and from doing hurt to one another, and the law of nature be observed, which willeth the peace and preservation of all mankind, the execution of the law of nature is, in that state, put into every man's hands, whereby every one has a right to punish the transgressors of that law to such a degree, as may hinder its violation: for the law of nature would, as all other laws that concern men in this world 'be in vain, if there were no body that in the state of nature had a power to execute that law, and thereby preserve the innocent and restrain offenders. And if any one in the state of nature may punish another for any evil he has done, every one may do so: for in that state of perfect equality, where naturally there is no superiority or jurisdiction of one over another, what any may do in prosecution of that law, every one must needs have a right to do¹⁹³.

Para John Locke, a propriedade do indivíduo resulta do trabalho que executa a fim de satisfazer as necessidades de sua vida, para o momento e para os seguintes, a fim de assegurar sua existência, o que demonstra ser um princípio essencial para a sobrevivência¹⁹⁴.

Enquanto John Locke entende que a liberdade e a propriedade do homem no Estado de natureza acontecem por uma vontade divina¹⁹⁵ (entendimento originário da teoria criacionista expressa no Livro do Gênesis bíblico), Thomas Hobbes especula que são frutos da própria natureza racional do homem¹⁹⁶. Não obstante, para o pensador alemão, essas especulações filosóficas do século XVII tornaram-se resultado da investigação científica da história natural no século XIX, o que consolida sua credibilidade. Desta maneira, qualquer regra de convívio social (moral ou jurídica) deve ter como finalidade a preservação da vida, da liberdade e da propriedade enquanto prerrogativas racionais inerentes ao ser humano. Portanto, Rudolf Von Ihering aponta

¹⁹³ LOCKE, John *The Second Treatise of Civil Government*, op. cit., p. 17.

¹⁹⁴ Idem, pp. 29 – 42.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ HOBBS, Thomas *Leviathan*, op. cit., pp. 68 – 69.

como principais pontos a serem valorizados pela instituição de qualquer regra jurídica ou lei, a proteção legal da vida, propriedade, da vontade e a livre iniciativa individual.

3.3.2 Propriedade e liberdade no “Estado civil”

Devemos salientar que Rudolf Von Ihering demonstra simpatizar com o liberalismo. Ele entende que para equilibrar a liberdade que os indivíduos possuem naturalmente em satisfazer seus próprios desejos a fim de garantir a sua existência e as suas propriedades, torna-se necessário estabelecer contratos com outros indivíduos, fazendo concessões e conseguindo recompensas que garantam, ao menos em parte, a satisfação de seus desejos. Foi o que ele chamou de “comércio jurídico”, porque é estabelecido livremente entre partes particulares, que usa um valor econômico como instrumento de troca e algum tipo de regra que a discipline.

O autor alemão acredita que o primeiro núcleo social do comércio jurídico é a família porque é o espaço no qual os indivíduos compartilhariam seus meios de subsistência, tendo como perspectiva o futuro, seja na procriação, seja no uso da propriedade privada e na sua sucessão (herança). Ao pai cabe a autoridade máxima na tarefa de zelar pela formação moral e pela defesa da família; a mãe tem a tarefa de auxiliá-lo. A relação de autoridade e subordinação da família é o aprendizado para a relação do indivíduo com o Estado; enquanto uma pequena célula do Estado, tem a dupla função de perpetuar a existência individual e coletiva.

Uma vez preparado para conjugar seus desejos com a de outros indivíduos fora da família, surgem as finalidades coletivas. As “não – organizadas”, são as conjugações na qual os indivíduos têm liberdade para se associar ou não. As diferentes profissões desenvolvidas pelos indivíduos são o principal atrativo para a conjugação de interesses porque proporcionam aos indivíduos realizarem seus desejos pessoais e os obrigam a se responsabilizar pelo serviço que promete a outro indivíduo ou à sociedade, proporcionando um progresso de vida ao mesmo tempo particular e coletivo. O salário é o instrumento pelo qual os indivíduos concluem a prestação econômica equivalente a uma troca através de um contrato específico e passageiro; é justo quando cumpre a promessa pré-estabelecida por cada uma das partes envolvidas.

O que comprova a postura liberal do jurista alemão é o seu entendimento sobre o primeiro regulador desses contratos: a livre concorrência, no sentido de uma das partes ter a liberdade de abandonar a parceria no comércio jurídico ao se sentir insatisfeita com a outra parte no final do fato contratual. Portanto, se relaciona tanto ao resultado físico do comércio jurídico na obtenção de dinheiro para aquisição da propriedade desejada a fim de garantir sua existência, quanto à moral que permeia toda sua ação.

O Direito (enquanto regras jurídicas ou leis), e sua manifestação física, o Estado, surgem enquanto reguladores organizados do comércio jurídico, cujos indivíduos de uma sociedade participam compulsoriamente. Sua instituição legislativa é a responsável por estabelecer um grupo de regras jurídicas voltadas a fazer com que os indivíduos disponham de suas propriedades sem prejudicar os demais indivíduos da sociedade, ou seja, o indivíduo deixa de dispor do poder absoluto sobre um bem (típico do Estado de natureza) porque não pode opor-se à moral, ou conduta cultural de um povo para tornar melhor a convivência. Regras jurídicas ou leis e regras morais devem estar em perfeita consonância para atingir seu principal objetivo: regular a vida em sociedade para que todos os indivíduos possam assegurar a satisfação honesta de seus desejos egoístas sem prejudicar o outro, e o sentimento de justiça em ambas as partes no final de um contato de comércio jurídico.

A instituição judiciária é a intervenção excepcional das regras jurídicas, materializadas na instituição do Estado, para preservar o interesse de um indivíduo em um contrato de comércio jurídico particular, desde que não se sobreponha ao interesse da sociedade, a fim de preservar a existência de todos, bem como de suas propriedades. A justiça nas relações sociais está acima da liberdade individual. Um modo de vida entre indivíduos capaz de trazer paz para a sociedade como um todo somente é possível com a criação de um Estado, porque este é uma entidade com autoridade e força capaz de salvaguardar a todos os seus direitos privados.

A fonte única do Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) é o Estado, que é uma organização social institucionalizada para a coação dos indivíduos, de maneira regulada e disciplinada pelo próprio Direito. Tal é a importância dessa regulação e disciplina do Direito (enquanto regras jurídicas ou leis): para os indivíduos sentirem a presença da justiça no convívio social, o próprio Estado deve estar submetido a elas. O número de instituições que o Estado usa para exercer sua função é proporcional às

necessidades que um povo tem para que o bem - estar de todos seja assegurado por ele. O direito do Estado em punir um indivíduo está assentado sobre a possibilidade de um indivíduo colocar em perigo as condições de vida em sociedade.

Os pensadores ingleses do século XVII também observaram o Estado como regulador do direito privado do indivíduo em sua existência humana e suas propriedades. Thomas Hobbes alerta que, para a existência de um Estado, a população de um território deve conferir a um indivíduo ou assembleia de indivíduos o poder e a força para conjugar as várias vontades individuais, evitando que os indivíduos usurpem de alguma forma as propriedades de seus pares civis, garantindo segurança aos que tivessem menor possibilidade física de proteger suas propriedades.

The finall Cause, End, or Designe of men, (who naturally Love Liberty, and Dominion over others,) in the introduction of that restraint upon themselves, (in which wee see them live in Common-wealths,) is the foresight of their own preservation, and of a more contented life thereby; that is to say, of getting themselves out from that miserable condition of Warre, which is necessarily consequent (as hath been shewn) to the naturall Passions of men, when there is no visible Power to keep them in awe, and tie them by feare of punishment to the performance of their Covenants, and observation of these Lawes of Nature¹⁹⁷.

John Locke lembra que o Estado não vem proteger apenas a vida de cada indivíduo de uma sociedade, mas sua condição material básica de existência, a propriedade.

The great and chief end, therefore, of men's uniting into commonwealths, and putting themselves under government, is the preservation of their property. To which in the state of nature there are many things wanting¹⁹⁸.

A garantia da liberdade nas relações individuais em estabelecer o comércio jurídico e das propriedades dos indivíduos são, no entender de Rudolf Von Ihering, as prerrogativas fundamentais para a existência de um Estado e do Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) em uma determinada sociedade.

¹⁹⁷ HOBBS, Thomas **Leviantan**, op. cit., p. 93.

¹⁹⁸ LOCKE, John **The Second Treatise of Civil Government**, op. cit., p. 84.

3.3.3 O Direito Público, a educação política dos povos e o “Estado de Exceção”

Rudolf Von Ihering se refere ao Direito Público enquanto direitos e deveres a que todos os indivíduos que compõem a sociedade possuem igualmente no sentido de salvaguardar seu direito privado. O primeiro fator que o caracteriza é a recíproca dos encargos: enquanto a totalidade dos indivíduos deve cumprir as regras jurídicas ou leis, pagar impostos, servir ao treinamento militar, entre outras obrigações, é a responsabilidade do Estado garantir, através de suas instituições cabíveis, a soberania contra possíveis ameaças estrangeiras ao território e à sua população, e a segurança contra as ameaças internas à autoridade do próprio Estado, garantindo boas condições de vida aos indivíduos e a propriedade privada, justiça nas desavenças individuais e na manutenção de instituições que garantem a evolução racional e moral, tais como as escolas, universidades, museus, bibliotecas, etc. Esta era sua imagem de “soberania”.

A idealização desta relação equilibrada entre sociedade e instituições de Estado pode existir nos locais onde o Estado já está organizado há muito tempo. Estados constituídos há pouco tempo, como era o caso do Estado Imperial Alemão, ainda teriam o que denominou “massa ignorante”, que carrega consigo a ideia de que o Estado a explora em suas obrigações e que suas concessões seriam algo “natural”. O que pode acarretar convulsões sociais que colocam em risco a paz, a propriedade e a vida dos indivíduos na sociedade e as próprias instituições de Estado.

Para que isso não ocorra, as elites esclarecidas que ocupam os postos de administração do Estado e das universidades, devem agir de forma a promover a “educação política” de seu povo, através das instituições competentes, especialmente as escolas. Caso não fosse possível, a fim de preservar as instituições do Estado, pode haver um momento em que a melhor saída seja o Estado de Exceção. Desta maneira, o pensador alemão se aproxima mais da ideia da necessidade do Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) estável de Thomas Hobbes¹⁹⁹, na qual o Estado se impõe ao cidadão, que da ideia contrária a todo tipo de Estado autoritário de John Locke, que entende o Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) passível de dissolução, caso o governo não

¹⁹⁹ HOBBS, Thomas *Chapter 26 - Of Civill Lawes* in *Leviantan*, op. cit., pp. 147 - 162.

zele pelo bem-estar dos indivíduos que compõem a sociedade ou ponha em risco sua liberdade²⁰⁰.

Uma das práticas mais características do Estado de Exceção, a falta de independência entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, era aceita pelo jurista alemão enquanto uma prática provisória, cuja durabilidade deveria estar relacionada ao tempo em que as instituições estatais devidas reprimissem o grupo estrangeiro ou insurgente que ameace a Constituição e o próprio Estado. Mas este direito do Estado em instituir a suspensão dos direitos individuais deve estar resguardado pela própria Constituição e somente pode ser acionado em caso de extrema necessidade: em princípio a soberania, por fim, a vida e a propriedade²⁰¹. Esta é a reflexão jurídica que precisa a elite detentora do poder para resguardar seu interesse econômico e evitar a ameaça da sublevação social das classes trabalhadoras.

Rudolf Von Ihering entende que cada povo deve ter liberdade para organizar o sistema de representatividade que lhe convier a partir de sua natureza cultural; porém, até que sua população se relacione com o Estado de maneira equilibrada e harmoniosa, este deve estar nas mãos de uma elite esclarecida para mantê-lo sólido (se necessário, utilizando a força de uma tirania ou Estado de Exceção) e construir o espírito de identidade nacional a partir do esclarecimento do Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) de acordo com sua moral, pois está no sentimento de justiça deste povo a origem de sua crença nas instituições do próprio Estado e a vontade em lutar pela sua existência.

3.3.4 O método de pesquisa e o exemplo do Direito Romano

No entender de Rudolf Von Ihering, para que os juristas, principais estudiosos do Direito, possam apresentar ao Estado e à sociedade em geral um plano eficiente de constituição das regras jurídicas ou leis, devem se tornar verdadeiros “cientistas do Direito”, combinando: investigação social acerca da pesquisa sobre a moral ou psicologia política do povo que estuda através da observação de como se processaram, ao longo de sua história, as relações e tensões sócio-políticas em sua cultura (o “Direito

²⁰⁰ LOCKE, John *Chapter 19 – Of the Dissolution of Government* in **The Second Treatise of Civil Government**, op. cit. p. 84.

²⁰¹ AGAMBEN, Giorgio – **Estado de Exceção – Homo Sacer II**, 1, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, pp. 38 – 40.

Objetivo” ou “Orgânico” por se originar da “vida cotidiana” ou “cultura” de um povo); o direito comparado, com as organizações jurídico - institucionais de outros povos, de sua época e de outras épocas (no qual faz referência aos alicerces inalienáveis apresentados pelo Direito Romano) a fim de observar os aspectos racionais do Direito mais evoluído da humanidade (o “Direito Subjetivo” ou “Mecânico” por acreditar que ajustes “lógicos formais” poderiam reorganizar uma sociedade, independente da cultura)²⁰².

Os procedimentos deste processo seriam: 1º - procurar fontes históricas que apresentem traços culturais do povo que possam oferecer subsídios para identificação de sua moral. 2º - selecionar entre essas fontes aquelas consideradas “essenciais”, ou seja, que revelam comoção social à população a fim de transparecesse suas emoções e os traços de sua moral ou psicologia política. 3º - localizar as causas e os efeitos desses fatos a fim de determinar qual a causa dos problemas sociais na distância existente entre as regras morais de uma sociedade e o Direito (enquanto Regras Jurídicas ou Leis). 4º - Perceber a evolução da História do Direito (Regras Jurídicas ou Leis e instituições estatais) do povo. 5º - Quais aspectos do Direito Romano o direito de um povo já institucionalizou (universalidade) e quais instituições independentes possui, a fim de identificar quais possuem maior possibilidade de oferecer propostas de sentimento de justiça ao povo.

O estudo que Rudolf Von Ihering fez sobre o Direito Romano tinha o objetivo de servir como exemplo de sua metodologia e oferecer subsídios das instituições jurídicas romanas para os pesquisadores. Iniciou sua busca pelo “espírito” do direito romano ao pesquisar, na memória dos romanos, a importância que davam às tradições e os exemplos de grandes feitos dos antepassados como base para solução dos problemas cotidianos que enfrentavam na época. Encontrou o valor que os romanos davam à

²⁰² Rudolf Von Ihering tenta, na medida do possível, propor uma alternativa na discussão entre os juristas simpáticos ao Direito Objetivo e os juristas que defendiam o Direito Subjetivo, bastante forte na Europa Ocidental entre os séculos XIX e XX. Max Weber observou no texto *Qualidades formais do direito revolucionariamente criado. O Direito natural e seus tipos*, que tanto o Direito Objetivo quanto o Subjetivo podem ser identificados por “Direito Natural”: o primeiro, que emana de uma determinada cultura; o segundo, que emana da condição de humanidade; como exemplo, o primeiro postulado pela Escola Histórica dos Juristas Alemães; o segundo, defendido pelos idealizadores da Revolução de Independência Americana. Portanto, entende que os axiomas de Direito Natural variariam de acordo com a conjuntura histórica de um povo, os interesses da intelectualidade que o professa e sua relação com as instituições de poder. WEBER, Max - **Economia e Sociedade**, São Paulo, Imprensa Oficial, Vol. II, 2004, pp. 133 – 141.

propriedade, à dominação e, com menor influência, à aproximação pacífica e comercial com outros povos.

A origem de Roma foi caracterizada pela “selvageria e anarquia”, na qual os indivíduos romanos, de natureza mais forte, podiam sobrepor sua vontade aos mais fracos, geralmente de outros povos. A formação do Estado e do Direito em Roma foram a forma encontrada pelo povo, dentro de sua cultura e moral, de garantir o bem – estar de sua vida, suas propriedades e seu poder.

Demonstra o autor a transição da época pré-codificação das regras jurídicas para época pós-codificação não se importando com o momento de construção do Estado (um feito natural da busca pela proteção de seus direitos e da coerção dos indivíduos às regras sociais), mas os elementos que contribuíram para sua formação, no caso romano, a família, a organização militar e religião e sua longevidade graças a conjugação das regras jurídicas com as morais.

Percebeu as suas peculiaridades: a evolução do direito romano enquanto resultado de lutas sociais e na inviolabilidade das leis, a confiança do povo no Estado enquanto realizador do direito, o trabalho do pretor em público, a igualdade dos romanos em sua especificidade (homens livres e escravos; dentre os livres, os direitos dos patrícios, dos plebeus e os estrangeiros; homens e mulheres; maiores e menores), a possibilidade da existência da “Tirania” (enquanto Estado de Exceção), no sentido de garantir a ordem, a vida e a propriedade em momentos em que a segurança do Estado estiver em risco.

Por fim, procurou entender o funcionamento do direito romano. A ideia do Direito tinha grande força moral na consciência do povo romano; a palavra falada e a palavra escrita tinham grande poder na relação interpessoal do povo, o que gerava pouca interpretação legislativa; este povo reconhecia a sabedoria e confiava no trabalho dos pontífices (nos primeiros tempos) e depois dos pretores sobre a jurisprudência, as Regras Jurídicas e as regras morais; o formalismo jurídico romano era exemplar pela transparência de suas ações (conjugação documental e/ou testemunhal, organização do processo e o julgamento).

Esta pesquisa de Rudolf Von Ihering sobre o “espírito” do Direito Romano poderia servir de exemplo para qualquer juriconsulto de qualquer país que pretendesse fazer um estudo que procurasse oferecer às elites detentoras do poder de seu país,

subsídios científicos para estabelecer a identidade nacional através da organização ou reforma jurídica.

3.3.5 As ideias Rudolf Von Ihering em seus livros de referência

Toda teoria de Rudolf Von Ihering se relaciona, portanto, à sua atividade como professor universitário de Direito durante o século XIX, enquanto seu país natal, a Alemanha, procurava um caminho para a constituição de um Estado – Nação, buscando nas ciências o instrumental ideológico que levasse à constituição da identidade nacional na população.

A Confederação Germânica (1815 - 1866), a Confederação Germânica do Norte (1866 – 1871) e o Império Alemão (1871 – 1918) demonstram que o Estado organizou-se primeiro que o sentimento de identidade nacional. Para este jurista, o Direito (enquanto ciência) poderia ajudar nesta tarefa a partir do subsídio teórico que desenvolvesse para nutrir a ação das instituições estatais, especialmente os poderes Legislativo e Judiciário.

Para o Legislativo, o autor em questão acreditava que os representantes deveriam criar regras jurídicas ou leis a partir de duas fontes fundamentais: observando as mais racionais conquistas do Direito através da Filosofia do Direito ou observando as suas características nas regras jurídicas de outros países através do Direito Comparado; e a conjugação das regras jurídicas ou leis locais à moral ou psicologia política do povo com a intenção de promover o sentimento de justiça, crença no Estado, respeito às instituições e atendimento à solicitação de defesa contra ameaça externa. Não deixou de observar que essa legislação deveria levar em consideração a preservação da vida e da propriedade (que considerava valores inalienáveis da existência), não importando seu tamanho, valor, quantidade ou qualidade, nem se importando se inúmeros indivíduos que compõem a sociedade pouco ou nada possuem de propriedades ou tenham poucas perspectivas sobre seu futuro.

Para o Judiciário, criação de instituições autônomas, transparentes em suas deliberações e com força de coerção dos indivíduos perante as regras jurídicas ou leis.

Como as elites esclarecidas se encontravam nos principais postos de comando do Estado, o Poder Executivo teria a responsabilidade em promover a educação política do povo na conscientização das atividades do próprio Estado e das responsabilidades de

cada indivíduo perante ele, especialmente na ação das instituições educacionais. Além de oferecer uma justificativa para a implantação do Estado de Exceção em uma possível atitude de revolta ou mobilização de classes inferiores contra as próprias instituições estatais a fim de garantir a propriedade privada, especialmente a da própria elite, ocupante dos principais cargos públicos.

Acreditava que a construção ou reforma das regras jurídicas ou leis (e não as reformas econômicas) poderiam trazer a pacificação social para a relação entre as classes detentoras do poder (também representantes das elites econômicas) e as classes submetidas pelo poder (preponderantemente os pobres).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura de instituições de ensino superior que ofereciam cursos de Direito no Brasil durante os primeiros anos da República teve relevante importância na redefinição ideológica das elites diante da nova forma de governo, a República, porque acreditavam no potencial desta ciência para solucionar possíveis tensões e conflitos sociais.

A demanda por profissionais especializados na área jurídica foi causada por vários fatores: crescente número de funções específicas para esta especialização técnico-científica em órgãos dos três poderes do Estado nos níveis Federal, Estadual e Municipal; aumento no número de causas na sociedade decorrentes do aumento (mesmo que modesto) da população com acesso ao Poder Judiciário; necessidade de respaldo ideológico para a manutenção do poder político-econômico e controle social por parte das elites. A cidade do Rio de Janeiro tentava sanar essa demanda buscando bacharéis e doutores jurisconsultos em São Paulo ou Recife; logo após a proclamação da República, o Governo Federal possibilitou a abertura de novas faculdades particulares ou públicas através das reformas na educação superior promovidas pelo Ministro e Secretário da Instrução Pública, Correios e Telégrafos do Governo Provisório da República, Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e a cidade logo passou a contar com homens do Direito formados em suas instituições acadêmicas locais.

Para identificar alguns aspectos deste perfil ideológico nos representantes das elites que estudaram no Rio de Janeiro, foram analisados os artigos da Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro, uma faculdade privada, cujos alunos eram integrantes de famílias com boas condições financeiras, capazes de mantê-los nos estudos.

A análise quantitativa revelou que quase a totalidade dos artigos foi escrita pelos juristas professores da instituição. Eram nomes proeminentes da ciência do Direito à época, como Augusto Olympio Viveiros de Castro (que havia sido Promotor Público de Santa Maria Madalena, Juiz Seccional do Estado do Maranhão, Ministro do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal e autor de várias obras de destaque sobre Direito Administrativo e tributação como *Tratado de Ciência da Administração e Direito Administrativo* e *Tratado dos Impostos*); Francisco de Paula Lacerda de Almeida (Deputado Estadual na legislatura de 1891 – 1895 e autor de *Direito das*

Cousas: Exposição systematica desta parte do Direito Civil pátrio); Conselheiro Cândido Luiz Maria de Oliveira Filho (que havia sido Promotor Público de Outo Preto, Juiz Municipal de Curvelo, Deputado Provincial, Geral e Senador Vitalício durante o Império, conselheiro do Imperador D. Pedro II, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Comissão Internacional de Jurisconsultos em Montevideu); Abelardo Saraiva da Cunha Lobo (ex-Juiz do Estado do Maranhão, diplomata do governo do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca e autor do *Curso de Direito Romano*); Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira (ex-Deputado Estadual por Pernambuco, Deputado Federal por várias legislaturas, Procurador Geral da República durante o governo de Prudente de Moraes, Ministro da Justiça durante o governo de Nilo Peçanha e autor de vários livros de Direito Penal, destacando-se *Estudos de Política Criminal e Tratado de Direito Penal Militar Brasileiro*); Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho (que foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e senador do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo); Dr. Luiz Carlos Fróes da Cruz (que foi Deputado Geral por Niterói por várias legislaturas, inclusive membro da Assembleia Constituinte de 1891); Carlos Afonso de Assis Figueiredo (ex-Procurador da Fazenda, Deputado Geral e Presidente da Província do Rio de Janeiro no Império); Manuel Ignácio de Carvalho Mendonça (ex-Juiz Federal do Paraná que publicou, entre outros livros, *O Poder Judiciário no Brasil e Rios e águas correntes em suas relações jurídicas*)²⁰³. Estes juristas que estiveram tão envolvidos com o aparelho de Estado preocupavam-se sobremaneira com o Direito Civil (a fim de que fosse organizado um código jurídico capaz de proteger essencialmente a propriedade privada e a sucessão) e com o Direito Constitucional (com o objetivo de controlar a participação política da parcela da população desprovida de riqueza financeira, educacional e cultural).

O aparato ideológico que deu suporte teórico à intenção política desta instituição política sofreu uma grande influência dos livros do jurista e professor de Direito alemão Rudolf Von Ihering. Este cientista atribui a existência do Direito enquanto regras jurídicas ou leis como uma convenção de normas instituídas e aplicadas coercivamente pelo Estado a fim de proteger a existência da vida, da liberdade e da propriedade privada; por sua vez, o Direito enquanto Ciência serve para conjugar as necessidades sociais por justiça dentro de seu momento histórico, o que proporciona o sentimento de

²⁰³ Não é nosso objetivo fazer biografias detalhadas dos professores da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro, apenas das ideias do seu perfil.

confiança no Estado, com as mais avançadas conquistas racionais do Direito através da História do Direito, da Filosofia do Direito e do Direito Comparado.

Tais princípios eram do maior interesse para as elites cariocas: seu desejo em manter a livre iniciativa, preservar as propriedades privadas e a sucessão, de garantir que o Estado, a partir de sua força de coerção, fosse o responsável por esta preservação, mesmo que tivesse de suspender os direitos individuais em um Estado de Exceção denominado “Estado de Sítio” na época.

Os professores desta instituição de ensino entendiam que a ciência do Direito não representava um espaço no qual se pensava apenas no conflito entre os indivíduos de uma sociedade, mas deveria se preocupar também com a solução desses conflitos: se houvesse conflitos em um país que possui um Estado organizado, é grande a possibilidade de existir regras jurídicas ou leis erradas. Acreditavam na primazia do Estado sobre os indivíduos: pensavam que o Estado poderia fazer reformas institucionais que levariam à paz social.

Contudo, o Estado não poderia fazê-las sem levar em conta a experiência histórica da população brasileira; resgatá-las passou a ser um compromisso. Entendiam que a tradição da livre iniciativa, dos princípios católicos, do patriarcalismo, do Estado centralizado, da inviolabilidade da propriedade, entre outros, estavam totalmente enraizadas na moral ou cultura brasileira, e os legisladores deveriam também nelas pautar a fim de elaborar as regras jurídicas ou leis brasileiras.

Deixaram transparecer em seus artigos que parte das regras jurídicas ou leis que os grupos dirigentes haviam estabelecido desde a mudança de forma de governo, inclusive a Constituição de 1891, estavam equivocadas por não atenderem para a moral da população brasileira, o que ocasionava tensões, conflitos sociais e a necessidade de medidas extremas de suspensão de garantias individuais. Os professores autores dos artigos observaram, como também percebera Rudolf Von Ihering diante da realidade social alemã, que uma população que não acreditasse em uma determinada regra jurídica ou lei, não a cumpriria, porque a enxergaria como contrária à sua moral ou à sua cultura. Daí a ser a imoralidade nas regras jurídicas ou leis brasileiras uma provável causa das tensões e conflitos sociais do país, especialmente da população pobre contra o Estado, segundo o pensamento dos autores dos artigos publicados na Revista da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro.

Apenas uma reorganização nas regras jurídicas ou leis a fim de baseá-las na moral da população brasileira poderia apaziguar os ânimos. Esta seria a forma pela qual as elites detentoras do poder político poderiam garantir a paz na sociedade: ao fazer com que cada indivíduo da população aceitasse as regras jurídicas ou leis, o conjunto social sentiria a justiça presente em suas relações interpessoais e teria mais crença e respeito às próprias regras jurídicas ou leis e ao Estado, preservando a vida e a propriedade privada. Em outras palavras, o sentimento de pertencer a uma sociedade justa, levaria a população a lutar para defender o Direito (enquanto regras jurídicas ou leis) e o Estado ao qual ele representa, formando um Estado – Nação. O esclarecimento dos legisladores deveria ser feito através das atitudes dos homens da ciência do Direito. Este era o projeto de construção da identidade nacional proposto pelos professores da Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro apresentado nos artigos publicados em sua revista acadêmica.

FONTES

Artigos na Revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro:

ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de *A Filiação Natural Paterna* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. II, 1900, pp. 7 – 23.

Introdução às Sucessões in **RFLDCRJ**, Typographia d'A União, Vol. X, 1914, pp. 9 – 31.

Deverá o Direito Commercial continuar a constituir ramo distinto do Direito Civil ou antes ser nele englobado, formando reunidos o Código Geral de Direito Privado? in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. III, 1901, pp. 13 – 29.

A Lesão dos Contractos Civis in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. III, 1901, pp. 37 – 50.

Concomitância e Coincidência de vários Direitos no mesmo Objecto – Ensaio para servir de Proêmio a uma nova Theoria de Posse in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. IV, 1908, pp. 7 – 31.

Adultério do Marido para o divórcio in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. V, 1909, pp. 10 – 26.

Enphyteuse e Aforamento in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VI, 1910, pp. 25 – 40.

Propedêutica Jurídica – A chamada Parte Geral do Direito Civil – Ensaio de uma nova classificação de todas as matérias do Direito in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VII, 1911, pp. 33 – 59.

Direitos da Família, Lição Inaugural in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d'A União, Vol. VIII, 1912, pp. 9 – 38.

Liberdade de Testar in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d'A União, Vol. VIII, 1912, pp. 138 – 163.

O Direito de Voto, sua Natureza e Aplicações in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d'A União, Vol. IX, 1913, pp. 23 – 62.

A Propedêutica Jurídica como Matéria de Ensino nas Faculdades de Direito in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d'A União, Vol. IX, 1913, pp. 137 – 142.

Introdução as Sucessões in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d'A União, Vol. X, 1914, pp. 9 – 31.

Propedêutica Jurídica – Valor da Metaphisica para o Estudo do Direito in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia, Vol. XI, 1915, pp. 9 – 38.

Um Aspecto do Casamento Civil in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia, Vol. XI, 1915, pp. 93 – 105.

Restituição de Dote in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia, Vol. XI, 1915, pp. 21 – 36.

Direito Civil – Parte Propedêutica – Da Ordem Jurídica in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XIV, 1918, pp. 127 - 152.

O Formulato e o Código Civil in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XV, 1919, pp. 9 - 36.

BANDEIRA, Esmeraldino Olympio de Torres *Discurso Pronunciado pelo lente de Direito Criminal Esmeraldino Bandeira, na Sessão Litteraria Commemorativa da Lei de Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. II, 1900, pp. 92 – 100.

Mandato e Comissão Mercantis. Sociedade em Conta de Participação in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. IV, 1908, pp. 66 – 81.

O criminoso e a penitenciária in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. V, 1909, pp. 74 – 99.

Dos Crimes Propriamente Militares em Espécie in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d'A União, Vol. IX, 1913, pp. 63 – 90.

Influência do Jornal e do Livro no Crime e no Julgamento in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d'A União, Vol. X, 1914, pp. 32 – 62.

Discurso Pronunciado na Colação de Grão aos Bacharéis de 1916 in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XIII, 1917, pp. 101 – 107.

CARREIRO, Carlos da Costa Ferreira Porto *Expulsão de Estrangeiros* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XIV, 1918, pp. 19 – 51.

O Estado Moderno e a Conflagração Europeia in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia, Vol. XI, 1915, pp. 127 – 147.

A Família e a Economia social in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia, Vol. XI, 1915, pp. 37 – 55.

O Senador Cândido de Oliveira e sua Obra Jurídica in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XIII, 1917, pp. 9 - 53.

Expulsão de Estrangeiros in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XIV, 1918, pp. 19 - 51.

CARVALHO, Anphilophio de *Irreductibilidade dos Vencimentos dos Juizes Federaes* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. II, 1900, pp. 24 – 32.

Carreiro, Júlio Porto Pires *Concurso á vaga de lente substituto da 7ª secção – Medicina Publica – Ponto 15 – Alcoolismo e Tuberculose* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, vol. XV, 1919, pp. 79 – 90.

CARVALHO, Carlos Antônio França *Discurso proferido pelo Diretor da Faculdade, Dr. França Carvalho, na Sessão Solene em 14 de agosto de 1901* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. III, 1901, pp. 7 – 12.

Relatório do Dr. França Carvalho Sobre a 6ª These do Questionário da Secção de Direito Constitucional do 3º Congresso Jurídico

Brasileiro in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. IV, 1908, pp. 85 – 93.

CARVALHO, Carlos Leôncio de *Projecto de Instrucção Publica* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. IV, 1900, pp. 100 – 113.

_____ *Ensino Jurídico* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. IV, 1900, pp. 114 – 119.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de *Direito de Associação dos Funcionários Públicos* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. IV, 1908, pp. 7 - 31.

_____ *Chronica Estrangeira* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. IV, 1908, pp. 49 – 63.

_____ *Conceito de Obra Publica; e sua Execução* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VII, 1911, pp. 66 – 108.

_____ *Órgãos e Funções do Estado* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d' A União, Vol. VIII, 1912, pp. 53 – 87.

_____ *O Direito de Greve e suas Limitações – Necessidade de um Código de Trabalho* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d' A União, Vol. VIII, 1912, pp. 99 – 124.

_____ *Imunidades Diplomáticas* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d' A União, Vol. IX, 1913, pp. 103 – 122.

_____ *O Contrabando no Direito Criminal* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia, Vol. XI, 1915, pp. 40 – 74.

_____ *Conceito Jurídico de Liberdade* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Vol. XI, 1915, pp. 108 – 126.

_____ *Homologação das Sentenças Estrangeiras* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d' A União, Vol. XII, 1916, pp. 77 – 131.

_____ *Liberdades Individuais* in **RFLDCRJ**, Officinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XIII, 1917, pp. 55 - 100.

Da Influencia da Guerra Sobre a Propriedade dos Súbditos da Nação Inimiga in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Oficinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XIV, 1918, pp. 69 - 103.

Segunda Palestra – Direito de Trabalho in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Oficinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XV, 1919, pp. 37 - 55.

CATTA – PRETA, Eugênio de Valadão *Direitos Políticos* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d' A União, Vol. VIII, 1912, pp.45 - 52.

FIGUEIREDO, Carlos Afonso de Assis *Preleções de Direito Civil* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. II, 1900, pp. 61 – 85.

LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha *Prova escripta do candidato nomeado lente substituto da seção* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d' A União, Vol. X, 1914, pp. 125– 132.

Discurso Inaugural das Aulas de Direito Romano do Anno de 1916 in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d' A União, Vol. XII, 1916, pp. 10 – 20.

Morphologia do Direito Romano – a magistratura e os grandes magistrados in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d' A União, Vol. XII, 1916, pp. 57 – 75.

Artigo 1.1807 do Código Civil Brasileiro in **RFLDCRJ**, Oficinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XIII, 1917, pp. 109 – 117.

Direito romano – Escolas e Controvérsias in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Oficinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XIV, 1918, pp. 53 - 68.

Rudolf Von Ihering e sua Grande Obra in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Oficinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XIV, 1918, pp. 153 - 159.

O Direito Ibero – Americano in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Oficinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XV, 1919, pp. 107 - 130.

OLIVEIRA FILHO, Cândido Luiz Maria de *Da Natureza do Recurso Extraordinário* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. V, 1909, pp. 27 - 49.

Collação de Grão dos Bacharéis in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. V, 1909, pp. 50 - 56.

Responsabilidade Civil do Estado pelo facto dos seus agentes in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VI, 1910, pp. 9 – 24.

O Foro dos Militares não é privilegiado e sim especial em virtude na natureza especial do delito in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VII, 1911, pp. 9 – 26.

A viúva, que concebe segundas núpcias, tem os direitos inherentes ao pátrio poder exercido pelo finado marido in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VII, 1911, pp. 27 – 32.

Retroatividade das Leis Processuais in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VII, 1911, pp. 109 – 113.

A Restauração do “Jus imperii” in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d’ A União, Vol. VIII, 1912, pp. 125 – 137.

Direito Internacional Privado – Lição dada na Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d’ A União, Vol. IX, 1913, pp. 9 – 21.

Direito Internacional Privado – Os Methodos Universal e Individual in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d’ A União, Vol. IX, 1913, pp. 91 – 102.

Direito Processual – Acção “Ad exhibendum” in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d’ A União, Vol. IX, 1913, pp. 123 – 136.

Da Oposição in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XV, 1919, pp. 57 - 77.

PEDERNEIRAS, Raul Paranhos *Lição Inaugural da História do Direito* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. II, 1900, pp. 86 – 91.

Discurso Proferido para Colação de Grão in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. III, 1901, pp. 51 – 54.

Pereira, José Hygino Duarte *Órgãos de Estado* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. II, 1900, pp. 33 – 60.

PEREIRA, Virgílio de Sá *Apolo e Artemis* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia, Vol. XI, 1915, pp. 75 – 91.

REBELO, Eduardo de Castro *O Ensino do Direito* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comercio, de Rodrigues e Cia, Vol. XI, 1915, pp. 149 – 161.

_____ *Codigo Commercial – Reparos sobre o projeto em discussão* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XIII, 1917, pp. 119– 176.

_____ *A competência ratione loci no caso Tennyson* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d’ A União, Vol. XII, 1916, pp.133 - 141.

SANTOS, Manoel Porphírio de Oliveira *Relatório da Faculdade Livre da Cidade do Rio de Janeiro ao Ministro do Interior e da Justiça* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. II, 1900, pp. 101 – 112.

SIDEL, Carlos Pinto *A euthanasia* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XIV, 1918, pp. 9 – 18.

_____ *Da agonia* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Grafficas do Jornal do Brasil, Vol. XIV, 1918, pp. 105 - 126.

_____ *A morte real e a morte aparente em Medicina Legal* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, Vol. XV, 1919, pp. 91 - 105.

VALLADARES, Benedicto Carneiro de Campos *Do casamento e do divórcio no direito pátrio* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VI, 1909, pp. 41 – 66.

_____ *O Sequestro do Convento de Santo Antônio* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d’ A União, Vol. VIII, 1912, pp. 88 – 98.

_____ *O Sequestro do Convento de Santo Antônio* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d’ A União, Vol. IX, 1913, pp. 143 – 149.

_____ *Discurso na Collação de Gráo de Doutor* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia d’ A União, Vol. X, 1914, pp. 63 – 88.

VEIGA, Didmo Agapino da *A contabilidade por exercício e os pagamentos em apólices da construção de estradas de ferro* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VI, 1908, pp. 67 – 76.

_____ *Assistência Pública nos orçamentos brasileiro e francês* in **RFLDCRJ**, Rio de Janeiro, Typographia da Revista dos Tribunaes, Vol. VII, 1911, pp. 60 – 65.

Legislação:

Proclamação dos Membros do Governo Provisório in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

Decreto Número 1 do Governo Provisório de 15 de novembro de 1889 in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

Decreto Número 891 do Governo Provisório in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

Decreto Número 1232 - H do Governo Provisório de 02 de janeiro de 1891 in **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

Carta de Lei de 11 de agosto de 1827 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm acesso em 15/05/2011.

Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824 - <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm> acesso em 15/05/2011.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm acesso em 15/05/2011.

Decreto Número 7247 de 19 de abril de 1879 - Reforma do ensino primario e secundario no municipio da Corte e o superior em todo o Imperio - http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontesescritas/3Imperio/artigo_009.html acesso em 15/05/2011

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.

AGAMBEN, Giorgio **Estado de Exceção – Homo Sacer II, 1**, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

ALVES, José Carlos Moreira *Universidade, Cultura e Direito Romano* in **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1992.

AZEVEDO, Luiz Carlos de **Introdução à História do Direito**, Editora Revista dos Tribunais, 3ª Edição, 2010.

BARRETO, Plínio **A cultura jurídica no Brasil (1822 – 1922)**, São Paulo, O Estado de São Paulo, 1922.

BASTOS, Aurélio Wander **O Ensino Jurídico no Brasil**, Rio de Janeiro, Editora Lúmen Júris, 2000.

BICUDO, Hélio Pereira **O Direito e a Justiça no Brasil**, São Paulo, Editora Símbolo, 1978.

BIERRENBACH, Flávio Flores da Cunha **Presença das arcadas no tribunal mais antigo do Brasil**, São Paulo, Editora Lettera.doc, 2010.

CAMARGO, Jaques de; RUFINO, Almir Gasquez (Org.) **Grandes Juristas Brasileiros**, São Paulo, Editora Martins Fontes, São Paulo, 2003.

CARVALHO, José Murilo de **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil**, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2007.

_____ **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi**, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2004, 3ª Edição.

CASTRO, Flávia Lages **História do Direito – geral e do Brasil**, São Paulo, Editora Lúmen Júris, 8ª Edição, 2010.

DAVID, Joseph, **O papel do cientista na sociedade**, São Paulo, Edusp/Livraria Pioneira Editora, 1974.

COSTA, Emília Viotti da *Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil* in MOTA, Carlos Guilherme **Brasil em Perspectiva**, São Paulo, Editora Difel, 1973.

DARWIN, Charles R. **El origen de las especies por medio de la selección natural**, Editora Calpe, Madrid, 1921.

DROZ, Jacques **História da Alemanha**, Lisboa, Editora Europa – América, 1999.

- FAORO, Raymundo **Os Donos do Poder**, Volume 1, São Paulo, Publifolha, 2000.
- FORMIGA, Armando Soares de Castro **Periodismo jurídico no Brasil do século XIX – História do Direito em jornais e revistas**, Curitiba, Juruá Editora, 2010.
- GOYARD – FABRE, Simone **Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno**, São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.
- HAROCHE, Claudine *O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX* in SEIXAS, Jaci Alves; MAGALHÃES, Marion Brepohl; BRESCIANI, Maria Stella - **Razão e Paixão na Política**, Brasília, Editora UNB, 2002.
- HOBBS, Thomas **Leviathan, or The Matter, Forme, & Power of a Common-Wealt Ecclesiasticall and Civil**, New York, Dover Publications, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1870**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1990.
- IHERING, Rudolf Von **O Espírito do Direito Romano nas diversas fases de seu desenvolvimento**, Volumes 1, 2, 3 e 4, Rio de Janeiro, Alba Editora, 1943.
- _____ **A Evolução do Direito**, Lisboa, José Bastos & Cia. Editores, sem data.
- LAMONIER, Bolivar *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação* in FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III – O Brasil Republicano, 2º. Volume “Sociedade e Instituições (1889 – 1930)”, São Paulo, Editora Difel, 1967, 1ª. Edição.
- LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.) **Direitos e Justiça no Brasil**, Campinas, Editora da Unicamp, 2006.
- LOCKE, John **The Second Treatise of Civil Government**, New York, Dover Publications, 2002.
- LOPES, José Reinaldo de Lima **O Direito na História**, São Paulo, Editora Atlas, 3ª Edição, 2008.
- LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos (Org.) **Curso de História do Direito**, São Paulo, Editora Método, 2010.
- MANCHESTER, Alan K. *A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro in Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 277, 1967.
- MANNHEIN, Karl **Ideologia e Utopia**, São Paulo, Zahar Editora, 1968.

MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes **Juristas na formação do Estado – nação brasileiro**, São Paulo, Editora Saraiva, 2010.

NEDER, Gislene **História e Direito – Jogos de encontros e transdisciplinaridade**, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio – **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo, Publifolha, 2000.

RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona *O Periodismo jurídico brasileiro do século XIX* in **Passagens Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, Volume 2, Número 3, janeiro 2010, pp. 54 – 97, <http://www.historia.uff.br/revistapassgens/artigos/v2n3a42010.pdf> acesso em 15/05/2011.

RINGER, Fritz K. **O Declínio dos Mandarins Alemães**, São Paulo, Edusp, 2000.

ROQUE, Sebastião José **História do Direito**, São Paulo, Editora Ícone, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz **O espetáculo das raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 – 1930**, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

VENÂNCIO FILHO, Alberto **Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de ensino jurídico no Brasil)**, São Paulo, Editora Perspectiva, 1985.

WEBER, Max - **Economia e Sociedade**, São Paulo, Imprensa Oficial, Vol. II, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos **História do Direito no Brasil**, São Paulo, Editora Forense, 4ª Edição, 2007.

Fundamentos da História do Direito, São Paulo, Editora Del Rey, 2007.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luiza; NORONHA, Olinda Maria, **História da Educação – A escola no Brasil**, São Paulo, FTD, 1994.